UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

GISLENE DA SILVA

“A RUA É NOSSA”: formação política da militância negra nas Jornadas de 2013 do Rio de Janeiro.

ALFENAS/MG

GISLENE DA SILVA

“A RUA É NOSSA”: formação política da militância negra nas Jornadas de 2013 do Rio de Janeiro.

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Educação.

Orientador: Prof. Dr. Luís Antonio Groppo

ALFENAS/MG

2025

GISLENE DASILVA

“A RUA É NOSSA”: formação política da militância negra nas Jornadas de 2013 do Rio de Janeiro.

O(A) Presidente da banca examinadora abaixo assina a aprovação da Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Educação e Sociedade: sujeitos, ideias e políticas.

Aprovada em: de de 2025

Prof. Dr. Luis Antonio Groppo Assinatura:
Universidade Federal de Alfenas

Prof. Licinia Maria Correa Assinatura:
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Luiz Carlos Felizardo Junior Assinatura:
Universidade do Estado de Minas Gerais

Dedico este trabalho a minha amada mãe, aos meus ancestrais e a toda equipe de pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”: Pautas educacionais, experiências escolares e formação política de jovens em protesto.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao sagrado, ao universo, e aos meus ancestrais por me iluminarem rumo a realização deste trabalho.

Agradeço imensamente a minha família, que se fez essencial nessa trajetória com palavras de apoio, orações e carinho. Em especial, agradeço a minha mãe, Maria Donizete da Silva, que mesmo não estando mais presente no mundo físico sempre foi minha força e coragem. Ao meu grande amor, Daniel de Sousa Ferreira, que nos momentos mais difíceis e mais felizes esteve sempre ao meu lado. A minha prima/irmã, Glaucione Raimundo, que sempre foi minha maior inspiração no mundo acadêmico, fonte de leveza e cuidado.

Agradeço a todos os membros do grupo de pesquisa “Dimensões Educacionais das jornadas de 2013: Pautas educacionais, experiências escolares e formação política de Jovens em protesto”, sem a minha estadia nessa equipe maravilhosa e sem o apoio de vocês este trabalho não seria possível. Em especial, agradeço a minha parceira de viagem e reflexões Nikole Pereira Mendonça de Almeida e Vitória Neres Soares, o apoio, parceria e amizade de vocês foram essenciais para a realização deste trabalho.

Ao meu querido orientador, Luís Antonio Groppo, que se tornou um grande amigo e fonte de inspiração. Gratidão pela confiança, pela paciência e por me fazer alcançar voos inimagináveis.

Obrigada aos meus amados amigos da vida e de mestrado, em especial José Daniel e Fernanda Milan, que sempre estiveram ao meu lado durante este percurso me mostrando o lado bom da vida mesmo com os percalços.

Todo meu agradecimento à CAPES, sem seu apoio eu não teria conseguido me manter durante a minha pesquisa.

Agradeço as políticas de Cotas, que fizeram com que uma mulher negra, faxineira saísse de uma realidade vulnerável e atingisse a graduação e o mestrado em uma universidade pública! Sem a existência de tal política pública a universidade para mim não seria possível.

Meus agradecimentos à banca, que muito contribui com o presente estudo através de apontamento e reflexões.

Gratidão à UNIFAL-MG, a todos as funcionárias e funcionários e todo o corpo docente, sem o trabalho árduo de vocês eu não estaria me tornando MESTRA!

Por fim, agradeço enormemente ao milhares de ativistas e militantes, principalmente as negras e negros, que foram às ruas em 2013 por direitos sociais, que se desdobraram em alguns avanços sociais que eu enquanto estudante, mulher, negra, pobre pude usufruir.

“A educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender” (hooks, 2017, p 25).

RESUMO

A presente dissertação de mestrado faz parte da pesquisa nacional “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013: Pautas educacionais, experiências escolares e formação política de jovens em protesto”. Esta dissertação possui o objetivo de compreender, interpretar e descrever a formação política ofertada pelas Jornadas de 2013 para a militância negra que participou deste movimento social. São analisadas sete entrevistas realizadas no Rio de Janeiro. Esta pesquisa segue uma abordagem de pesquisa qualitativa, a fim de compreender profundamente as dinâmicas e ações desenvolvidas nas Jornadas de 2013. Entre os resultados, destacam-se divergências entre as pautas que mobilizaram pessoas negras e brancas para as Jornadas de 2013, apontando o privilégio branco como causador destas diferenças, o que também explica as diferenças na repressão policial durante as manifestações, mais violenta contra pessoas negras, fato não destacado pela militância branca. As Jornadas de 2013, além de publicizar as pautas já defendidas pelo movimento negro, formaram uma nova geração de militantes negras e negros que, através da participação nas Jornadas de 2013, tiveram um despertar para a política institucional. Em relação à formação política, encontramos que a militância negra viveu uma formação marcada pelo sofrimento carnal, enquanto a militância branca destaca uma formação academicista. A formação política propiciada pela participação nas Jornadas de 2013 é perpassada pela indignação, seja ela por ser uma pessoa negra em nossa sociedade e por esse motivo ter seus direitos sociais e civis negados, seja pela indignação que o racismo desperta em pessoas brancas privilegiadas que, com o pensamento crítico aflorado, anseiam por justiça social e a resolução de problemas sociais que não as afetam diretamente.

Palavras-chave: Jornadas de 2013; militância negra; formação política; movimento negro.

ABSTRACT

This master's thesis is part of the national research project “Educational Dimensions of the Jornadas de 2013: Educational agendas, school experiences and political education of young people in protest”. The aim of this dissertation is to understand, interpret and describe the political education offered by the Jornadas de 2013 to the black activists who took part in this social movement. Seven interviews conducted in Rio de Janeiro are analyzed. This research follows a qualitative research approach in order to gain an in-depth understanding of the dynamics and actions developed during the Jornadas of 2013. Among the results, there are divergences between the agendas that mobilized black and white people for the Jornadas de 2013, pointing to white privilege as the object that caused this reality. This is also seen when it comes to police repression during the demonstrations, which was more violent against black people, a fact not highlighted by white activists. The Journeys of 2013 are seen as a movement that, in addition to publicizing the agendas already defended by the black movement, formed a new generation of black activists who, through their participation in the Journeys of 2013, had an awakening to institutional politics. With regard to political formation before participating in the 2013 Journeys, we found that the black activists we interviewed had a formation generated by the carnal suffering of being a black person in our society.

Keywords: Journeys of 2013; black militancy; political formation; black movement.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Pessoas entrevistadas pela pesquisa nacional no Rio de Janeiro que foram ativistas e militantes nas Jornadas de 2013.....
Quadro 2: Pautas de mobilização de pessoas negras e brancas.....
Quadro 3: Participação de ativistas e militantes do Rio de Janeiro em movimentos e protestos anteriores às Jornadas de 2013.....
Quadro 4: Participação em instituição religiosa antes de 2013:.....
Quadro 5: Definição das Jornadas de 2013 em uma palavra.....

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CAARJ	Caixa de Assistência da Advocacia do Rio de Janeiro
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CECAN	Centro de Cultura e Arte Negra
CEPIS	Centro de Educação Popular
Comlurb-Rio	Companhia de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro
CONEN	Coletivo de Entidades Negras
CPCs	Comitês Populares da Copa
DDH	Diretório de Direitos Humanos
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEN	Encontro de Entidades Negras
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAPEMIG	Fundação de Ampara à Pesquisa de Minas Gerais
GTTI	Grupo de Trabalho em Tecnologia da Informação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bi, TransQueer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Pôli, Não-binárias e mais
MNU	Movimento Negro Unificado
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento Sem Terra
MUCR	Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial
OAB	Organização dos advogados Brasileiros
ONG	Organização Não Governamental
PNBL	Plano Nacional de Banda Larga
PSOL	Partido Socialismo Liberdade

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
PSTU	Partido socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UPP	Unidade Polícia Pacificadora
WTO	World Trade Organization

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....16
2 MOVIMENTO NEGRO E AS JORNADAS DE 2013.....30
2.1 Movimento negro no Brasil.....30
3 AS JORNADAS DE 2013.....41
3.1 As Jornadas de 2013 e suas experiências políticas.....41
3.2 Formação política.....45
3.3 Subjetivação política.....49
3.4 Socialização Política.....53
3.5 Interseccionalidade.....59
4 “COMBINARAM DE NOS MATAR, MAS ESCOLHEMOS LUTAR”: AS PAUTAS NEGRAS NO CICLO DE MOBILIZAÇÕES DAS JORNADAS DE 2013.....63
4.1 A greve dos garis e a questão racial.....69
4.2 A militância negra nas ocupações secundaristas.....72
5 EXPERIÊNCIAS DE ATIVISTAS E MILITANTES NAS JORNADAS DE 2013 DO RIO DE JANEIRO.....76
5.1 Entre a favela e os privilégios da branquitude.....84
5.2 Discussões sobre território nas Jornadas de 2013.....91
.....94
6 FORMAÇÃO POLÍTICA NAS JORNADAS 2013.....95
6.1 Formação política antes das Jornadas de 2013.....95
6.2 Formação política propiciada pelas Jornadas de 2013.....101
6.3 Legados das Jornadas de 2013.....103
.....108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....109
REFERÊNCIAS.....114
APÊNDICE A- Roteiro de entrevistas.....122
APÊNDICE B- Termo de consentimento.....125

1 INTRODUÇÃO

> "...eu vim de lá, eu vim de lá pequenininho, alguém me avisou pra pisar nesse chão devagarinho" (Dona Ivone Lara,1980).

Para Lélia Gonzalez (2018), é impossível separar a vida pessoal da militância, da vida intelectual e da vida política, pois são vivências interligadas e necessitam uma da outra para existirem. Partindo desta constatação, apresento a vocês quem é Gislene da Silva.

Sou uma mulher negra, de 28 anos, nascida na cidade de Alterosa, localizada no sul de Minas, mas criada em Alfenas-MG.

Desde a minha infância fui completamente atingida pelas desigualdades geradas pelo racismo. Sou filha caçula de Maria Donizete da Silva, mulher negra retinta, mãe solo, nascida em Divisa Nova-MG, cidade também localizada no sul de Minas.

Minha mãe, assim como milhares de mulheres negras, foi abandonada pelo marido quando estava com a saúde comprometida, sem ter o que dar de comer aos próprios filhos, mas que mesmo sob este estado enfrentou a sociedade racista, machista e patriarcal. Essa dura realidade sofrida por minha mãe, é explicada por Abdias do Nascimento (2016), ao destacar que pessoas negras desde o período de escravização eram vistas como objetos de exploração econômica, sendo consideradas sub-humanas e até não humanas. Essa desumanização continuou vigente mesmo com o fim da escravização, e a população mais afetada pela herança deste processo é a mulher negra, que ainda hoje é destaque nos níveis de pobreza, desigualdade econômica e desamparo, o que nos torna presa fácil para o processo de subalternização que o racismo, o machismo e patriarcado nos impõem, causando a solidão da mulher negra.

Minha mãe não teve tantas oportunidades assim como eu que fui atingida por políticas públicas e tive a oportunidade de quebrar todo este ciclo por meio da educação. Seguindo a herança escravagista, assim como é o caso de outras mulheres negras, principalmente as de pele retinta, minha sempre foi vinculada ao trabalho doméstico. Com isso, ela como babá, cozinheira e faxineira, sem poupar esforços para sustentar seus seis filhos, quatro gerados no seu ventre e duas

geradas no seu coração. Como consequência da relação de mulheres negras com a falta de oportunidades e a execução de atividades que não sejam ligadas ao trabalho doméstico, temos na explicação de Beatriz Nascimento, que:

> A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, desse modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A "herança escravocrata" sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas, e que permaneça como trabalhadora nas áreas rurais. Podemos acrescentar, no entanto, ao que expusemos acima, que a essas sobrevivências ou esses resíduos do escravagismo se superpõem os mecanismos atuais de manutenção de privilégios por parte do grupo dominante. Mecanismos que são essencialmente ideológicos e que, ao se debruçarem sobre as condições objetivas da sociedade, têm efeitos discriminatórios. Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, isso se deve tanto ao fato de ela ser uma mulher de raça negra quanto a terem sido escravos seus antepassados (Nascimento, 2021, p.58).

Ao ser vítima desta dura realidade enfrentada por minha mãe, eu, minhas irmãs e meu irmão tivemos que também trabalhar desde muito cedo para ajudar nas despesas de casa. Como minha mãe sofreu muito com o abandono conjugal, conversas sobre cuidados sexuais não faziam parte da nossa realidade. Portanto, acredito que esta tenha sido a principal motivação da gravidez precoce de minhas irmãs. Após este acontecimento, e por ser a mais nova, cresci com o velho clichê de que não podia de modo algum engravidar e se quisesse ser alguém na vida precisaria trabalhar muito; neste período, o trabalho era dado como uma forma de emancipação na minha vida. Com apenas dez anos de idade, eu era faxineira nos finais de semana, babá e estudava durante a semana.

Minha mãe, além de tudo isso, também era benzedeira, acredito que os seus ancestrais e toda a sua devoção era o que lhe dava forças para continuar. Apesar disso, este também era um motivo de sofrimento gerado pelo racismo, tanto que minha mãe por muito tempo se escondeu no catolicismo com a tentativa de ser minimamente aceita.

A escola para mim era algo que me trazia divertimento, mas também me gerava todo um sofrimento. As festas juninas na escola, por exemplo, assim como é para muitas meninas negras, sempre foram motivo de muito sofrimento e angústia, afinal ninguém nunca queria dançar com a menina tida como a mais "feia" da turma.

Em 2008, em processo de transição escolar, fui transferida para uma escola periférica e de muitas precaridades. Já um tanto rebelde e com marcas bem severas por tudo que já havia vivido, encontrava na agressão contra quem me oprimia uma forma de revalidação. Em um belo dia, nessa escola, foi desenvolvido um projeto de incentivo à leitura pela professora de língua portuguesa, Dayane Azola e a bibliotecária a qual não me recordo o nome; quem lia mais e fazia um bom resumo de sua leitura ganhava uma caixa de bombom. As duas, coitadas, tiravam até do seu próprio salário para fazer a alegria daquelas crianças que só queriam mesmo o chocolate. Hoje entendo que seu objetivo era maior, e pelo menos comigo foi alcançado, através disso desenvolvi gosto por estudar e enxerguei na educação a possibilidade de emancipação. Depois disso, não parei mais, com um pouco mais de idade e ainda sob uma dura realidade, precisei ir para o ensino noturno, lá muita coisa me incomodava, como o uso abusivo de drogas de pessoas muito jovens, vi muita gente se perder nisso. Nessa fase conheci a professora Nathália Rocha; de matemática, maravilhosa, dessas que gostamos da professora e não da disciplina; ela sempre me dizia que queria me ver na universidade.

Em período do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fui incentivada por essa professora a estudar bastante e me inscrever, e sem nenhuma motivação pessoal e familiar fiz; passei em um curso diurno, só que pela dura realidade de precisar trabalhar e estudar, desisti, e deixei esse pensamento para uma realidade futura. Ao finalizar o ensino médio, com um gostinho de quero mais, mesmo tendo que trabalhar, decidi que iria estudar e me formar no que quer que fosse; ganhava muitos livros velhos de cursinhos de pré-vestibular das patroas da minha mãe, isso era um incentivo até para ela, que acreditava somente no trabalho e não precisamente na educação; eu estudava sozinha em casa.

Dos 18 para 19 anos, fiz novamente o ENEM e consegui uma vaga no curso de Bacharelado em Ciências Sociais, na Universidade Federal de Alfenas, ao qual de imediato não sabia muito bem ao que se referia; minha mãe, mesmo sem depositar muita confiança na educação, ficou feliz e chorou muito com essa aprovação, pois lá no fundo ela sabia que sua filha estava quebrando barreiras. Me recordo que até arrumar toda a documentação, ingressei no curso efetivamente na segunda semana. Tive muitos estranhamentos, pois além de ser a única menina negra, também não me igualava àquelas pessoas; meu jeito de falar era diferente,

tinha vergonha de tudo, algumas pessoas riam disso, outras me acolheram como amiga. Minhas notas eram “insatisfatórias” no início.

No quarto período, sem muito gás para continuar o curso, mas persistindo mesmo assim, tive uma aula de antropologia IV sobre um texto de um autor chamado Geertz, que havia sido indicado pelo professor da disciplina, Luís Antonio Groppo. Ele, ao explicar o texto, disse que a cultura era um objeto de ação; mal sabia ele que estava me fazendo entender quem eu era. Em minha interpretação e ao ouvir as palavras do professor Groppo, pude compreender que todo o estranhamento ao qual sentia se tratava de inúmeras desigualdades, dentre elas a social e cultural. Além disso, também pude compreender que para atingir o capital cultural dos colegas de turma; que em sua maioria vinham de escolas particulares, não precisavam trabalhar e estudar ao mesmo tempo, eu teria que me desdobrar.

Nesse percurso de muita luta, sobre altos e baixos, mas em busca de conhecimento, conheci o professor Natalino Neves da Silva, que lecionava a disciplina de Relações Étnico Raciais; um homem negro, que em suas aulas me ouvia como poucos professores; parecia que suas aulas eram sobre mim, minhas vivências, minhas lutas; em suas falas e indicações bibliográficas, com ele compreendi que todo o meu sofrimento tinha nome, era racismo e que meu corpo era uma ferramenta política. Neste mesmo ciclo, também conheci outro professor, o Antônio Andrade, o Antônio da Ciência Política, era assim que o chamávamos. Ele me direcionava vários questionamentos, e me fazia a cada dia me enxergar nas Ciências Sociais; me contava sobre a sua dura história de vida. Foi através de suas aulas e falas que aprendi sobre o conceito de justiça social, que era o que minha família e todas as famílias necessitadas precisavam desde sempre. Mesmo sendo um homem branco, Antônio, assim como eu, foi o primeiro de sua família a acessar a universidade; com ele, aprendi a importância de fazer iniciação científica, monitoria e ir também para a licenciatura; embora tenha sido ele o meu orientador de Trabalho de Conclusão de Curso, eu não me interessava muito pelo o que ele estudava, meu negócio mesmo era juventude e vulnerabilidade social, que inclusive foi meu tema de Trabalho de Conclusão de Curso.

Durante a graduação no curso de bacharelado, consegui fazer apenas monitoria. Finalizei o curso e segui os conselhos do professor Antonio Andrade, fui para a licenciatura também. Com um pouco mais de maturidade já havia me encontrado no curso e mudado drasticamente meus pensamentos e ações. Com um

número menor de aulas, por se tratar de um reingresso no mesmo curso, resolvi que mesmo trabalhando o dia todo poderia fazer iniciação científica. Foi então que entrei em contato com o professor Luís Antonio Groppo que me recebeu de braços abertos em seu grupo de pesquisa. Como estava bastante revoltada pelo fato da universidade não ser pensada para alunos que, assim como eu, além de estudar precisavam trabalhar, pensei em estudar isso; durante certo tempo este foi o meu tema. Mas havia também a temática do grupo de pesquisa coordenado pelo professor Groppo, sobre as ocupações secundaristas que ocorreram em 2015 e 2016; neste período havia também a possibilidade de bolsa, além de possíveis produções que me ajudariam futuramente. Eu abracei a proposta, fui bolsista de iniciação científica pela FAPEMIG Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG); este dinheiro me ajudou, pois neste período estava desempregada e vivendo de trabalhos informais, sem carteira assinada, um deles foi como diarista. Ademais, a partir dessa experiência surgiram dois artigos em um livro; me lembro como se fosse hoje de ir embora chorando de alegria com o livro que havia ganhado do professor Groppo com duas publicações nossas. Estava inclusive levando o livro para minha mãe ver. Ela não entendia nada, mas também também estava feliz.

Neste mesmo ano, precisamente em março de 2022, iniciamos um novo grupo de pesquisa de âmbito nacional, nomeado como “Dimensões Educacionais das jornadas de 2013: Pautas educacionais, experiências escolares e formação política de jovens em protesto”, coordenado pelo professor Luís Antonio Groppo, ao qual continuo participando como pesquisadora.

Ainda em 2022, sob o desejo de continuar pesquisando, elaborei um projeto de estudo para uma tentativa no mestrado em Educação. Queria estudar o impacto das ocupações secundaristas para a educação antirracista em universidades de Minas Gerais, fiz a inscrição e tudo, mas o pagamento da inscrição, por ironia do destino, não processou, e, sinceramente, isso foi bom. Pouco tempo depois minha mãe, que já estava acamada e usava oxigênio por conta de um enfisema, descobriu um câncer no pulmão, depois de ser infectada três vezes pela Covid-19; mesmo assim não desistimos, tínhamos fé em sua cura; e sobre a minha trajetória acadêmica, ela dizia que mesmo sem entender nada, ela sempre me apoiaria. Um tempo depois, já na pesquisa, melhorei meu projeto, enquanto acompanhava minha mãe nas duras sessões de quimioterapia; muitas vezes ela segurava minha mão e

dizia para ler o que havia escrito para ela, como dito, ela não entendia nada, mas me dava uma super segurança de que viveria dias melhores.

Em 22 de maio de 2022, em uma tentativa de mudar de vida, deixei minha mãe tomando seu café e fui fazer um concurso para a área administrativa da Universidade Federal de Alfenas; estava com o coração apertado, cogitei várias vezes não ir, mas minha mãe insistia, fui bastante angustiada; quando voltei, encontrei minha mãe já morta; foi o pior dia da minha vida. Desde então, tracei uma luta muito grande contra uma depressão severa. O sonho do mestrado em Educação, que estava sendo esquecido, retornou pela força que ela deixou em mim e em muitos momentos fortalecido pelo professor Luís Antonio Groppo e pela professora Josefa Alexandrina, que é uma das integrantes da pesquisa; ela me disse uma vez em sua casa, quando me hospedou para a execução de entrevistas da pesquisa, no ano de 2023, que o amor de uma mãe por um filho é imortal e que não importa onde eu ou minha mãe estivesse, ela sempre estaria comigo.

Ao ser aprovada no mestrado em Educação, no mesmo ano, com a honra de ser orientada pelo professor Luís Antonio Groppo, fui aconselhada por ele a pensar uma temática de estudo dentro da pesquisa sobre 2013 que já estávamos trabalhando. É daí que surge o presente estudo “A RUA É NOSSA”: Formação política da militância negra nas Jornadas de 2013 do Rio de Janeiro. O título deste trabalho surgiu do relato de um dos entrevistados da pesquisa, Zumbi dos Palmares, ao se referir à rua como um espaço democrático de reivindicação, militância e ativismo popular na busca por direitos sociais.

Ademais, ao ingressar no mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alfenas, fui contemplada com a bolsa da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a qual me garantiu a possibilidade de realizar minha pesquisa com determinado conforto.

A pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013: Pautas educacionais, experiências escolares e formação política de jovens em protesto”, busca conhecer as diversas dimensões educacionais implicadas nas Jornadas de 2013, tais como: as pautas educacionais, a formação política gerada pela experiência de participação e as trajetórias escolares e políticas de ativistas e militantes. O estudo, conta com pesquisadoras e pesquisadores da própria Universidade Federal de Alfenas, como de outras instituições universitárias

brasileiras, na condição docentes, graduandos, pós-graduandas/os, doutorandas/os. Parte dos discentes de pós graduação e doutorado participantes da pesquisa, assim como eu, tiveram a ideia de suas investigações desenvolvida por meio das leituras e propostas do grupo de pesquisa “Dimensões Educacionais das jornadas de 2013: Pautas educacionais, experiências escolares e formação política de jovens em protesto”.

Na atualidade já finalizamos a terceira etapa da pesquisa com as entrevistas com militantes e ativistas das Jornadas de 2013, a primeira foi o estudo teórico, na segunda fase foram realizadas entrevistas com pesquisadoras e pesquisadores que em algum momento trataram sobre as Jornadas de 2013 em seus estudos. Por fazer parte da pesquisa nacional “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013: Pautas educacionais, experiências escolares e formação política de jovens em protesto”, os dados aqui utilizados foram colhidos pela equipe nacional da mesma, incluindo esta pesquisadora.

Entende-se por movimentos sociais, organizações inclusivas compostas por vários grupos de interesses. “Os movimentos sociais envolvem estratos significativos da sociedade, como os trabalhadores, os grupos de mulheres, os estudantes, os jovens e o componente intelectual”. Esses vários setores de interesses da sociedade são articulados em torno de uma insatisfação comum que, em muitos casos, é a percepção geral da falta de democracia em um contexto político específico (Tilly, 2012, p. 2).

Como parte do próprio significado dos movimentos sociais, temos caráter formador político que estes possuem, não apenas para seus militantes. Isso deriva do fato de os movimentos sociais abrem uma dupla perspectiva para olhar o tempo: de um lado, voltar-se ao passado visando uma compreensão das razões que produzem, desencadeiam e legitimam problemas socioeconômicos, políticos culturais, religiosos e de gênero, entre outros, e, de outro, apontar para o futuro, com possibilidades de superação dessas mesmas realidades. A formulação de utopias implica a capacidade de olhar criticamente para o passado (Marcon, 2012).

Nesse sentido, entendo que a formação política propiciada pelos movimentos sociais passa pela oferta de conhecimento sobre as problematizações que nos ferem diariamente, permitindo inclusive a reconstrução das identidades sociais. Um movimento social, “ao agir reconstrói identidades, traz indagações, ressignifica e politiza conceitos sobre si mesmo e a realidade social” (Lino, 2017, p.28). Desse

modo, identidades e pautas de lutas sociais podem vir a receber junto a tais movimentos novos significados, contribuindo na atuação pela resolução de problemas inseridos no contexto social, discorridos sob temáticas envolvendo a raça, por exemplo.

Temáticas raciais são discutidas por inúmeros movimentos socais, em destaque, o Movimento Negro. Raça é um termo definido pela literatura como uma construção social e um conceito analítico fundamental para o entendimento das desigualdades sócio-estruturais e simbólicas existentes em toda trajetória brasileira (Gomes, 2012). O racismo por sua vez, constitui uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como base e se manifesta por meio de práticas que culminam em desigualdades ou privilégios para indivíduos, dependendo do grupo social pertencente (Silva, 2021).

Segundo Santarém (2014, p.20), “o ano de 2013 foi marcado pelo início de uma série de revoltas sociais contra o aumento das tarifas do transporte público no Brasil”. Contudo, embora o aumento das tarifas do transporte público viesse a ser a motivação que constituiu o movimento das Jornadas de 2013, outras problemáticas sociais surgiram e se tornaram pautas de reivindicações importantes dos protestos.

Ao serem expostas outras pautas reivindicatórias vinculadas e que iam para além da temática do transporte público brasileiro, houve a necessidade de debates sobre os eventos de 2013 em suas múltiplas facetas, enxergando, segundo Antunes (2013, p. 38), que as manifestações das Jornadas de 2013 iniciaram com ações promovidas pelo Movimento Passe Livre contra o aumento das tarifas do transporte público, depois se ampliando e gerando manifestações multitudinárias, com dezenas e até centenas de milhares de pessoas.

Apesar das Jornadas terem ocorrido em 2013, as discussões referentes aos seus acontecimentos ainda são vigentes, em virtude de se ter na atualidade expressões das consequências geradas por este momento. As Jornadas tiveram, segundo Antunes (2013, p.40), “um conteúdo heterogêneo, polissêmico, mas que expressava conceções com temáticas sobre trabalho, precarização, desemprego. Aflorando as ricas transversalidades existentes entre classes, gênero, geração e etnias”. Sob a premissa de Antunes (2013, p. 39), para entender os eventos das Jornadas de 2013, “é preciso compreender um conjunto de elementos históricos brasileiros, suas curvas de origens e direções distintas. Mas que em determinado momento encontraram um ponto de intersecção explosivo”.

Consoante à realidade de que as Jornadas de 2013 se fundamentaram em uma multiplicidade de pautas sociais, e por acreditar que pautas raciais surgiram junto aos militantes e ativistas negras e negros, é que esta pesquisa de Mestrado em Educação se origina. Ela objetiva compreender como militantes negras e negros que participaram das Jornadas de 2013, na cidade do Rio de Janeiro, se formam politicamente neste contexto.

Esta pesquisa segue uma abordagem de pesquisa qualitativa, a fim de compreender profundamente as dinâmicas e ações desenvolvidas nas Jornadas de 2013. Ademais, a pesquisa é de natureza básica e do tipo descritiva, uma vez que busca identificar, descrever e compreender como as Jornadas de 2013 forma politicamente pessoas negras da cidade do Rio de Janeiro.

A técnica diz respeito ao estudo de caso, em razão da amostra definida ser um grupo de pessoas negras participantes das Jornadas de 2013 na figura de militantes e ativistas, visto que, a finalidade do presente estudo é compreender, descrever e interpretar através das informações colhidas como militantes negras e negros se formam politicamente nas Jornadas de 2013.

O Rio de Janeiro é um município, capital do estado homônimo situado no sudeste do Brasil. A capital é a cidade brasileira mais conhecida no exterior, sendo considerada o “retrato”, seja de modo positivo ou negativo. É a segunda maior metrópole do Brasil, possui uma população estimada de 6. 221. 423 habitantes, deste número cerca de 3,4 milhões de pessoas são negras. Além disso, o Rio de Janeiro é um dos estados brasileiros com maior número de comunidades do país, são 763 comunidades espalhadas no território carioca, sendo a maioria composta pela população negra (IBGE,2022).

Embora o Rio de Janeiro seja considerado um dos estados brasileiros composto em sua maioria pela população negra, este território é permeado por desigualdades sociais construídas ao longo do processo histórico, político e social do Brasil, afetando diretamente pessoas negras. Segundo as escrituras de Munanga (1996), no Brasil existe um abismo racial gerador das desigualdades que atingem em maior proporção a população negra, este abismo seria o racismo. O racismo por sua vez, consiste em um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes do ódio, ele é resultado da crença de que existem raças ou tipos humanos superiores e inferiores. Seria o racismo, segundo Nascimento (1978), o responsável

pelo genocídio da população negra brasileira, que é relacionada à marginalidade e à inferioridade e levada à morte, por conta da cor de sua pele, diariamente no Brasil.

No ano de 2013, o Brasil era presidido por Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores - PT), o Rio de Janeiro governado por Sérgio Cabral Filho (Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB) e gerido em âmbito municipal por Eduardo Paes (MDB). Em se tratando do Rio de Janeiro, realizamos sete entrevistas, sendo três realizadas com pessoas negras e quatro com pessoas brancas que foram militantes e ativistas das Jornadas de 2013, e viveram o movimento em diferentes contextos. As entrevistas seguiram um roteiro preparado para a pesquisa nacional, que não tinha questões explícitas sobre as temáticas raciais, mas sim a respeito de: formação política antes de 2013; motivações para a participação e as experiências nas Jornadas; e trajetórias escolares, políticas e profissionais após 2013. Entretanto, os temas desta pesquisa de mestrado necessariamente apareceram nos relatos de depoentes negras e negros no Rio de Janeiro, a respeito de pautas étnico-raciais como racismo, violência policial e movimento negro, entre outros.

A intenção original deste trabalho era a de entrevistar pessoas que eram jovens, ou seja, tinham de 15 a 29 anos, durante as Jornadas. Entretanto, durante a pesquisa de campo, fizemos contato e conseguimos a aceitação para as entrevistas de pessoas de diferentes idades, que se destacaram em diferentes frentes de protesto em 2013 no Rio de Janeiro. Veremos que, se 2013 teve o protagonismo de jovens entre manifestantes, o ciclo de protesto não foi exclusivamente juvenil.

As entrevistas com ativistas e militantes das Jornadas de 2013 realizadas no Rio de Janeiro, ficaram sob a responsabilidade das pesquisadoras Gislene da Silva, autora deste trabalho, e Nikole Pereira Mendonça de Almeida, que também foi uma das pesquisadoras da pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”. As pessoas entrevistadas foram indicadas pelas pesquisadoras e pesquisadores que concederam entrevistas na segunda etapa da pesquisa, além disso, algumas das e dos depoentes foram encontrados no Seminário “Junho de 2013, dez anos depois”, ocorrido nos dia 05,13,19 e 20 de Junho de 2023 na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), este evento foi organizado pelo Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pelo Curso de Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em que Gislene e

Nikole participaram como ouvintes, representando toda a equipe de pesquisa das “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”. Após essa participação, e pensando em aproveitar as estadias no Rio de Janeiro, Gislene e Nikole dialogaram com o professor Groppo, que é coordenador da pesquisa, e realizaram duas entrevistas. Durante o mês de outubro de 2023, as pesquisadoras Gislene e Nikole buscaram fazer contato com as pessoas citadas pelas pesquisadoras e pesquisadores, bem como aqueles e aquelas encontradas durante o evento. As redes sociais consistiram em uma ferramenta fundamental para a procura das pessoas entrevistadas. Das sete entrevistas realizadas no Rio de Janeiro, cinco ocorreram entre os dias 6 e 7 de novembro de 2023, numa segunda viagem à capital carioca.

Como objetivos específicos, pretendemos: levantar o debate teórico sobre as Jornadas de 2013, considerando os conceitos de formação política, raça e pautas de luta da população negra; identificar o que levou a militância negra às ruas em 2013 e quais eram as pautas; compreender como foi a participação de pessoas negras nas Jornadas de 2013; interpretar o que essas pessoas aprenderam nas Jornadas de 2013; e analisar quais foram as contribuições posteriores das Jornadas de 2013 na vida das pessoas negras.

Em relação ao objetivo geral da pesquisa, é possível levantar uma hipótese complementar como resposta. A hipótese de que, em meio ao ciclo de manifestações das Jornadas de 2013, houve formação política da militância negra, tanto que ao ser formada politicamente por esse movimento social, a militância negra obteve e avistou a necessidade de seguir carreira política, representando a voz da população negra. Sob o propósito de comprovar ou não as suposições citadas, assim como de responder os objetivos, escolhemos a metodologia descrita a seguir.

Por meio do diálogo, com questões complementares e solicitações de aprofundamento, adequadas para uma entrevista do tipo semi-estruturada, foi possível aprofundar as temáticas trazidas pelas e pelos depoentes. O método das entrevistas semi-estruturadas foi utilizado por ser esta uma técnica de coleta qualitativa que costuma combinar perguntas objetivas e discursivas, possibilitando que os sujeitos entrevistados exponham abertamente sobre o tema em questão (Boni; Quaresma, 2005). Isso contribui para a identificação de pautas, ações e estratégias pensadas durante as Jornadas de 2013.

No tocante à organização e análise dos dados, houveram criações de quadros com o objetivo de organizar as informações coletadas em pastas com critérios de identificação dos participantes, raça, etnia, gênero e as formas de atuação, a partir de indicadores como: pautas, passeatas. Na fase teórica desta pesquisa, foram construídas fichas de leitura a fim de levantar dados bibliográficos, bem como conceitos fundamentais que nortearam as categorias de análise do estudo.

No presente estudo, são analisadas todas as entrevistas com ativistas e militantes que a pesquisa nacional “Dimensões educacionais das Jornadas de 2013 no Brasil” fez no Rio de Janeiro, cujos dados são apresentados no Quadro 1. Entretanto, como o objetivo central desta pesquisa é compreender, interpretar e descrever a formação política ofertada pelas Jornadas de 2013 para a militância negra que dela participou, terão maior destaque as três entrevistas feitas com depoentes negras e negros. Optou-se também pela exploração das quatro entrevistas realizadas com pessoas brancas, pelo motivo delas apresentarem narrativas importantes que vão ao encontro com o que o presente trabalho busca responder. As entrevistas com pessoas brancas, além de serem importantes para as questões raciais que esta pesquisa se propõe analisar, são relevantes ao que se refere à análise da distinção entre as pautas que mobilizaram a militância branca e negra para as Jornadas de 2013. Ademais, estas entrevistas contribuem com a interpretação e descrição dos dados sobre a formação política que militantes e ativistas tinham antes de participarem das Jornadas de 2013 e da formação política ofertada após essa participação.

Quadro 1: Pessoas entrevistadas pela pesquisa nacional no Rio de Janeiro que foram ativistas e militantes nas Jornadas de 2013.

Pseudônimo	Cor/ Raça	Idade nas Jornadas	Escolaridade	Participação nas Jornadas de 2013/ Coletivo; Grupo ou Organização.	Ocupação profissional
Carolina Maria de Jesus	Negra	26	Graduada em Gestão de Recursos Humanos (Bolsista do PROUNI)	Movimento cadê o Amarildo?/ Coletivo de Favelas.	Assessora parlamentar
Luiz Gama	Preta	22	Graduado em História e na atualidade está Cursando Jornalismo.	Diretório Central dos Estudantes Mário Prata, Centro Acadêmico Maurício de Albuquerque, PSOL (Partido Socialismo e Liberdade).	Assessor parlamentar
Zumbi dos Palmares	Preta	48	Fundamental incompleto- Cursando EJA.	Militantes/ atuou no Movimento dos Garis[1]	Agente de Saúde Ambiental/ Desempregado.
Samantha	Branca	32	Mestranda na linha de Tecnologias da Comunicação e Estéticas do PPGCOM ECO-UFRJ,	Midiativista/ atou no grupo Midiativismo Rio de Janeiro.	Documentarista e roteirista
Patrícia	Branca	35	Doutora em Sociologia e Direito pela PPGSD/UFF	Advogadativista/ Fundadora do Grupo Habeas Corpus.	Pesquisadora
Marta	Branca	38	Doutora em Filosofia	Militante/ atuou em 2013 no Coletivo Redes e Ruas.	Historiadora
Lucimar	Branca	40	Superior Incompleto	Militante	Produtora/

1 Conforme aprovação do Comitê de Ética da UNIFAL-MG, CAAE 68746223.5.0000.5142, para a segurança das pessoas entrevistadas, foram escolhidos pseudônimos.

					Desempregada

Fonte: Pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”

O presente estudo é dividido em seis partes. Na primeira sessão, subsequente à introdução, é feita uma contextualização do movimento popular das Jornadas de 2013, além da exposição dos conceitos de formação política; subjetivação política e socialização política, que serão utilizados para analisar as experiências políticas dos sujeitos no movimento. Na segunda sessão é apresentado a trajetória do Movimento Negro no Brasil; posteriormente é feita uma discussão de seu protagonismo nas Jornadas de 2013, com as pautas de luta da comunidade negra; ademais é feita uma discussão teórica sobre raça, gênero e interssecionalidade. Na quarta sessão, é feita a análise dos dados coletados, tendo como base a averiguação de como foram as Jornadas de 2013 para militantes negras e negros; como procederam as Jornadas de 2013 no Rio de Janeiro; a relação das Jornadas de 2013 com a questão racial; as pautas da militância negra; a formação política ofertada nas Jornadas de 2013 para a militância negra e, por fim, os legados das Jornadas de 2013 pessoas negras. Na quinta seção, são apresentadas as experiências das e dos militantes e ativistas entrevistados para o presente estudo, bem como é realizada uma análise comparativa das pautas que mobilizaram pessoas negras e brancas a participarem das Jornadas de 2013. Posteriormente, na sexta seção é apresentada a formação política de cada pessoa entrevistada antes e após as Jornadas, a fim de expor o que esses manifestantes aprenderam com essa participação. Ademais, nesta mesma seção são expostos os legados deixados pelas Jornadas de 2013 para o Movimento Negro e pessoas negras, segundo o depoimento das e dos entrevistados da pesquisa.

2 MOVIMENTO NEGRO E AS JORNADAS DE 2013

Neste capítulo é realizada uma breve contextualização histórica do Movimento Negro, suas lutas e avanços. As lutas, as pautas defendidas e tidas como fonte de mobilização do Movimento Negro, contribuem para a compreensão, descrição, identificação e análise das pautas de mobilização da militância negra nas Jornadas 2013, e da formação política ofertada por este movimento.

2.1 Movimento negro no Brasil

Em 1888, segundo Silva (2023), tivemos com a pressão e luta de abolicionistas, principalmente negras e negros, incluindo escravizadas e escravizados, a conquista da abolição da escravatura no Brasil, por meio de lei sancionada pela princesa Isabel. No ano seguinte, houve a implementação do governo republicano. Mesmo com este novo sistema político, não foi garantido à população negra e índigena nenhum direito social e civil, pelo contrário, a população negra e indígena continuou a ser marginalizada política, social e psicologicamente, em decorrência do racismo científico e da teoria do branqueamento social.

Para enfrentar o contexto de segregação vigente no periódo pós-abolição, ativistas negras e negros instituíram o que posteriormente foi nomeado como Movimento Negro Organizado (Domingues, 2008). De acordo com Gonzalez e Hasenbalg (1982 p. 21-22):

> [...] as entidades de mobilização e ativismo negro, por mobilizarem massas, sempre foram objetos de controle das autoridades, que impunham regras. Afinal, qualquer agrupamento de pessoas negras é encarado desde sempre como ato que exige intervenção policial.

Em suma, as entidades culturais de massa tiveram importância ao possibilitar, por meio de suas ações, o exercício de uma prática política preparatória para a instituição do Movimento Negro, porém desde cedo enfrentaram o cerceamento estatal.

De acordo com Silva (2023), dentre as inúmeras criações de articulação, luta e resistência do movimento negro, a Imprensa Negra Brasileira foi criada em 1915 com o objetivo de dar visibilidade às ações da população negra e atuar no incentivo da escolarização do povo negro e valorização da cultura e história negra, em pleno contexto de pós-abolição da escravatura e segregação da populção negra. Com

fulcro em tais objetivos, eram publicados nos jornais da época matérias que reivindicavam uma educação gratuita e de qualidade, além da garantia desse acesso por parte do Estado. Ademais, segundo Silva (2023), para que a população negra fosse influenciada a se escolarizar eram publicadas nos jornais imagens de formandas negras e formandos negros, o que funcionava como uma espécie de "pedagogia do exemplo", ou seja, as pessoas negras eram influenciadas a estudarem pela representatividade de seus semelhantes.

O Teatro Experimental do Negro (TEN), idealizado e criado por Abdias do Nascimento em 1944 e vigente até 1968, no Rio de Janeiro, consistiu também em uma organização bastante relevante para a população negra brasileira. O TEN buscava formar atrizes e atores negros, bem como combater a dinâmica de representação de pessoas negras feita por pessoas brancas, que se pintavam de preto para exercer o papel de pessoas negras em apresentações artísticas, teatrais e em novelas, constituindo o que chamamos na atualidade de black face. Além desta importante atuação, o TEN, assim como a Imprensa Negra Brasileira, atuou na escolarização de pessoas negras, principalmente aquelas já em fase adulta, combatendo o alto índice de analfatismo existente entre pessoas negras (Silva, 2023).

Outra instituição de bastante relevância na luta antirracista é a Frente Negra Brasileira. Segundo Domingues (2008, p. 102), na primeira fase do Movimento Negro, a Frente Negra Brasileira foi considerada como grupo mais importante criado pelo movimento negro. Este grupo nasceu em São Paulo, no ano de 1931, e reuniu uma série de pessoas negras em torno do programa que condenava o preconceito racial. A Frente Negra Brasileira mantinha várias instituições voltadas à saúde, lazer, cultura, educação e formação política dos seus. Em 1936, a organização se tornou um partido político, tendo sido um dos protagonistas na oposição à ascensão das ideias fascistas no Brasil. Em 1937, este grupo foi exterminado pelo "Estado Novo", regime vigente até o ano de 1945, caracterizado pela violenta repressão política. Com a queda do governo Vargas, ressurgiu no Brasil o Protesto Negro Organizado; nessa nova fase, se tem a constituição de uma das maiores entidades negras, a União dos Homens de Cor. Com a implementação da ditadura militar no ano de 1964, a política articulada e organizada do Movimento Negro resistiu, ramificou-se e foi ampliada em uma série de outras organizações, mesmo em um contexto de perseguição militar. A exemplo, Gonzalez; Hasenbalg (1982), revelam que, embora o

golpe de 1964 tenha causado desarticulação da liderança negra, a mesma seguiu lutando através de organizações clandestinas espelhando-se em grupos de âmbito internacional. No início da década de 1970, houve a retomada do teatro negro pelo Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), em São Paulo. Neste mesmo período, tivemos por meio da mobilização geral do Grupo Palmares, do Rio Grande do Sul, o deslocamento da comemoração da abolição da escravatura sancionada no dia 13 de maio, destacada historicamente por teóricos como um presente da princesa Isabel desconsiderando a luta de negras e negros, para o dia 20 de novembro, que remete ao aniversário de morte de Zumbi dos Palmares e a luta coletiva de negras e negros contra a escravidão. Além desses acontecimentos, no Rio de Janeiro ocorria, neste mesmo ciclo, uma mobilização em massa da militância negra como uma resposta contra toda exclusão social imposta desde sempre pelo sistema brasileiro; este movimento ficou conhecido popularmente como “soul”.

Para Lino Gomes (2017), se compreende como Movimento Negro diversas organizações políticas, articulações e movimentos de pessoas negras na luta contra o racismo, visando a sua superação. Fazem parte desta identificação os grupos políticos, universitários, culturais, religiosos e artísticos que atuam no combate ao racismo, discriminação racial, valorização e afirmação da história e cultura negra no Brasil, e no rompimento das barreiras racistas impostas a pessoas negras na ocupação de diversos espaços e lugares na sociedade. Em conformidade, Gonçalves; Gonçalves e Silva (2000), descrevem que todas as diversas organizações que constituem o Movimento Negro foram construídas a fim de garantir e lutar pela cidadania do povo negro. Sob este dever, tais entidades se configuram em clubes recreativos, associações culturais de preservação da cultura afro-brasileira e africana, entidades de cunho político e artístico como hip-hop, blocos afros, blocos de carnaval, escolas de samba entre outros. Contudo, ainda que haja desde sempre uma tentativa dos governos totalitários, racistas e antidemocráticos, como foi o caso do golpe militar (1964-1985), em desarticular e aniquilar o Movimento Negro e suas instituições, o mesmo segue resistindo, lutando e defendendo os direitos do povo negro.

Em 1970, em seus anos finais, com o enfraquecimento da ditadura militar no Brasil e, já anunciando o processo de redemocratização do país, foi iniciada uma nova fase de mobilização política negra na luta por direitos sociais (Rodrigues, 2005). Este movimento de luta social, ao revelar que a sociedade supostamente sem

barreiras, sem exclusão social, é na realidade uma sociedade que impõe entraves à população negra, deixando-a na base das hierarquias e subordinações impostas desde a construção do Brasil.

Em 1978, em São Paulo, ativistas negras e negros denunciaram e convocaram a popução brasileira a lutar com o racismo discriminação racial e todas as mazelas sofridas pela população negra por meio de uma carta aberta lida em um no protesto contra a discriminação racial ocorrido em frente ao Teatro Municipal de São Paulo. A carta dizia:

> Estamos hoje na rua numa campanha de denúncia!
> Campanha contra a discriminação racial, contra a opressão policial, contra o desemprego, contra o sub-emprego e a marginalização.
> Estamos nas ruas para denunciar as péssimas condições de vida da Comunidade Negra.
> Hoje é um dia histórico. Um novo dia começa a surgir para o negro!
> Estamos saindo das salas de reuniões, das salas de conferências e estamos indo às ruas. Um novo passo foi dado na luta contra o racismo.
> Os racistas do Clube de Regatas Tietê que se cubram, pois exigiremos justiça. Os assassinos de negros que se cuidem, pois a eles também exigiremos justiça!
> O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial foi criado para ser instrumento de luta da Comunidade Negra. Este movimento deve ter como princípio básico o trabalho de denúncia permanente de todos ato de discriminação racial, a contante organização da Comunidade para enfrentarmos todo e qualquer tipo de racismo.
> Todos nós sabemos o prejuízo social que causa o racismo. Quando uma pessoa não gosta de um negro é lamentável, mas quando toda uma sociedade assume atitudes racistas frente a um povo inteiro, ou se nega a enfrentar, aí então o resultado é trágico para nós:
> Pais de família, desamparados, filhos desamparados, sem assistência médica, sem condições de proteção familiar, sem escola e sem futuro. E é este racismo coletivo, este racismo institucionalizado que dá origem a todo tipo de violência contra um povo inteiro. É este racismo institucionalizado que dá segurança para a práticas racistas que ocorreram no Clube Tietê, como o ato de violência policial que se abateu sobre Robson Silveira Luz, que 44° Distrito Policial de Guaianazes, onde este negro, trabalhador, pai de família, foi torturado até a morte. No dia 1° de julho, Nilton Lourenço, mais um negro operário, foi assasinado por um policial no bairro da Lapa, revoltando toda a comunidade e o povo geral.
> Casos como estes são rotina em um país que se diz democrático.
> E tais acontecimentos deixam mais evidente e reforçam a justiça de nossa luta, nossa necessidade de mobilização.
> É necessário buscar formas de organização. É preciso garantir que este movimento seja um forte instrumento de luta permanente da comunidade, onde todos participem de verdade, definindo os caminhos do movimento. Por isso chamamos todos a engrossarem o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial. Portanto, propomos a criação de Centros de Luta do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial nos bairros, nas vilas, nas prisões, nos terreiros de candomblé, nos terreiros de umbanda, nos locais de trabalho, nas escolas de samba, nas igrejas, em todo lugar onde o negro vive; Centros de Luta que promovam o debate, a informação, a conscientização e organização da comunidade negra, tornando-nos um movimento forte, ativo e combatente, levando o negro a participar em todos os setores da sociedade brasileira.

> Convidamos os setores democráticos da sociedade para que nos apoiem, criando condições necessárias para criar uma verdadeira democracia racial (MNU apud Gonzalez; Hasenbalg, 1982,p.48-50).

Este movimento desmascarou a ideologia da democracia racial que sempre foi uma farsa, principalmente por se tratar de uma sociedade capitalista, alimento das desigualdades sociais e raciais no Brasil (Domingues, 2007). Após a fundação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), houve a aprovação do Estatuto, da Carta de Princípios e o Programa de Ação deste movimento; como a sua principal luta era contra a discriminação racial, sua nomenclatura foi simplificada para Movimento Negro Unificado (MNU). A retomada da luta antirracista neste período tomou como base movimentos sociais anteriores, como a própria luta pelo fim da escravização do povo negro, as lutas contra o Apartheid na África do Sul e a luta por direitos civis da população negra americana. Nos Estados Unidos, o Movimento Negro foi, em 1960, força proposicional de grupos minoritários de docentes e discentes na reivindicação contra a injusta estrutura social e pela formulação de políticas multiculturais. Essa mobilização provocou, em 1968, a construção de programas universitários estadunidenses objetivados a estudar sobre mulheres, sexualidade, preferências sexuais e a população negra. Sob a influência deste acontecimento, o Movimento Negro, já nos anos 1980, passa a pressionar as autoridades governamentais para a implementação de políticas sociais de valorização da população negra (Rodrigues, 2005).

O Movimento Negro é fundado por meio da luta por resolução dos problemas sociais enfrentados pela população negra, problemas estes gerados pelo racismo em suas múltiplas faces. Por conseguinte, a raça e a identidade negra seriam, neste sentido, elementos de mobilização e luta da população negra nas reivindicações políticas. Todavia, a trajetória histórica do Movimento Negro se caracteriza pela dinâmica de estratégias de luta pela integração social do negro e pela erradiação do racismo; tais metódos são relacionados a organizações do período pós-abolição da escravização de pessoas negras (Domingues, 2007). A conduta exercida pelo movimento de se opor à opressão ocorre através da luta por dignidade e do orgulho racial. A valorização do negro brasileiro na contemporaneidade, fez com que a cultura afro-brasileira fosse, em dado nível, aclamada, inclusive havendo um aumento da autoidentificação negra no Brasil. Além disso, nos anos 1980, se teve a criação de milhares de grupos afro-brasileiros espalhados por todo o território

brasileiro (Domingues, 2008).

Segundo Petrônio Domingues (2008), com a pulverização do Movimento Negro, em 1991, tivemos o primeiro Encontro de Entidades Negras (ENEN), na cidade de São Paulo. O Movimento Negro se tornou mais visível e a pauta de luta racial ganhou espaço em outros movimentos sociais, provocando o fortalecimento da questão racial entre as entidades sociais. Como fruto desta ação, houve a fundação da Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), exercendo um papel de central nas entidades afro-brasileiras, promovendo os Fóruns de entidades negras; na perspectiva de ações internacionais, esta coordenação organizou o Congresso Continental dos Povos Negros das Américas, em 1955, reunindo dezenove países.

Para além disso, na própria década de 1990, muitas entidades se especializaram, e passaram a exercer seu trabalho em uma única vertente, algumas se voltaram ao âmbito educacional. Com esse foco, foram criadas:

> [...] a Associação Afro-Brasileira de Educação Cultural e Preservação da Vida (Abrevida), em São Paulo; o Educafro, no Rio de Janeiro; o Núcleo de Estudos do Negro (NEN), em Florianopólis; instituições responsáveis pela saúde feminina negra, como a ONG Fala Preta!; de São Paulo; instituições direcionadas ao apoio empresarial das negras e dos negros brasileiros, como o Coletivo de Empresários do Triângulo Mineiro (Ceabra); as entidades direcionadas à advocacia negra, como as Comissões Negras da Ordem dos Advogados no Brasil (OAB); organizações voltadas a saúde psicológica da pessoa negra, a Amma- Psique e Negritude, de São Paulo, é uma delas; agrupamentos voltados a conscientização de protestantes negras e negros, como o grupo Negros em Cristo, além de instituições criadas para a defesa dos direitos da população negra, assim como o Quinbanda Dudu, em Salvador (Domingues, 2008, p.105).

De acordo com a obra “Estratégias e políticas de combate à discriminação racial” (Munanga, 1996), nos trezentos anos de morte de Zumbi dos Palmeiras, comemorado em vinte de novembro, o Movimento Negro organizou uma Marcha em Brasília. Essa mobilização não tratou apenas de denunciar e protestar em favor das lutas sociais enfrentadas pela população negra, mas também se tratou de um protesto objetivado a clamar por projetos de políticas públicas antirracistas no Brasil.

Para o Movimento Negro, as práticas racistas no Estado brasileiro só poderiam ser solucionadas ou amenizadas através da Constituição Federal, no entanto foi exigido:

> a) o reconhecimento por parte do Estado, das comunidades remanescentes de quilombos e o título de propriedade definitiva de suas terras, trata-se do reconhecimento das especificidades culturais e históricas dessas comunidades, bem como da iniciativa de preservar e garantir o

> direito à terra;
>
> b) a criminalização da prática do racismo, do preconceito racial e de qualquer discriminação atentatória aos direitos humanos;
>
> c) uma educação comprometida com o combate ao racismo e todas as formas de discriminação, que valorize e respeite a diversidade, assegurando a obrigatoriedade do ensino de história da populações negras no Brasil (Rodrigues, 2005, p. 53).

A proposta do Movimento Negro era a de que a Constituição Federal orientasse a concretização destas medidas, a fim de fazer com que os governos trabalhassem na garantia de todos os direitos da população negra. As medidas compensatórias propostas referiam-se a um reparo social e a busca por uma igualdade formal dotada por meio de políticas orientadas pelo princípio da igualdade substancial. As exigências feitas pelo Movimento Negro também englobavam as necessidades e direitos da população indígena, das pessoas com deficiência e das minorias como um todo. Apesar da criminalização do preconceito racial ter feito parte das propostas, o mesmo não foi considerado neste momento; o que se conquistou então foi a criminalização da discriminação racial. A respeito da educação, foi enfatizado pelo Movimento Negro a importância da valorização da diversidade, combate ao racismo e a todos tipos de discriminação social; através disto foi conquistada a obrigatoriedade do ensino de História das populações negras do Brasil, como um projeto de valorização da história e cultura afro-brasileira e africana (Rodrigues, 2005).

De acordo com Maciel (2022), as pautas levantadas pelo Movimento Negro mudaram o rosto das universidades, com a presença de novos sujeitos, dentre eles negras e negros, provocando uma diversificação, tanto no corpo docente quanto discente. Para um país que historicamente negou parte substancial de seus caracteres étnico e raciais, marginalizando suas origens negras e indígenas, este é um avanço significativo gerado pelas políticas identitárias. A política de cotas sempre exigiu debate sobre os sujeitos e grupos sociais que integram o campo acadêmico, por exemplo. Ao olhar para os impactos causados no ensino superior, encontram-se discussões sobre as potencialidades das ações afirmativas. Desde há muito tempo, o Movimento Negro luta para que todos os espaços, inclusive os educacionais, sejam reorientados em suas visões de mundo e na inserção da grande minoria historicamente excluída dos ambientes de escolarização formal. Junto à política de cotas e às ações afirmativas, são colocadas interpretações e

experiências diversas no campo acadêmico, dentre elas, o questionamento da ausência de corpos negros, indígenas e de pessoas com deficiência, entre outras, no interior dessas instituições que necessitam de mudanças para produção de novos signos para essa população precarizada historicamente.

Em 2006, a intelectualidade negra e ativista publicou o Manifesto em favor das cotas e do estatuto da igualdade racial. O ponto de partida deste documento foi o não reconhecimento das desigualdades raciais na sociedade brasileira; este dado distingue-se da Constituição Brasileira de 1891, como uma referência para a instauração de condições igualitárias para a população negra, considerando o trabalho, o acesso à terra e a educação. Com base nessa leitura, a política de ações afirmativas se constitui como uma ferramenta de reparo às desigualdades historicamente geradas pelo racismo (Maciel, 2022, p. 75).

Resultante do ciclo de lutas mobilizado pelo Movimento Negro, em 2012 é sancionada a lei 12.711, conhecida popularmente como a política de cotas, pelo governo Dilma Roussef. Para Silva (2016), a lei de cotas é integrante do conjunto das ações afirmativas, que tem por objetivo proporcionar acesso educacional e melhores condições de trabalho a toda a população vítima do processo histórico de desigualdades no Brasil. Sob este pensamento, a implementação das cotas raciais em universidades públicas e privadas consiste em uma forma de reparo da condição de exclusão social em que a população negra sempre se encontrou. Na perspectiva da lei de cotas raciais, a garantia do acesso de pessoas negras à universidade permite que as mesmas tenham a possibilidade de maior inclusão no mercado de trabalho, e melhores condições de vida, através de uma participação igualitária na vida social. Para Bueno:

> [...] o legado das ações afirmativas permitiu que as ideias e ações do movimento negro circulassem para além de nossas estratégias de resistência, constituindo uma epistemologia de lutas: palavras que indicam e mobilizam ações. Ações que mobilizam escritos. [...]. É do Movimento Social Negro que emergem as análises críticas aos sistemas de poder, é dele também que consolidamos práticas de enfrentamento as consequências de manutenção desses sistemas. Nós rebelemos à subordinação que nos é imposta com os saberes de resistência que nos foram ensinados pelo Movimento Negro (Bueno, 2022, p. 8-10 .In: Gomes, 2022).

Com base nos escritos de Silva (2016), se tem a argumentação de que as ações afirmativas garantem à sociedade brasileira uma verdadeira democracia, ao conceder a participação social de grupos marginalizados. Embora seja ela uma política de reparo social, as cotas raciais não põem fim ao racismo sofrido

diariamente por pessoas negras. Em uma sociedade capitalista como a nossa, fundamentada pela disputa social, busca por privilégios e poder, que são considerados elementos geradores das desigualdades, principalmente as raciais, o racismo está longe de ser superado. Mesmo com alguns avanços gerados pela luta, militância e ativismo do Movimento Negro, o racismo persistente em nossa sociedade que desde sempre é gerado pelo próprio sistema capitalista (Silva, 2016).

Além destas, uma das várias vitórias do Movimento Negro, de acordo com Silva (2016, p. 67- 68), é a lei 10.639/03, sancionada pelo governo Lula, que tornou o ensino de história da África, afrobrasileira e indigéna obrigatórios no ensino fundamental e médio, em instituições públicas e privadas. A partir deste passo, o movimento negro alcançou o âmbito educacional e pôde propor, revisar e apontar os conteúdos fomentadores do racismo e da desigualdade racial nos livros didáticos. Ademais, com este avanço, foram propostas capacitações de professores para o desenvolvimento de uma pedagogia interétnica, na reclassificação do papel e valorização da população negra em nossa sociedade.

O racismo, para Bento (2022), é um sistema que possui a raça como fundamento, e se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que dão origem às desvantagens e aos privilégios gerados pelo grupo racial pertencente. Portanto, não se trata apenas de um ato discriminatório, mas de uma operação distributiva de condições subalternas e de privilégios entre os grupos raciais, reproduzidos na política, economia e nas relações sociais cotidianas.

Em vista disso, de acordo com Pereira *et al.* (2020, p. 166), na atual conjuntura, o Movimento Negro segue lutando por pautas antirracistas e pela educação inclusiva, criando, desenvolvendo e proporcionando planos de conduta fomentadores do avanço das pautas raciais através de suas várias frentes de atuação. São estes movimentos que apontam propostas de transformação da sociedade e que lutam pela inclusão social. Estes movimentos sociais têm criado identidades representativas simbólicas por meio de seus discursos e práticas. Ao mesmo tempo em que as ações sociais são materializadas, é despertado em seus militantes e ativistas o sentimento de pertencimento social (Silva, 2016). Como fruto da atual conjuntura de lutas do Movimento Negro, tivemos uma conquista recente, gerada principalmente pela representação política negra no atual governo Lula; essa vitória é a lei 14.532/23, que equipara a injúria racial ao crime de racismo. Esta legislação considera ofensas direcionadas a raça, cor, etnia ou procedência nacional

como crime inafiançável, imprescritível e com pena de até cinco anos de reclusão.

Todavia, o Movimento Negro, segundo Gomes (2022, p. 29), é um agente político que tem construído desde o seu nascimento uma história de resistência, luta, ações e propostas de aprimoramento da democracia brasileira. Consequentemente, o mesmo é entendido como uma “macro categoria”, que atua em várias entidades independentes atuantes no combate ao racismo e construção da igualdade racial. Por isso, o Movimento Negro, em suas diversas corporações, configura-se em um ator político e educador, organizado sob um legado espistemológico construtor de um saber nascido na luta. Sob este papel, o Movimento Negro educa e reeduca a si próprio, a sociedade e o Estado sobre as relações étnico-raciais. É ele quem pressiona as autoridades políticas para a adoção de políticas públicas geradoras da igualdade racial.

Portanto, ao passar dos anos, o Movimento Negro é desafiado diariamente a produzir novos conhecimentos colocados pelas barreiras sociais de ataques a democracia. Neste sentido, os saberes gerados pelo Movimento Negros são inconformados com quaisquer realidade de opressão.

O conhecimento construído pelo Movimento Negro se origina da indignação. Quanto mais indignas se tornam as condições sociais e a forma em que o racismo é imposto, mais a dignidade da população negra é atingida. Para muitas pessoas negras, isso é motivo de isolamento do mundo social, para outras isto é um meio de mobilização e ativismo político (Gomes, 2022).

De modo geral, para Pereira *et al.* (2020, p. 166), é perceptível que as lutas travadas pelo Movimento Negro são plurais e já alcançaram espaços históricos inimagináveis para a população negra, tal como o acesso às universidades. Esta garantia foi traçada pelo Movimento Negro, ao colocar em pauta a luta antirracista. A luta antirracista é dada a partir da militância e do ativismo de negras e negros; essa mobilização afeta toda a sociedade que, através disto, passa a gerar novas significações e ações na vida cotidiana.

Vislumbra-se através da história de constituição do Movimento Negro e suas ações que a rua sempre foi um espaço de reivindicação, luta, militância e ativismo negro em nossa sociedade. Portanto, para o ativismo negro no Brasil, as Jornadas de 2013 consistiram em um momento de extensão e propagação de uma luta social que já ocorre por décadas pelo Movimento Negro. Tanto que, segundo Nunes (2023), para o bem ou para o mal, a militância presente nas Jornadas de 2013 levou

para casa uma herança. No caso da militância negra presente nas Jornadas de 2013, essa lição foi dada a partir da demarcação e denúncia da violência policial sofrida pela população negra diariamente desde a construção histórica de nossa sociedade. A destarte, o movimento negro não nasce nas Jornadas de 2013, mas adquire a partir desta participação um legado, que é o fortalecimento de si, das pautas de promoção da vida de pessoas negras, além da reafirmação da necessidade de candidatura e eleição de pessoas negras na política institucionalizada (Nunes, 2023).

3 AS JORNADAS DE 2013

Contextualizar o movimento das Jornadas de 2013 se faz importante por ser este o objeto de pesquisa deste estudo. Levantar a definição dos conceitos de formação política, subjetivação política, socialização política e interseccionalidade, possui relevância, pois tais conceitualizações são categoriais de análise cruciais para a compreensão de como foi a participação de pessoas negras nas Jornadas de 2013, do que essas pessoas aprenderam nesse ciclo de protestos e quais foram as influências desta participação e aprendizado na vida dessas pessoas.

3.1 As Jornadas de 2013 e suas experiências políticas

O ano de 2013 no Brasil foi o cenário de um ciclo de protestos de rua massivos, o maior já vivido na história do Brasil. Ficou conhecido como: Jornadas de 2013. Ocorriam desde 2010 um ciclo global de protestos, de forma que as Jornadas exprimiam temas e interesses de origem tanto local quanto global. Para Gerbaudo (2022), as Jornadas de 2013 fazem parte do ciclo global de protestos que ele chama de “revoltas das praças”, iniciado com a Primavera Árabe em 2010. As revoltas das praças não apenas eram uma reação à crise econômica mundial iniciada em 2008, mas também exprimiam a insatisfação global pelo sistema político, pelos partidos e pelas formas tradicionais de organização política, associados a um novo modo de cidadanismo democrático, conduzido sob formas neonarquistas de organização e ação.

Antunes e Braga (2014) salientam que as Jornadas expressavam, particularmente no Brasil, o início dos efeitos desta crise global e os limites das soluções internas perante esta crise. Com isto, as Jornadas de 2013 e as manifestações globais, mesmo com suas particularidades e diversidade, possuem algo em comum:

> [..] as massas populares se apropriam do espaço público, das ruas, das praças, exercitando práticas, mais plebiscitárias, mais horizontalizadas, além de estampar o descontentamento em relação tanto às formas de representação e de institucionalidade que caracterizam as democracias vigentes nos países capitalistas [...] (Antunes; Braga 2014, p.42).

Castells (2013) também considera que existe uma articulação entre estes diferentes movimentos, seja aqueles mais fortemente voltados contra a desigualdade econômica e o sistema capitalista - como o Occupy Wall Street, em

2011 -, sejam aqueles que se opunham a regimes autoritários e buscavam melhorias sociais - como a Primavera Árabe (um conjunto de mobilizações populares ocorridas em países do norte da África e do Oriente Médio a partir de 2010.

Gohn (2013), assim como os demais autores referenciados, não considera as Jornadas de 2013 como um ato de cunho nacionalista, mas como uma forma de agir coletivamente, uma vez que contou com forte presença de pessoas sem nenhuma filiação partidária e sem nenhuma vinculação com algum tipo de movimento social. Ao seu ver, a peculiaridade das Jornadas seria a organização horizontalizada e descentralizada, construindo uma “outra estética” de mobilização popular. Tais características são reconhecidas no MPL (Movimento Passe Livre), um movimento social autônomo, horizontal, sem nenhum segmento partidário, fundante das Jornadas de 2013. Entretanto, veremos que militantes de partidos de esquerda fora do Campo Popular (apoiador dos governos petistas) fizeram parte muito ativa das primeiras manifestações, inclusive em São Paulo.

Dowbor e Szwako (2013) destacam que as primeiras mobilizações organizadas pelo MPL tiveram início muito antes de 2013, com a pauta do transporte público - oriundas do precursor movimento de 2003, a revolta do Buzu em Salvador. Segundo Silveira (2019), um ano depois da revolta do Buzu, estudantes de Florianópolis se mobilizaram no movimento que ficou conhecido como a Revolta da Catraca. No ano de 2010, se tem também a criação dos CPCs (Comitês Populares da Copa), com pautas de denúncias referentes ao impacto das obras da Copa do Mundo e das Olimpíadas (Dowbor; Szwako, 2013).

A capital paulistana também foi cenário das maiores manifestações das Jornadas de 2013. Entretanto, em sua fase de massificação, as manifestações se tornaram heterogêneas tanto nas pautas quanto nos manifestantes, espalhando-se por milhares de capitais e cidades por todo território nacional. O movimento reuniu em seu quadro de luta social, uma profusão de pautas, incluindo protestos relacionados à insatisfação perante o então governo Dilma Rousseff, do PT (Partido dos Trabalhadores), e a negação de direitos sociais à população brasileira. Havia também pautas críticas referentes ao sistema político democrático representativo. A proliferação das manifestações também chegou às milhares de periferias espalhadas pelo território brasileiro, ativando uma massa de pessoas pobres, negras e periféricas. A vista destas reivindicações, no âmbito das manifestações foram

propostas formas horizontais e autonomistas de governo, sob o viés de uma democracia direta, descartando a necessidade de representatividades partidárias.

Em seu período inicial, antes da proliferação das pautas e manifestantes, o movimento foi intensamente reprimido pela polícia e criticado pelos meios de comunicação tradicionais, que o consideravam como vandalismo. Somente com o apoio da opinião pública é que o movimento passou a ser considerado democrático e progressista:

> Esses manifestantes foram “reconhecidos” pela mídia e pelas autoridades estatais como vândalos, em contraposição a manifestantes legítimos, que desapareciam quando a violência começava, porque estava apenas querendo que fosse reconhecido o seu direito de se manifestar, completamente reconhecido pelo Estado e pela grande mídia que acompanhava as manifestações (Pinto, 2016, p. 1086).

Para Antunes e Braga (2014), no decorrer das Jornadas, se tornou compreensível que o ciclo de revoltas que geraram as mobilizações não se direcionava exclusivamente à pauta do transporte público. Na realidade, se tratava de uma ruidosa transformação social nascente de uma inquietação e da insatisfação social:

> 2013, ainda que inicie com o projeto dos vinte centavos, a pauta era maior, era por uma educação de qualidade, por uma saúde de qualidade, por geração de emprego por moradia, por tudo que nos era negado, não era pelos vinte centavos. (Zumbi dos Palmares, entrevistado em 2023).

Para Custódio (2018), as Jornadas tiveram três períodos. A primeira fase seria a dos protestos contra o aumento das tarifas do transporte público, que se tornou uma pauta vitoriosa por meio da pressão feita nos governantes que cancelaram o aumento em 2013. O segundo momento foi composto por milhares de manifestações referentes a todos os direitos sociais possíveis, bem como contra os modos tradicionais de governo. E por fim, tivemos a tentativa da direita e da extrema direita de se apropriar das Jornadas de 2013, e estabelecer e propagar seu discurso conservador e regressista, existente muito antes das Jornadas de 2013.

> 2013 é a explosão de todo um processo, as coisas começam em 2013, eu acho que isso é uma leitura bem diferente, por exemplo, de quem diz que: “Ah, o bolsonarismo começou em 2013”. Eu acho que é uma leitura muito equivocada, sabe? Porque eu acho que nada começou ali. Foi uma explosão na rua de coisas que já estavam acontecendo há pelo menos dez anos (Samantha, entrevistada 2023).

Apesar das Jornadas terem sido consideradas como eventos de caráter revolucionário, progressista e democrático, a direita e a extrema direita tiveram entrada no movimento a partir de grupos conservadores oportunistas que tentaram influenciar no sentido político ideológico e nas pautas do movimento (Abreu; Leite; 2016). Segundo Antunes e Braga (2014), núcleos de direita tomaram o movimento das Jornadas influindo bandeiras conservadoras e palavras de ordem extremistas. Custódio (2018), descreve que os protestos das Jornadas ligados aos repertórios contra a corrupção e anti-PT defendiam medidas neoliberais, a austeridade e a intervenção militar; eram compostos por pessoas de classe média alta, que historicamente se beneficiam das hierarquias e das desigualdades sociais.

Venera (2017), enxerga as manifestações das Jornadas de 2013 como um movimento marcado pela fragmentação. Segundo ele, os grupos minoritários organizados foram praticamente enxotados das ruas, ou por medo de serem confundidos com seus contrários, ou pela revolta dos apartidários contra os militantes de partidos:

> A gente tinha em 2013 uma nova direita, claro, assim como a gente também tinha uma nova esquerda, mais radical, que eu acho que os black blocs eram talvez a representação máxima dessa nova esquerda (Samantha, entrevistada 2023)

O perfil dos sujeitos atuantes nas Jornadas de 2013, até a sua segunda fase, é a de sujeitos que chegaram na juventude em um contexto de luta por direitos sociais:

> O perfil da juventude presente nas manifestações eram, em sua maioria, as e os que fazem o uso de serviços públicos. Estas meninas e meninos alcançaram a juventude em um contexto de reivindicação de melhorias e mobilizações pelo não retrocesso de direitos e a garantia de outros, a exemplo da pauta reivindicada pelo MPL e também dos protestos apoiados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) contra os gastos abusivos da copa do mundo no ano de 2013 para a construção de novos estádios, o que prejudicaria a luta por moradia (Silveira, 2019, p.36).

Em suas fases consideradas progressistas, Antunes e Braga (2014, p. 45) definem a militância das Jornadas de 2013 como majoritariamente formada por pessoas da classe trabalhadora, inseridas em condições precárias de trabalho, com “os limites de um modelo de desenvolvimento que se apoiou na espoliação do espaço urbano por meio do conluio entre incorporadoras, construtoras, empresas de transporte e poder público”.

Paralelamente, André Singer (2013), analisa a população que se mobilizou em 2013 como uma nova classe proletária. Esta nova configuração é resultante das precariedades trabalhistas e do desemprego do jovem brasileiro. Em geral os manifestantes eram pessoas da classe trabalhadora que enxergavam na educação, principalmente na superior a possibilidade de emancipação. Se considerarmos que as classes trabalhadoras, especialmente as que vivem situações de maior precariedade, são compostas majoritariamente por pessoas negras - e em proporção maior à sua presença nos demais setores da população -, isso por si só torna o aspecto racial como muito relevante para a compreensão das Jornadas - em especial, em suas fases iniciais.

3.2 Formação política

A partir das características emancipatórias e libertadoras dos movimentos sociais populares, a formação política é algo intrínseco às atividades das organizações, coletivos e das ações coletivas:

> Em seu sentido emancipatório e verdadeiramente libertador, o tema da formação política vincula-se inextricavelmente à práxis dos movimentos sociais populares e do conjunto dos oprimidos, haja vista que é um fenômeno que atravessa a totalidade das atividades organizadas pelos sujeitos coletivos em movimento (Maciel; Rech, 2022, p.3).

Em “Trabalho de base: seleção de roteiros” organizado pelo Centro de Educação Popular (CEPIS), a formação política é compreendida como o trabalho de base, sendo esta a “ação política transformadora, realizada por militantes de uma organização popular, que mete o corpo em uma realidade concreta, para despertar, organizar o povo na solução de problemas cotidianos e ligar essa luta à luta geral da opressão” (Peloso, 2012, p.10). Neste viés, cabe entender que a formação política vinculada ao trabalho de base realiza um processo educacional com os cidadãos participantes de movimentos sociais, coletivos e organizações, gerando conhecimentos que dão vazão à compreensão, à crítica e à interpretação dos acontecimentos sociais e do cenário político, assim como é o caso das Jornadas de 2013.

Ao compreender que a educação tem, entre os seus deveres fundamentais, a formação de cidadãos críticos e conscientes, se torna necessário o fomento da participação política dos estudantes, ao contrário disso, o que se passa a ter segundo Demo (1996, p. 53), é a “deseducação, porque consagra estruturas

impositivas e imperialistas, transformando o educador manipulador em figura central do fenômeno, em vez de elevar o educando ao centro de referência".

Sob a premissa de Gomes (2017), o conhecimento gerado pelos movimentos sociais é alimentado pelas próprias lutas sociais que os mesmos se dispõem. Para a autora, todo conhecimento construído pelos movimentos sociais contribuem para a legitimação e fortalecimento das lutas sociais, através da construção de novos enredos que servem de base para as reivindicações populares. Condizente, os saberes construídos através da luta dos movimentos sociais é diferente do aprendizado que é elaborado sobre os movimentos sociais. Esta distinção é dada pelo fato de que o conhecimento nascido por meio das experiências de participação refere-se a um saber prático, a um saber tido durante a vivência de luta, enquanto o outro tipo de conhecimento refere-se ao que é relatado sobre os movimentos sociais, como o que se tem nos livros de história, por exemplo. Concordante, os movimentos sociais são educadores porque geram novos saberes, seja pela experimentação ou ao fazerem história. Entretanto, a construção dos novos conhecimentos não só fomentam as lutas sociais, como também atuam na formação de novas figuras políticas.

Baseado nesta análise, torna-se compreensível o movimento das Jornadas de 2013 como formador político, assim como gerador de novos conhecimentos, por ser um movimento de dimensão utópica, em que se buscava através da militância e do ativismo popular um tipo ideal de sociedade. Além disso, a própria pauta do transporte público que mobilizou o início das Jornadas de 2013 demonstra o caráter utópico do movimento. Groppo (2016), considera que as Jornadas de 2013 tiveram um valor utópico. Para ele, nas Jornadas de 2013 foram expressas a vontade humana de se organizar, protestar e resistir na luta pela garantia de direitos sociais, e busca de um tipo ideal de sociedade, em concordância temos a fala de uma das pessoas entrevistadas:

> As Jornadas de 2013 foram um momento de muita importância. Porque, o que acontece, a nossa população brasileira tem plena consciência de que vive em país rico, não rico mas bilionário seja em riquezas materiais, seja em riqueza animal. Quando a população tem consciência de todo esse poder que nós temos e temos consciência de que vivemos em uma miséria, evidentemente, a população vai se revoltar contra todo o sistema que não aplica políticas públicas à favor de seu povo. (Zumbi dos Palmares, entrevistado em 2023).

Sob o pensamento de uma sociedade utópica, os militantes e ativistas ao pensarem em um novo projeto governamental distinto dos modos de representação tradicionais, que não faziam do povo o protagonista de suas decisões e escolhas, foram criados durante as Jornadas de 2013 coletivos que, segundo Perez (2019, p.8), “não possu[em] lideranças, nem mandatos, as decisões são conjuntas e as ideias são compartilhadas, tendo deste modo um caráter autonomista e horizontal.” Desse modo, as condutas, as decisões, as estratégias de mobilização eram dadas de modo horizontal, por intermédio da opinião de todos membros de forma igualitária, sem nenhuma prática centralizada, burocrática e hierárquica. Logo, haveria nos coletivos a tentativa de um exercício político mais próximo do povo e distante dos sistemas governamentais formais, considerados negativos:

> [...] uma tentativa de construção de práticas mais genuínas, mais próximas do povo e mais compartilhadas entre os membros, ainda que nem sempre passíveis de serem concretizadas. Tais práticas estariam distantes do que eles consideram negativo em política: hierarquias que se traduzem em falta de oportunidades de exposição e de decisão por parte de todos os membros (Perez, 2019, p.9).

Nesta direção, a adoção dos coletivos nas Jornadas de 2013 consiste em uma resposta à decepção e descrença gerada pela crise global de representação política e uma possibilidade prática dos novos ideais políticos propostos durante o movimento.

Embora os coletivos criados durante as Jornadas tivessem toda uma ideologia autonomista e horizontal, os mesmos seguiam vertentes esquerdistas e direitistas a partir dos membros e dos partidos presentes no movimento. Desse modo, a formação política construída e ofertada pelos coletivos podiam ser voltadas à pautas tanto de direita quanto de esquerda, isso dependia do seguimento ao qual os determinados coletivos obtinham. A grande diferença entre as duas vertentes é que a esquerdista possuía expressões progressistas autonomistas e horizontais, enquanto a direitista apresentava características regressistas de ordem e soluções autoritárias. Tais definições, representam todo o perfil heterogêneo que as Jornadas de 2013 tiveram durante as suas mobilizações e em relação ao seu caráter formador político (Perez, 2019).

Outrossim, de acordo com Maricato *et al*. (2013) e Pinheiro-Machado (2019), os participantes das Jornadas de 2013 tratavam-se de pessoas mais escolarizadas, fruto das políticas educacionais construídas pelo PT. Ademais, foi essa sob essa

escolarização que a chama pelo desejo de reivindicação social foi acendida e alimentada. Posto isso, as Jornadas de 2013 foram compostas por uma nova geração das camadas populares que, unidos em uma pluralidade de grupos e movimentos, ensinaram a sociedade, o sistema político e suas vertentes, sobre a possibilidade de se organizarem de forma horizontal e autônoma:

> Uma nova geração de jovens cidadãs e cidadãos integrados em uma multiplicidade de grupos e movimentos (e muitos militantes autônomos) têm ensinado cotidianamente a toda a sociedade, à classe política, à esquerda crepuscular, às organizações patrocinadas e à "intelectualidade" que é possível se organizar horizontalmente e assim constituir o comum na multiplicidade, por meio e não contra a autonomia das singularidades – sem hierarquias, precedências, capturas, cooptação, "autoridades", "mentores", preceptores et caterva. Meninas e meninos pobres das periferias conquistaram a possibilidade de lutar, nas ruas das áreas urbanas centrais e "nobres", pela cidadania e pelos direitos civis de que são privados em seus territórios de origem (Pilatti, 2014, p.54).

Contudo, o conhecimento gerado pela classe popular militante e ativista das Jornadas de 2013, demonstram que esta nova geração construiu o maior movimento social da história por terem acessado, segundo Vinícius (2014, p. 341), a "moratória social", isto é, conquistaram por meio da massificação da escolarização, a formação necessária para a construção de discursos contra a opressão e negação do Estado. Para além destes elementos, outro atributo percebido através das mobilizações das Jornadas de 2013, é o de que essas e esses militantes, ao nascer e crescer em uma democracia, não possui as mesmas experiências de pessoas que viveram em períodos não democráticos como o dos anos 1970 e 1980:

> [...] as mobilizações de 2013 também revelam a emergência de uma nova geração de militantes que nasceu/ou cresceu em democracia, e não possuem as mesmas experiências e visões de mundo e relações com o campo popular-democrático dos anos 1970 e 1980 (Bringel; Players, 2015, p.15).

Com o avanço das redes sociais no Brasil, no período das Jornadas de 2013 foi apresentado um novo método de informação, socialização, formação, militância e ativismo político. De acordo com Ricci e Arley (2014), as ferramentas on-line influenciaram profundamente os eventos de 2013, formando uma fluente cadeia inter-relacional, distinta, horizontal e autônoma.

Gohn (2011) aponta que os movimentos sociais utilizam as redes sociais como ferramenta de articulação das pessoas para as mobilizações. Contudo, a condição para a participação na vida política se dá pela visualização dos problemas

sociais e a percepção de que os mesmos podem ser solucionados mediante ações coletivas.

3.3 Subjetivação política

Para o sociólogo Paolo Gerbaudo (2022), as identidades foram o componente central de efervescência dos movimentos antiglobalização. Contudo, o ciclo de mobilizações Jornadas de 2013 originaram e reproduziram uma nova dimensão de participação popular democrática:

> 2013, é uma aula companheira [...]. Uma aula que primeiro nos ensinou que é possível nos organizar, segundo faz com que a gente tenha uma reflexão do país que a gente vive (Zumbi dos Palmares, entrevistado 2023).

Pinto (2016), considera que as Jornadas foram um momento de fragmentação identitária. De acordo com seu texto, nenhuma identidade construída antes das Jornadas de 2013 foi mantida. Dessa forma, 2013 realizou de fato o reconhecimento das pessoas como sujeitos políticos. Lutar por reconhecimento é um ato de transformação, aliás, uma vez que alguém se reconhece deixa de ter sua identidade anterior.

Na produção de Ritter (2016, p. 121), as subjetividades políticas em 2013 são entendidas como o pensamento e o desejo das pessoas em se identificar com o discurso do midialivrista, daquele que “busca liberar a voz, fugir de qualquer tipo de controle, seja ele técnico ideológico, econômico ou político”.

Machado (2013), considera que a subjetivação política das Jornadas reside na crítica das divisões sociais hierárquicas geradoras das desigualdades entre as classes sociais, da opressão e da inferioridade social. Segundo o autor, a política é quem interrompe o processo desigual, questionando a sua naturalidade e manifestando a igualdade fundamental.

De acordo com Mendonça (2016), se em dado espaço público há limitações impostas pelo poder, se tem a existência de uma relação entre dominantes e dominados. Portanto, a pregação de discursos hierárquicos, que privilegiam uns e desprivilegiam outros, podem ser qualquer coisa menos um ambiente ou um movimento político. Para Ranciére (2018), a política se refere à constituição de sujeitos políticos na dissensão. Segundo ele, o dissenso compreende a verdadeira concepção de política, por ser o encontro de idealizações distintas em um mesmo espaço. No momento em que os indivíduos excluídos e inferiorizados afirmam sua

posição de igualdade em relação a todas as demais pessoas, estes se tornam, mesmo que provisoriamente, “sujeitos políticos”, por desafiar a divisão social hierárquica que coloca as pessoas em desigualdade. Contudo, a política só pode ser vivenciada através do espectro da igualdade:

> A política é primeiramente o conflito em torno da existência de uma cena comum, em torno da existência e a qualidade daqueles que estão ali presentes. É preciso antes de mais nada estabelecer que a cena existe para o uso de um interlocutor que não a vê e que não tem razões para vê-la já que ela não existe. As partes não preexistem ao conflito, que elas nomeiam e no qual são contadas como partes. A "discussão" do dano não é uma troca — sequer violenta — entre parceiros constituídos. Ela diz respeito à própria situação de palavra e a seus atores. Não há política porque os homens, pelo privilégio da palavra, põem seus interesses em comum. Existe política porque aqueles que não têm direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aquele em que não estão, o mundo onde há algo "entre" eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada (Rancière, 2018, p. 39-40).

Neste sentido, para Rancière, a “polícia” seria o objeto controlador e criador da ordem desigual do Estado, ao contrário da política que consistiria em um processo de emancipação que contrapõem e nega a ordem desigual ao propagar a igualdade comum:

> A polícia é assim, antes de mais nada, uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído. É, por exemplo, uma lei de polícia que faz tradicionalmente do lugar de trabalho um espaço privado não regido pelos modos do ver e dizer próprios do que se chama o espaço público, onde o ter parcela do trabalhador é estritamente definido pela remuneração de seu trabalho. A polícia não é tanto uma "disciplinarização" dos corpos quanto uma regra de seu aparecer, uma configuração das ocupações e das propriedades dos espaços em que essas ocupações são distribuídas. Proponho agora reservar o nome de política a uma atividade bem determinada e antagônica à primeira: a que rompe a configuração sensível na qual se definem as parcelas e as partes ou sua ausência a partir de um pressuposto que por definição não tem cabimento ali: a de uma parcela dos sem-parcela (Rancière, 2018, p. 41-42).

Consoante, os modos de subjetivação são propícios à transformação identitária dos sujeitos, definida pela ordem “policial” de forma desigual. Assim, a subjetivação política é a ruptura da inferioridade estabelecida desde sempre, tornando os indivíduos “não falantes” em “falantes” (Rancière, 2018, p. 49-50). Logo se vê, que os processos de subjetivação política estão relacionados com a

recomposição das relações sociais e de poder, no entanto seguindo um ideário de igualdade social (Rancière, 2018).

Para Castro (2009), a subjetivação política é um processo de transformação, dado a partir da entrada em um universo distinto ao de origem, seja por práticas sociais ou formais baseadas na igualdade política. Destarte, a subjetivação não dispõe dos meios que colocam as classes sociais em desigualdade, na verdade este processo ultrapassa os limites colocados pela ordem desigualitária, colocando os seres sociais na mesma posição. Mendonça (2016) destaca que a subjetivação política implica na constituição do sujeito político, do sujeito ético, que se posiciona, se insubordina, crítica e atua nas relações de poder, subvertendo os próprios termos de sua sujeição.

> A subjetivação política, nesse sentido, refere-se a modos de constituição do sujeito que se dá no entre. Não apenas no entre que se refere a si mesmo e ao outro, mas no entre que se desenha entre quem eu sou e quem eu posso me tornar. É também um entre subjetividades e não a partir da valorização de uma subjetividade dada, formatada. Dá-se, a subjetivação política, como um posicionamento do sujeito no mundo, que comporta movimentos de aproximação de si em busca da “coragem de verdade” que, portanto, se distancia da idéia da “vontade de verdade”, entendo-se esta última como vontade de pertencimento, pautado em regras e valores socialmente partilhados e comumente perseguidos (Mendonça, 2016, p.78).

Com base em Machado (2013), a subjetivação política corresponde ao redimensionamento da experiência das pessoas, de modo que haja a desidentificação em relação ao que se era. Este processo não implica precisamente uma identidade dada, mas se encontra entre identidades atravessadas por um processo anterior de subjetivação. Congruente, Castro e Mattos (2009) entendem a subjetivação política como um processo de construção dado a partir da mudança gerada por enfrentamentos ocorridos tanto em espaços privados, quanto em públicos. Com isto, a participação do sujeito em seu processo de subjetivação ocorre pela travessia dos aspectos históricos, culturais, sociais e econômicos, em um contexto de atuação dado através de aparelhos reguladores no qual o sujeito se encontra, “aderindo, por um lado, lógicas e demandas instituídas mas, por outro lado, podendo também construir e manifestar estratégias de resistência” (Mendonça, 2016, p. 72).

Para Mendonça (2016. p.79), o indivíduo comprometido em expor seus posicionamentos é também aquele implicado no cuidado das transformações de si e do espaço ao qual ele está inserido, não se conformando com a “vontade da

verdade", mas seguindo em direção da "coragem da verdade", das mudanças e da resistência.

O compromisso firmado do sujeito com si mesmo e com as mudanças sociais, com as possibilidades de reprodução e reidentificação a partir de novas vivências, são arranjos permissores do reconhecimento do indivíduo como sujeito político. Assim sendo, a subjetivação voltada em direção a novas possibilidades é um movimento político, por envolver críticas direcionadas às carências sociais que levam as classes inferiores à subordinação em relação às ditas superiores (Mendonça, 2016). Ademais, segundo Foucault (2010), a reflexão das lutas pela expressividade de uma identidade que não seja moldada pela ordem política e social, que busca solapar os privilégios é, um meio para analisar criticamente o modo como somos governados e assujeitados.

Sob tais perspectivas, consideramos que as Jornadas de 2013, pelo menos até a sua segunda fase, foi um movimento político característico de subjetivação política, segundo o que é dito pelo quadro teórico. Compreendo as Jornadas de 2013 como um processo de subjetivação política, por modificar a identidade de seus manifestantes a partir da inter-relação com outros, pelos meios de produção de saberes intrínsecos no movimento, pelo contato com as problemáticas sociais colocadas em pauta e suas reflexões. A exemplo, se tem segundo Parra (2013), que as organizações e coletivos presentes nas Jornadas de 2013 geraram um conhecimento oriundo das próprias mobilizações e seus desafios modificadores da identidade dos manifestantes, que se tornaram atores políticos expressando resistência às formas governamentais de controle social, indicando a emergência de políticas não representativas, lutando pelo acesso coletivo do bem comum.

Porém, em sua terceira fase, com o avanço da direita e da extrema direita, se tem mobilizações com discursos de vertente neoliberal, hierárquicos, impositores da desigualdade e autoritários, contrários ao que é considerado política pelo marco teórico da subjetivação política. Concordante, Telles (2006) enfatiza que a racionalidade antipolítica e antidemocrática é característica do neoliberalismo e se expressa por meio do discurso privilegiado dos sujeitos consagrados como passíveis de serem ouvidos. Nota-se, segundo esta lógica, que discursos de ordem totalitária, violentos e capitalistas, além de desarticular o lugar de fala de pessoas consideradas inferiores, são distanciados da política como processo de subjetivação política.

3.4 Socialização Política

A socialização política segundo Tomizaki, Silva e Carvalho-Silva (2016, p 938), refere-se a aquisição e transmissão de valores, comportamentos, percepções e propensões políticas. Por sua vez, a socialização política é uma das dimensões dos processos de socialização. De modo geral, a socialização é o processo pelo qual nos tornamos seres sociais, a partir da assimilação de comportamentos, conhecimentos e práticas adquiridas no meio ao qual estamos inseridos.

Émile Durkheim (1973), considerado um dos pilares da sociologia, em sua visão estrutural-funcionalista contribui com a conceitualização da socialização política, e entende que a educação auto reproduz a cultura social e política, por isso é um meio de manutenção da sociedade. Neste ciclo, só se tem um processo educativo quando uma geração de adultos exerce um papel pedagógico sob as mais jovens. Além disso, para ele é necessário que um sistema social em funcionamento comporte as mudanças na estrutura de poder.

Para Santos (2008), a socialização política define-se como um processo pelo qual uma cultura política é transmitida e impressa na geração mais nova pela mais velha, por meio de orientações. A exemplo, temos a realidade de Luiz Gama, que teve seus ideais políticos completamente influenciados pela figura de seu pai, que além de ser uma pessoa intelectualizada, fez parte do partido comunista e militou contra o regime militar nos anos 1960:

> Meu pai foi a maior influência da minha formação política. Ele foi do Partido Comunista na época da ditadura. Hoje ele não milita mais, está aposentado de tudo, digamos assim. Mas ele foi militante e eu sempre tive isso desde cedo em casa. Ele foi uma pessoa muito importante (Luiz Gama, entrevistado 2023).

Diferentemente da subjetivação política, a socialização política não remete à transformação identitária do indivíduo, ela consiste em uma formação intergeracional. Seria este um processo de preparação das pessoas para assumirem e exercerem a atividade política de acordo com os ensinamentos estabelecidos pelas gerações anteriores, ou seja, a socialização política é ligada estritamente à formação dos “adultos políticos” (Castro, 2009, p. 480).

Nas palavras de Setton (2009), a socialização é compreendida como um processo de construção do ser social. Ao seu ver, a socialização possui conteúdos morais e éticos, implicados na orientação dos padrões comportamentais legitimados.

Entretanto, a socialização atua no processo e na formação das identidades sociais, no condicionamento e controle social e na aquisição de conhecimentos e aprendizados que tornam os sujeitos agentes políticos.

Por conseguinte, o termo socializar significa:

> [...] se preparar para a inserção nas redes sociais mais amplas, nas quais as trocas estão regidas, não pelos códigos familiares, mas pelas normas acordadas no domínio público. Portanto, a socialização indica o processo que tem lugar aquém do domínio público, no privado do lar, onde crianças e jovens se preparam para alcançar sua condição plena de cidadãos. A socialização está para o privado, assim como o exercício da política está para o público, pois é apenas no espaço da convivência comum dos cidadãos que se pode falar, pensar e agir politicamente (Castro, 2009, p. 480).

Consoante, a socialização política é direcionada ao objetivo de fazer com que as novas gerações adquiram comportamentos e atitudes reconhecidos como politicamente relevantes. Contudo, a noção de socialização corresponde à manutenção da sociedade implicada no desempenho social adequado do indivíduo que se tornará um ser político (Castro, 2009).

A família e a escola são consideradas como ambientes pré-políticos, voltados à manutenção das regras sociais atribuídas pelos vínculos sociais e de parentesco. Tanto que para Luiz Gama, o acesso à universidade foi crucial para a formação e manutenção de suas ideias políticas:

> O acesso à universidade também foi muito importante para a formação de minhas ideias políticas, além do meu pai [...]. Eu trago uma formação teórica de casa e ali na Universidade uma de Revolução mais prática (Luiz Gama, 2023).

Sob esta premissa, a socialização política diz sobre a assimilação de crenças e valores de pessoas que pretendem futuramente atuar no âmbito político. Neste sentido, segundo Castro (2009, p. 484), destaca-se o interesse da reprodução cognitiva como uma importante característica da manutenção e reprodução societária, assegurada por meio da vigilância e controle dos processos de passagem dos conhecimentos necessários às futuras gerações. Mesmo que regida por um processo de aprendizagem intergeracional, as novas gerações podem repensar e mudar os modos tradicionais de fazer e de pensar politicamente, demonstrando que, apesar do fato das novas gerações aprenderem e serem o reflexo das gerações anteriores, é possível renovar todo o cenário político social com novas ideias, demandas, discussões e reconhecimentos (Castro, 2009).

A socialização política é interpretada como um complexo emaranhado de socializações iniciada na familiar e intensificada na escolar. A socialização consiste nos processos qualificadores aos quais os sujeitos são submetidos para se tornarem capazes de assumir a vida política e social. No entanto, a socialização política não se traduz em uma reprodução da realidade, mas da reconstrução e desenvolvimento dos fragmentos que dão sentido às ações dos indivíduos. Ela é uma ferramenta de aproximação dos sujeitos que se revela no aprendizado de conhecimentos sociais e políticos direcionados à vida em sociedade (Tomizaki *et al.,* 2016).

Tomizaki *et al.* (2016), destacam a impossibilidade de separar a socialização política dos processos constitutivos dos princípios, crenças, valores e atitudes das pessoas como seres sociais, embora não se possa negar a existência de múltiplos processos de socialização política. Para Vasconcelos *et al*. (2019), a socialização política ocorre por meio da família, escola, redes sociais e dos grupos aos quais estes fazem parte. Portanto, a formação das ideias políticas são orientadas por meio da socialização política, mesmo que se possa alterar a cultura política de uma geração para outra seguindo as mudanças e o desenvolvimento social.

Roballo (2011) considera que a socialização política atua em três dimensões: a primária, ocorre no âmbito familiar, que influencia o desenvolvimento político e identitário do indivíduo. A secundária, um processo subsequente, é estabelecido pelo contato do indivíduo com outras instituições sociais além da família; nessa fase as ideias, as ações e os posicionamentos são transformados. O terceiro período é nomeado como ressocialização: este ciclo é composto por profundas mudanças conduzidas por severas rupturas que levam os sujeitos a reinterpretação dos fatos a partir do aniquilamento das ideias internalizadas - período que nos recorda do conceito de subjetivação política. Logo, o processo de socialização política não é estático, nem consiste em uma transmissão intencional de ensinamentos políticos, mas se origina da variedade circunstancial de experiência a que somos submetidos. A categorização das agências socializadoras demonstra que a transmissão dos valores sociais e políticos é algo contínuo, não enquadrado em um determinado padrão de influências pelas diversas agências socializadoras; desta forma pode variar de um contexto ao outro.

Para Gramsci (1991), a função da educação é formar novos sujeitos intelectuais que atuarão na formação de uma nova cultura. Em sua concepção, a democracia necessita ser reconstruída através da conscientização dos indivíduos.

Coincidente, Santos (2018, p. 44), revela que as transformações culturais no mundo globalizado remetem a outras instâncias de socialização política por meio das experiências sociais vividas pelas novas gerações. Sendo assim, os meios de comunicação passam a exercer, assim como as instituições tradicionais, o papel de socializador político, emitindo valores, comportamentos e ações nas pessoas.

De acordo com Rodrigues *et al.* (2018), durante a transição para a vida adulta, as pessoas desenvolvem sua identidade política e um padrão comportamental sustentado pela cultura política sob a intervenção dos processos designados pela socialização política. Todavia, podem ocorrer mudanças das orientações políticas internalizadas pelo processo de socialização intergeracional por meio dos eventos, conteúdos e outras agências de socialização política acessadas pelas pessoas (Vasconcelos *et al.,* 2020). Com isto, a influência familiar na construção e internalização das idealizações políticas tendem a diminuir quando as e os sujeitos começam a desenvolver sua autonomia e explorar novos espaços e grupos sociais.

As discussões propostas por grupos semelhantes, organizações e movimentos permitem o desenvolvimento de opiniões e competências favoráveis à participação política, além do mais, o impacto da participação das pessoas em associações depende também de suas próprias experiências. Posto isso, é necessário que as experiências vivenciadas possibilitem às pessoas reflexões sobre temáticas sociais, além de uma interação com a diversidade da vida social, para que esses tenham significativas mudanças nos comportamentos, ações e concepções políticas (Rodrigues *et al*., 2018).

Segundo Vasconcelos *et al.* (2019, p.5), a popularização do uso da internet em nossa sociedade revelou-se como uma nova ferramenta de socialização política, transmitindo informações e conteúdos a todo o mundo de forma horizontal, sem se limitar às barreiras de espaço e tempo. As mídias e redes sociais modificaram o modo ao qual a informação circulava em período anteriores, impossibilitando o controle informacional feito pelos meios de comunicação até então muito utilizados pelas gerações anteriores.

Para Vasconcelos *et al.* (2020), os conteúdos políticos em meio a outros conteúdos espalhados nas redes sociais revelam a aproximação não intencional das pessoas com determinados assuntos. Assim sendo, através das redes sociais são criados pelas usuárias e usuários espaços de afirmação identitária com os pares.

Esta socialização influencia as ideias políticas das pessoas a partir da transmissão de conteúdos referentes a problemas sociais e o cenário político, por exemplo, podendo favorecer o debate entre os usuários na medida em que há a deliberação livre de assuntos políticos. Outrossim, é que as desigualdades sociais e econômicas podem delimitar o modo ao qual as pessoas acessam os conteúdos políticos e os incorpora.

Para Roballo (2011, p. 41), as instituições que podem ser reconhecidas como transmissoras da cultura política são a família, escola, grupos pares, igreja, ambiente de trabalho, partidos políticos, movimentos sociais e mídias. Desde a década de 1980, as mídias sociais vêm crescendo e se tornando um grande espaço de socialização política. A bibliografia a respeito da relação entre socialização política e redes sociais da Internet costuma diferenciar os meios de comunicação tradicionais, como rádio e televisão, que podem ser controlados por vertentes políticas, da web, considerada uma ferramenta de socialização política horizontal (Roballo, 2011).

Consequentemente, segundo Baquero *et al*. (2016), assim como toda experiência política, o processo de socialização política atribuído através da internet e suas redes pode ter um caráter progressista ou regressista, a depender do conteúdo político assistido e tomado como formador social de cada indivíduo. Diante deste contexto, não se pode afirmar que o conteúdo político internalizado pelas novas gerações, principalmente via internet, forma agentes políticos progressistas como um todo, a exemplo temos o avanço de grupos conservadores desde as Jornadas de 2013, que se fortaleceram utilizando os meios de comunicação sociais, como a internet e suas redes.

Na contemporaneidade, a mobilização popular via internet tem construído um aparato adicional ou substituinte das participações políticas tradicionais. As redes sociais na condição de fomento dos movimentos sociais indicam as expectativas de informações e preferências dos sujeitos (Baquero *et al.*, 2016).

A socialização política popular brasileira, principalmente a que fez acontecer as Jornadas de 2013, abriu espaço para a militância e ativismo virtual junto ao nascimento das novas redes sociais como Facebook e Twitter, que foram também utilizadas como ferramentas de exposição do desejo de resolução dos problemas sociais enfrentados e da inconformidade com as formas tradicionais de se fazer política:

> Um conjunto de iniciativas globalmente patrocinadas pelos jovens parece ter marcado uma nova forma de participação via redes virtuais no início da segunda década de nosso século: a “Primavera Árabe”, no Oriente Médio; os “Indignados”, em Madrid; o Ocupe Wall Street, em Manhattan; e, no Brasil, as manifestações ocorridas a partir de 2013. Essas manifestações indicaram que não podemos mais ignorar a influência das novas mídias tecnológicas na formação de identidades coletivas entre os jovens. Nesse sentido, o processo de socialização estaria, atualmente, ocorrendo em circunstâncias diferentes, nas quais a internet aparece como mecanismo central de outro tipo de socialização política (Baquero *et al.,* 2016, p. 992).

À guisa, a comunicação tecnológica contribui fortemente com o conhecimento dos problemas sociais, com a informação, críticas, propostas e possíveis soluções. É este, um dos caminhos para a democratização da sociedade e um dos instrumentos que podem ser utilizados para a participação política, sobretudo quando envolvem a temática dos direitos sociais e suas carências (Borges; Jambeiro, 2016).

Os movimentos e as organizações coletivas conseguem alcançar pessoas exteriores através das novas tecnologias de comunicação. Com isso, os movimentos, as organizações e suas próprias mobilizações podem se fundar de acordo com o desejo comum de pessoas e ao que é exposto nas redes sociais como um meio de compartilhamento das demandas, das pautas e das ações reivindicatórias, como ocorreu em 2013. A utilização das mídias sociais foi de extrema importância para as Jornadas de 2013, e para a informação do que ocorria ao redor do mundo (Lopes; Fidelis, 2015).

Para Santos *et al.* (2016), as redes sociais foram as responsáveis pela tamanha dimensão das Jornadas de 2013, ao dar mais voz ao MPL (Movimento Passe Livre), que iniciou o movimento das Jornadas de 2013 com a pauta do transporte público. A articulação das redes sociais pelo movimento das Jornadas de 2013 permitiu o contato com outras pessoas interessadas na mesma luta. Segundo Fidelis e Lopes (2015), por intermédio das redes sociais foi possível apresentar o real posicionamento do movimento em meios às distorções das grandes mídias sociais. Assim temos que as redes sociais, além de cooperar com a mobilização massiva das Jornadas de 2013, se fizeram importantes para a legitimidade do movimento. O sucesso de redes sociais como o Facebook em função dos protestos populares, como ocorreu em 2013, indicam a possibilidade de uma nova forma de mobilização:

> A criação de eventos no Facebook e a participação tão intensa dos usuários dessa mídia social pode indicar uma nova forma de mobilizações

> para protestos no Brasil e que segue uma tendência mundial (Fidelis; Lopes, 2015, p. 15)

Ao ter seu uso ampliado, a internet enquanto fonte socializadora possibilitou, principalmente em 2013, a possibilidade das pessoas militarem, socializarem e assumirem posicionamentos político-sociais. Seria este um novo modo de mobilização social chamado por midiativismo. Custódio (2019) aponta que o “midiativismo" refere-se ao uso de tecnologias de mídia voltadas à militância social.

Em linhas gerais, o processo de socialização na contemporaneidade é considerado plural pelo campo teórico, por ser um espaço de múltiplas referências identitárias em que os sujeitos são condicionados a seguir as influências das agências socializadoras. Cada uma das instâncias socializadoras operam em campos específicos como na construção de valores éticos e morais, comportamentos, ações e possíveis lutas sociais. Contudo, é considerado que os próprios indivíduos escolhem suas redes de socialização, a partir de suas próprias experiências de socialização, neste sentido, o próprio indivíduo possui a capacidade de se associar às várias referências propostas ao longo de sua trajetória (Setton, 2009). Desta maneira a socialização política consiste em um processo de troca dialógica entre grupos pares, organizações, instituições, movimentos sociais entre outros considerados como instâncias socializadoras.

3.5 Interseccionalidade

Interseccionalidade é um conceito desenvolvido a partir da crítica do feminismo negro, ao mostrar a posição de subordinação imposta a mulheres negras em nossas socieadades. Para tornar esta crítica compreensível, o feminismo negro utiliza as categorias de raça e gênero não como unidade, mas como componentes inter-relacionados, que ao serem analisados conjuntamente apresentam-se como os principais definidores das desigualdades enfrentadas por mulheres negras. No Brasil, as precursoras desta crítica que define o conceito foram as ativistas e intelectuais Lélia Gonzalez (2020), Beatriz Nascimento (2021) e Sueli Carneiro (2011). Já em se tratando do feminismo negro americano, as percussoras foram Angela Davis (2016), bell hooks (2022), Patrícia Hill Colinas e Berge (2021). A primeira pessoa a utilizar o termo interseccionalidade com este sentido foi a jurista, ativista americana dos direitos civis e estudiosa da teoria crítica racial Kimberlé Crenshaw, em 1989. Para ela a análise dessas categorias como unidade contribui

para o apagamento de mulheres negras, principalmente no que se refere ao enfrentamento da discriminação que combina raça e sexo. A interseccionalidade é definida como uma ferramenta investigativa das relações de poder e de sua influência em sociedades marcadas pela diversidade. A definição prática do termo direciona-se ao entendimento dos marcadores das desigualdades sociais, como por exemplo a raça, o gênero e a classe, que não são categorias distintas nem mutuamente excludentes, mas são elementos que se manifestam de forma conjunta, afetando, assim, todos os aspectos da convivência social por meio das relações de poder (Collins; Birge, 2021). A concorde, temos a fala de nossa entrevistada:

> São muitos fatores, mas o que me marca é o fato de eu ser uma mulher negra, bissexual, favelada e mãe de dois meninos negros marcados para morrer pela cor de sua pele e por serem também favelados (Carolina Maria de Jesus, entrevistada 2023).

A partir da fala que Carolina, pode-se notar que os marcadores sociais que definem toda violência e desigualdade sofrida por ela são elementos complementares, impossíveis de serem isolados e analisados separadamente, já que este definem quem Carolina Maria de Jesus é no mundo social, desigual, racista, machista e homofóbico.

Ativistas negras estadunidenses nos anos de 1960 e 1970, segundo Collins e Birge (2021), utilizaram a interseccionalidade como um meio analítico de compreensão e enfrentamento das desigualdades geradas pela raça e gênero. No Brasil, de acordo com Mesquita (2022), inúmeros grupos de mulheres negras, como o coletivo Aqualtune (1979, Rio de Janeiro), Nzinga: Coletivo de Mulheres Negras (1983, Rio de Janeiro) enfatizaram suas análises sobre a condição da mulher negra vinculada às opressões de gênero, raça e classe, antecipando o que mais tarde foi recebido pela intelectualidade brasileira como interseccionalidade. Em acorde, a interseccionalidade funciona de maneira variada para a abordagem e resolução dos problemas sociais, principalmente aqueles enfrentados por mulheres negras. O movimento independente Mães de Maio, construído como uma forma de resposta ao genocídio de jovens, em sua maioria negros, causado pela força militar, em maio de 2006, é um exemplo forte e doloroso.

Para Lélia Gonzalez (2020), precursora da interseccionalidade no Brasil, a raça além de consistir em uma característica elaborada socialmente, é relacionada principalmente aos aspectos de reprodução das classes sociais, ao que se refere à

formação, qualificação, submissão e distribuição dos agentes. Com isto, os grupos minorizados estão subalternizados a estrutura das classes sociais em que o capitalismo é dominante. E por sua vez, o racismo operante por meio de um conjunto de práticas discriminatórias é o determinante primário da posição da população negra dentro das relações desiguais de produção e distribuição. Em conformidade, Rios e Perez, (2019) revelam a interseccionalidade como um instrumento novo de interpretação e enfrentamento das múltiplas formas de desigualdades. Ademais, este termo enquanto uma categoria analítica é visto como uma identidade coletiva dos agentes mobilizados na luta contra os determinantes geradores de todo sofrimento social e busca por direitos sociais. Todavia, o conceito de interseccionalidade nasce do desejo e preocupação da inclusão de grupos historicamente excluídos, invisibilizados, marginalizados e discriminados pelo cenário político e social (Pereira, 2021). Atrelados à interseccionalidade como um método de análise dos problemas sociais e de mobilização popular, Collins e Birge (2021), apontam que os protestos sociais globais apesar de parecerem particularistas, desordenados, dispersos e locais, são articulados e bastantes comuns. A conscientização das desigualdades tem sido a fonte catalisadora para as ondas globais de protestos, e a interseccionalidade apresenta as características comuns que os protestos possuem. Umas dessas características é a de que os protestos globais são mobilizados pela indignação perante o aumento das desigualdades sociais e pela privação de direitos provocados pelo crescimento da influência neoliberal, que vem se tornando uma ordem mundial ao se instalar sobre o sistema capitalista global e ao se articular nas relações desiguais de raça, gênero, sexualidade, idade, deficiência e cidadania.

O ciclo de levantes populares globais entre 2009 e 2015 são exemplos de mobilizações que, apesar de suas particularidades, possuem aspectos comuns revelados pela interseccionalidade:

> [...] Entre 2009 e 2015, levantes populares contra diversos tipos de injustiça espalharam-se pelo mundo. Esses protestos tinham muitos nomes, alcançaram públicos diversos e, às vezes, contraditórios e não eram unificados por uma única ideologia ou alvo específico. Eram singulares em suas especificidades históricas e participações geopolíticas e tomaram forma em cada país. Apesar das diferenças, a interseccionalidade lança luz sobre diversas características em comum desses protestos aparentemente dispersos (Birge; Collins, 2021, p.162).

Uma característica determinante dos protestos populares globais, de acordo com Birge e Collins (2021), é o imaginário político transnacional, que se refere ao modo que uma ação política é enxergada para além de sua nacionalidade. Para os movimentos sociais globais, esse imaginário transnacional permite que os problemas locais sejam compreendidos como parte da resistência e luta global. O imaginário transnacional se debruça sob a interseccionalidade que fornece meios de entendimento das relações que os protestos possuem entre si, uma vez que as pautas das mobilizações populares globais não são problemas separados, mas interconectadas.

De modo geral, a interseccionalidade fornece uma análise política a respeito do modo como os protestos sociais se transformam em força catalisadora de uma variedade de grupos privados de direitos, bem como da relação das questões que os afetam e os mobilizam, além do lugar que ocupam nas relações de poder. Por meio da intersecção existente entre os grupos, se tem a construção de uma identidade política, em propensão principalmente das coalizões horizontais. Como resultado, o ativismo político, ao mesmo tempo que é local também é transnacional, por refletir as restrições e possibilidade da nova ordem neoliberal. Neste sentido, os protestos sociais, mesmo que intensos e momentâneos, se tornam a base dos movimentos sociais. Quando grupos diversos grupos locais se unem dentro de seu território nacional ou quando são construídas redes transnacionais por protestos específicos, os movimentos sociais tomam novas formas transnacionais (Collins; Birge, 2021).

4 “COMBINARAM DE NOS MATAR, MAS ESCOLHEMOS LUTAR”: AS PAUTAS NEGRAS NO CICLO DE MOBILIZAÇÕES DAS JORNADAS DE 2013.

A partir desta sessão chegamos ao eixo central deste trabalho. Especificamente neste item iremos tratar sobre as pautas que mobilizaram a militância negra para as Jornadas de 2013. Utilizamos como base o que é apontado pelos estudiosos da temática e o depoimento das e dos nossos entrevistados. Nesta seção, além de tratar das pautas que mobilizaram pessoas negras para as Jornadas de 2013, falarei sobre a greve dos garis e a sua questão racial e sobre a participação majoritária de mulheres negras nas ocupações secundaristas. Apontar os objetos que mobilizaram a militância negra para as Jornadas se faz importante por ser este um dos pontos cruciais que esta pesquisa propõe analisar. Os demais temas trabalhados são importantes para a averiguação de como aparece a questão racial e se dá formação política da militância negra em outros movimentos que são frutos das Jornadas de 2013, visto que o ciclo do movimento se desdobrou em vários outros que perpassam o ano de 2013. O título desta seção, assim como o título do trabalho, é inspirado nas falas do entrevistado Zumbi do Palmares ao descrever como a militância negra ocorre desde o período escravocrata e perpetua nos dias atuais.

4.1 Atuação da militância negra nas Jornadas de 2013

A partir da insatisfação gerada pela não garantia de inúmeros direitos sociais, que fundaram as Jornadas de 2013, pessoas negras e periféricas passaram a pensar, discutir e propor novas formas de se fazer política e novas políticas públicas que respondessem às suas próprias necessidades. Como resultado dessa insatisfação, os eventos das Jornadas de 2013 foram os provedores do desejo de pessoas pobres, negras e periféricas em fazer parte da política brasileira. Seguiram, assim, o legado de ativistas, militantes negras e negros que fizeram história em um parlamento ocupado em sua grande maioria por por homens brancos e héteros (Cerqueira e Thâmara, 2014). Citamos abaixo, algumas destas figuras.

Antonieta de Barros, professora, jornalista e primeira mulher negra a se tornar deputada no Brasil, precisamente em Santa Catarina, em 1934, tendo como pauta principal a garantia dos direitos da população negra, emancipação feminina e o direito à educação para todos em uma país em que mulheres, principalmente as

mulheres negras eram consideradas objetos, e em que só tinha acesso à educação aquelas e aqueles que possuíam condições financeiras. Para além destes marcos, Antonieta de Barros é autora do projeto de lei que define o dia 15 de outubro como dia das professoras e professores, aprovado em 1963.

Abdias do Nascimento: ativista e militante negro, fundaddor do Teatro Experimental do Negro (1944); um dos precussores e ativista da Frente Negra Brasileira; um dos principais organizadores do Comitê Democrático Afro-Brasileiro (1944), entidade que lutou pela libertação dos presos políticos do Estado Estado Novo; um dos principais colaboradores da criação do Movimento Negro Unificado; deputado e primeiro senador negro brasileiro.

Benedita da Silva: professora, auxiliar de enfermagem, assistente social e primeira mulher negra a se tornar vereadora na cidade do Rio de Janeiro, tendo como principal temática a luta pela igualdade racial e garantia dos direitos sociais e civis da negritude. Também foi vice-governadora do Rio de Janeiro e ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial de 2003 a 2006, é na atualidade deputada federal do Rio de Janeiro.

Dentre a variedade de objetos que influenciaram a mobilização da militância negra para as Jornadas de 2013, a violência policial se destaca, principalmente no que se refere à própria existência de pessoas negras e periféricas. A respeito da violência policial, é dito por Cerqueira e Thâmara (2014, p. 29) que:

> [...] A ditadura militar no Brasil terminou em 1985 e nos deixou um filhote, a Polícia Militar (pm), e após esses 29 anos, a PM continua utilizando seus mesmos métodos com a juventude negra, nos encarcerando, criminalizando e matando.

Os alarmantes índices de mortes de meninos, adolescentes, jovens e homens negros pela polícia se liga diretamente à naturalização do genocídio da população negra pelo Estado. É ele que por meio da força militar dita diariamente quem vive e quem morre. Dado ao exposto, vislumbra-se que vidas negras não possuem valor para o Estado, ao passo deste promover por meio da “segurança pública” racista e cruel, o genocídio em massa da população negra sem nenhuma preocupação com punições (Bezerra, 2021).

A respeito do abuso da força militar e da morte em massa de pessoas negras, as autoras Cerqueira e Thâmara (2014) citam que 412 cariocas, moradores de favela, em sua maioria negros, morreram pelas mãos da polícia no ano de 2012.

Grande parte desses assassinatos ocorreram nas próprias comunidades cariocas, descritas pelas grandes mídias e pelo Estado como espaços marginais de produção de violência, o que é inclusive uma justificativa utilizada pelo Estado para discriminar, marginalizar e apertar o gatilho para matar pessoas negras. As autoras também destacam a presença marcante da população negra no sistema prisional e que essa presença, ao lado do já citado genocidio, fazem parte da herança escravocrata e colonial, ainda atuante em nossa sociedade através do racismo, que é o principal marcador da violência policial, que atua preferencialmente contra homens negros (Cerqueira e Thâmara, 2014).

Assim, as mobilizações da militância negra e periférica nas Jornadas de 2013 também foram motivadas pela revolta com o genocidio em massa de pessoas negras. Tanto que, as movimentações como o Ocupa Alemão e o Ocupa Borel, no Rio de Janeiro, nasceram da influência de movimentos globais como o Occupy Wall Street, mas tiveram como objeto de mobilização a revolta contra o assinato de meninos, adolescentes e homens negros pela Unidade Polícia Pacificadora (UPP).

Durante as manifestações das Jornadas de 2013, precisamente no mês de julho, tivemos no Rio de Janeiro o assassianato do ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza. Homem negro, morador da favela Rocinha, morto em uma operação da Unidade Polícia Pacificadora (UPP), que prendeu 30 pessoas. A prisão e morte do ajudante de pedreiro Amarildo ocorreu quando o mesmo havia acabado de chegar de uma pescaria. O desaparecimento de seus restos mortais e sua prisão descabível, junto à pressão de seus familiares para solucionar o caso, com as manifestações das Jornadas de 2013 em curso no Brasil todo, culminaram na Campanha Internacional Cadê o Amarildo?. Essa Campanha, trouxe a lembrança dos corpos desaparecidos na Ditadura Militar, principalmente os corpos pretos quase nunca lembrados (Cerqueira; Thâmara, 2014).

Ainda hoje, quase doze anos depois, os restos mortais do ajudante do pedreiro Amarildo - que precisa ter sua profissão destacada antes mesmo de seu nome, para não ser marginalizado pelo simples fato de ser um homem preto e favelado - não foram encontrados. A desumanização de corpos pretos, para Gonzalez e Hasenbalg (1982), é gerada pelo racismo e consiste em uma justificativa do domínio sobre pessoas negras: “O racismo, cuja essência consiste na negação parcial ou total da humanidade do negro e outros não-brancos, constituiu a justificativa para exercitar o domínio sobre os povos de cor”.

Em se tratando da desumanização dos corpos pretos, e utilizando o caso do ajudante de pedreiro Amarildo como um exemplo, se tem, além de todo o contexto de sofrimento, a dor dos familiares com o descaso do Estado em solucionar o caso e punir os culpados deste assassinato. Segundo o que é apresentado pelo documentário Cadê o Amarildo (2023), os acusados pelo assassinato continuam exercendo suas carreiras como “agentes da segurança pública”, como se nada tivesse acontecido. Enquanto isso, a família do ajudante de pedreiro Amarildo segue lutando em busca de justiça, mesmo não sendo ouvida e acolhida por quem deveria promover o bem de todos, sem preconceitos de raça, sexo, cor e etnia. Nossa entrevistada, próxima de Amarildo, revela:

> A gente vive em uma sociedade em que a pessoa é rotulada. Daí, então, existe um aval do Estado e da sociedade para ser um corpo exterminável, este aval é ser uma pessoa negra. Isso foi o que matou e criminalizou meu familiar, a ponto de não podermos nos despedir e ter a garantia de justiça pelo seu assasinato (Carolina Maria de Jesus, 2023).

Sob o sentimento de revolta e busca de justiça por Amarildo, e de tantos outros, foi montado por pessoas negras cariocas, em sua maioria moradoras do Complexo Alemão, durante as Jornadas de 2013, um coletivo para juntos pensarem, proporem e exporem suas demandas. O foco central das discussões, visto também como objeto de mobilização do coletivo, era o direito à cidade e a cidade em que pessoas como eles precisavam ter para a garantia do seu direito de viver. Essas reivindicações decorreram sob três vertentes: o direito à moradia, direito à vida e o direito à produção simbólica de si mesmo e do lugar em que se vive (Thâmara, 2014).

As reivindicações pelo direito à moradia fizeram parte dos movimentos contra as remoções causadas pelas obras da Copa do Mundo de 2014 e dos jogos olímpicos. O movimento contra os megaeventos se fez presente principalmente nas comunidades que tiveram famílias removidas e casas desmoronadas pelas construções de equipamentos esportivos e turísticos voltados aos jogos esportivos. Outrossim, o que muito influenciou na condução deste movimento, foi a irresponsabilidade governamental, que priorizou estas instalações, mas nunca se preocupou com a garantia de saneamento básico nas comunidades brasileiras, que são as maiores vítimas de doenças infecciosas (Cerqueira e Thâmara, 2014). De acordo com uma de nossas entrevistadas, assim como é dito pelas autoras, nas Jornadas de 2013 houve a reivindicação das comunidades por acesso aos direitos

fundamentais nunca garantidos por nenhum governo. Neste ínterim, vislumbra-se que, ao se ter a negação tais direitos, é retirada dos sujeitos a condição de pessoas humanas:

> Então, a gente também estava aqui brigando por saneamento básico, porque é uma luta que a gente tem aqui na Rocinha, que é inclusive bem antiga. Tinha muitas valas a céu aberto, enfim. Então eu já fazia parte do "Rocinha Sem Fronteiras", que é um movimento daqui da Rocinha que fala sobre os problemas comunitários que a gente sempre atravessou aqui na favela. Então a gente fez alguns atos de unificação aqui na Rocinha e no Vidigal, para ir na porta do governador, então nós marcamos dois ou três atos indo direto na porta do governador. Fora os outros atos que já participei na minha vida (Carolina Maria de Jesus, entrevista, 2023).

Entretanto, com base na realidade de que a maioria dos moradores de comunidade são pessoas negras, nota-se que o genocídio da população negra não ocorre somente pelas mãos da polícia, mas também através da negação dos direitos mínimos que são necessários para a vida humana. Consequentemente, através de tais fatores é enxergada a necessidade emergencial de pensar na desconstrução do racismo estruturante em nossa sociedade, a começar pelo próprio Estado que, quando não utiliza da militarização, faz uso da negação para descriminalizar e matar pessoas negras diariamente.

De acordo com Paula Nunes (2023), há o reconhecimento do caráter progressista que as mobilizações das Jornadas de 2013 tiveram, principalmente em relação à militância e ativismo de pessoas negras. Para a autora, a experiência paulistana não se distanciou da experiência das e dos cariocas. Assim como em todo o Brasil, a pauta que iniciou as Jornadas de 2013 foi a do transporte público, mas junto a ela surgiram uma variedade de pautas, atribuídas segundo as necessidades sociais das e dos manifestantes. Um dos objetos de mobilização da militância negra paulista para a autora, assim como em todo o Brasil, foi a violência policial e o genocídio da população negra ocorrido deste sempre em nossa sociedade (Nunes, 2023).

Para além disto, é destacado como meio de influência para a mobilização da militância negra nas Jornadas de 2013, o acesso à educação. A militância negra presente nas Jornadas de 2013 faz parte da primeira geração de pessoas negras que acessaram a universidade através da política de Cotas. Portanto, estas pessoas, embora fossem trabalhadoras periféricas e trabalhadores periféricos, de famílias com renda de até três salários mínimos, se tratavam de um grupo mais escolarizado que o das gerações anteriores. Inclusive, é através do acesso à

educação que pessoas negras deixaram de ser massa modelável do Estado, que sempre ditou as regras. Além do mais, é por meio do acesso à educação que o desejo de pessoas negras em falar por si no parlamento foi despertado. A exemplo, temos a eleição de parlamentares negras e negros que tiveram esse desejo inflamado durante a participação nas Jornadas de 2013, que consistiu em um movimento de formação política:

> [...] No ano de 2020, Matheus Gomes, um dos membros do Bloco de Lutas de Porto Alegre, coordenador-geral do Diretório Central de Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na época, foi eleito vereador pelo PSOL. [...] Em 2020, Paula Nunes também foi eleita covereadora na cidade de São Paulo com uma mandato coletivo e feminista, a Bancada Feminista do PSOL, a qual Paula Nunes é filiada desde 2017. Também na Câmara Municipal de São Paulo, a Uneafro Brasil elegeu um mandato coletivo pelo PSOL, o Quilombo Periférico. No ano de 2022, no mesmo processo eleitoral que Lula derrotou Bolsonaro, Paula Nunes foi eleita codeputada estadual com a Bancada Feminista do PSOL, em um mandato em que é representante legal (Nunes, 2023, p. 45-46.).

A propagação em maior número de mandatos coletivos na política brasileira, principalmente os idealizados por pessoas negras em partidos considerados progressistas, são frutos dos questionamentos da política representativa tradicional fundante das Jornadas de 2013, e da chama que marcou o arranjo eleitoral e político brasileiro (Magarian, 2023).

As Jornadas de 2013 também geraram vários frutos para o feminismo negro e a representatividade de mulheres negras na vida política, algo bastante incomum nas décadas anteriores. Em 2015, mais de 50 mil mulheres negras de todo território brasileiro participaram em Brasília da Marcha para Mulheres Negras. A marcha elaborou um documento entregue à presidenta Dilma Rousseff com demandas das mulheres negras. Em 2016, foram eleitas as vereadoras Áurea Carolina (Belo Horizonte), Marielle Franco (Rio de Janeiro) e Taliria Petrone (Niterói), pelo PSOL (Nunes, 2023). É encontrado em uma de nossas entrevistas que Marielle Franco também foi uma das protagonistas das Jornadas de 2013, na luta das comunidades principalmente:

> Nossa, a Marielle foi muito referência na nossa luta [...]. De pegar a nossa mão e de quando via que a gente já tava naquele esgotamento, tava ali jogando o corpo para proteger a gente, sabe? (Carolina Maria de Jesus, entrevista, 2023).

No ano de 2018 tivemos o brutal assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes. O protagonismo de Marielle Franco na luta por direitos humanos, direitos

das mulheres, pessoas da periferia e contra o racismo ecoou o mundo todo e fez de Marielle presente mesmo depois de morta. Como reflexo da força de uma mulher negra, militante que lutava pela dignidade de seu povo, várias mulheres negras ocuparam cadeiras legislativas. Ademais, a eleição de mulheres negras é também fruto do que foi pautado nas Jornadas de 2013, como bem demonstra o relato de uma de nossas depoentes:

> A eleição da Marielle e depois a ocupação das mulheres negras no espaço de poder como uma resposta ao assassinato da Marielle, seja lá uma consequência entre muitas aspas, é um movimento que tem a ver com o que a esquerda que eu participei, a esquerda autônoma de 2013 pedia nas ruas. E essa também, essa ocupação, não é exatamente ocupação, mas esse crescimento das questões identitárias no campo da esquerda como uma força política (Samantha, entrevista, 2023).

Como um outro reflexo, especialmente da trágica morte, força e luta de Marielle Franco, foi implantado no atual governo Lula o ministério de Igualdade Racial, do qual Anielle Franco, mulher negra, jornalista, educadora e irmã de Marielle Franco, é ministra. Esse ministério possui enorme relevância para a negritude em nosso país, pois, através dessa instituição são executadas e pensadas políticas públicas que atendam às reais necessidades do povo negro brasileiro, além de ser uma organização que possui como um dos principais enfoques o combate e criminalização do racismo em nossa sociedade.

4.1 A greve dos garis e a questão racial

As Jornadas de 2013, produziram na classe trabalhadora, negra e pobre, o sentimento de que a mobilização popular pode gerar resultados positivos para suas demandas trabalhistas e sociais. Com isto, as Jornadas de 2013 contribuíram para a união de forças coletivas da classe trabalhadora. Em 2014, trabalhadoras e trabalhadores da Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro (Comlurb-Rio), em sua maioria pessoas negras, conhecidos popularmente como garis, constituíram um dos maiores levantes proletários oriundos das Jornadas de 2013, que depois se tornou uma greve de massas.

Segundo nosso depoente, Zumbi dos Palmares, que é um homem preto, um dos grevistas demitidos e militante pelo Círculo Laranja, os garis estiveram nas Jornadas de 2013, mas não de forma organizada. Apesar disso, as mobilizações de 2013 serviram como impulso para a reivindicação e organização das e dos

trabalhadores da limpeza urbana contra todos os abusos que vinham sofrendo:

> [...] em 2013 os garis participaram, mas não participaram de forma organizada, estavam organizados com o povo. Mas desperta nos trabalhadores a seguinte característica: se milhares de pessoas que não se conhecem conseguem se organizar para lutar pelos seus direitos, como que nós que fazemos parte da maior companhia de limpeza urbana da América Latina, se nós minimamente conhecemos um ao outro, não podemos nos organizar? Então, pegamos a energia da manifestação das Jornadas de Junho e construímos junto aos trabalhadores que é possível nos organizarmos na luta por direitos. Então, quando a gente parte para uma luta, primeiro que a gente rasga um véu, até porque a população carioca tinha na sua consciência, que o trabalhador da Comlurb, ele é estatutário, ainda que ele faça um concurso ele não é estatutário, porque no imaginário da população o cara que é estatutário ele ganha super bem e lá não ganha. Então o trabalhador da Comlurb é regido pela CLT, ainda que seja funcionário da prefeitura, ele é funcionário, ele não é servidor. E aí rasga-se o véu porque mostra primeiro o salário baixo, péssimas condições de trabalho, assédio moral, perseguições e demissões arbitrárias, ou seja aquele funcionário público concursado, ele não tem a ampla defesa e contraditório (Zumbi dos Palmares, entrevista, 2023).

De acordo com Silva (2018), tendo em vista todo histórico de quem são estas e estes trabalhadores e suas pautas, há a necessidade de considerar este movimento como uma greve negra contemporânea, não só pelo fato das trabalhadoras e trabalhadores serem pessoas negras em sua grande maioria, mas pela autonomia e bravura que tornou o movimento em muitos pontos vitorioso.

Das reivindicações expostas pela categoria, algumas delas ligavam-se às péssimas condições de trabalho a que a categoria estava submetida. As trabalhadoras e os trabalhadores viviam em situações humilhantes e consideradas desumanas, suas reclamações eram em torno, por exemplo da ausência de uniformes, a falta de equipamentos de proteção individual adequados, baixos salários e uma representação sindical desfavorável à garantia dos direitos trabalhistas, o que se dá pelo sistema neoliberal que desumaniza e retira destas trabalhadoras e destes trabalhadores a garantia de direitos trabalhistas mínimos (Silva, 2018).

Com essa mobilização, que depois se transformou em uma greve classista, as trabalhadoras e os trabalhadores romperam com a condição desumana que vinham sendo sujeitados e estabeleceram em si a característica de reagentes ao sistema opressor imposto desde o período escravocrata, em que os primeiros garis foram os escravizados, e que, por serem pessoas negras, eram desumanizados e submetidos a condições insalubres de trabalho. Esta situação pouco se distingue da realidade das e dos “garis” da atualidade, que mesmo com aprovação por concurso

público são desrespeitadas como pessoas, como trabalhadoras e trabalhadores, e tratadas como objetos que podem ser descartados a qualquer momento por uma empresa ou por representantes políticos que não precisam de uma avaliação prévia para ditar as regras da opressão:

> [..] Uma categoria composta majoritariamente por negras e negros, se você for fazer uma pesquisa de como se deu a contratação dos primeiros garis, na época do Aleixo juntamente com o Dom João VI, você percebe que os primeiros contratados foram os escravos. Então as péssimas condições de trabalho vem desde aquela época, e é praticado na Comlurb, a maior empresa de limpeza urbana da América Latina, que é referência em limpeza, é praticada a lei da política escravocrata, onde eles demitem à revelia o trabalhador, não respeitando o concurso dele e não dá direito a ele a uma ampla defesa. É contraditório, não dá a ele (o trabalhador) o direito de responder o inquérito administrativo, e quem os demitem? Aqueles indicados por políticos, que não prestaram um concurso, que não têm responsabilidade social com a cidade, mas utilizam o aparato da prefeitura para o seu projeto político (Zumbi dos Palmares, entrevista, 2023).

Graças à luta travada pela categoria, a conjuntura do movimento se transformou em uma greve de massas, organizada pelas próprias trabalhadoras e trabalhadores que montaram a Comissão de greve, e promoveram atos de rua, com o apoio de diversos movimentos populares, estudantis e sindicais. Com toda pressão, a prefeitura e a Comlurb foram obrigadas a seguir as reivindicações da greve, inclusive a readmissão de alguns grevistas. Para este alcance, a decisão das e dos grevistas em fazer pressão deixando de recolher o lixo no carnaval de 2014, foi crucial para a garantia dos direitos trabalhistas mínimos, além do estabelecimento da conscientização social da importância de seu trabalho para a saúde urbana (Silva 2018).

Como fruto da greve dos garis, foi fundado em 2015 o Círculo Laranja, que consiste em uma associação sem fins lucrativos e apartidária, formada por voluntários com distintas formações. A instituição trabalha efetivamente na esfera ambiental e educacional de toda a comunidade, além de atuar na identificação da importância que as e os “garis” têm para nossa sociedade, a começar, segundo Zumbi dos Palmares (2023), pela substituição do termo “gari” por agente de saúde ambiental; isto significa reconhecer a importância destes profissionais na prevenção dos riscos sanitários à saúde pública:

> [...] Porque cara, se deixarmos de recolher o lixo, vai proliferar ratos, insetos, o lençol freático vai ser contaminado, olha como essa profissão é importante! No passado sempre tentaram mostrar que os garis não eram importantes, eu lembro quando eu estudava, o cara falava: “Olha, se você deixar de estudar, vai se tornar lixeiro, hein!” Como se fosse a pior profissão

> do mundo, e olha que nós somos uma das profissões mais importantes, se não tiver limpeza, já era, acabou! Então reconhecer o gari como agente de saúde é importante, dar melhores condições de trabalho é importante, valorizar seu salário é importante. Esses trabalhadores trabalham de forma precarizada, como lhe falei isso vem da época da primeira proclamação, que esses trabalhadores eram reconhecidos como tigres. E não eram porque eles eram fortes, bravos não, era porque eles carregavam as fezes, e urinas dos poderosos, Escorria fezes e urina nos corpos deles, secava e ficava aquelas listras brancas e eles eram chamados tigres por conta disso. Então essa precarização do trabalhador da limpeza urbana, ela vem dessa época. Veja, cara, uma profissão tão importante que na época da pandemia se fez a lista dos profissionais que iriam ser prioridade na vacinação, incluíram os garis? Não! Não incluíram e porque não incluíram? Porque é negro, mais um que morre, não incluíram, não viram essa importância, mas os caras estavam lá, fazendo higienização da cidade (Zumbi dos Palmares, entrevista, 2023).

Contudo, a luta dos agentes de saúde ambiental por direitos exigiu que elas e eles construíssem como coletivo uma capacidade política organizativa, criativa e de resistência para ter a voz ouvida, após os inúmeros anos em que lhes foi imposta pela branquitude a passividade e a aceitação da opressão. Este também consiste em aspectos decisivos e importantes na luta diária de um reconhecimento efetivo por parte da sociedade e da representatividade política que temos (Silva, 2018).

4.2 A militância negra nas ocupações secundaristas

Nos anos de 2015 e 2016, tivemos no Brasil, como consequência das Jornadas de 2013, um dos maiores movimentos estudantis da história, as ocupações secundaristas.

As ocupações secundaristas, nomenclatura dada através da autodenominação das e dos estudantes do Ensino Médio que ocuparam as escolas públicas brasileiras, tiveram como principal objetivo reivindicar as medidas regressistas educacionais implementadas, primeiro, por governos estaduais, depois, pelo governo do presidente Michel Temer (2016-2018). Se entre novembro de 2015 e agosto de 2016, as ocupações se deram contra políticas educacionais de governos estaduais, a partir de outubro de 2016, tiveram como alvo as seguintes ações do governo federal: a) a medida provisória n. 746, transformada na Lei n. 13.415/2017, sobre a reforma do ensino médio; b) a proposta da emenda constitucional n. 241 (PEC 241), posteriormente à PEC 55 e que se tornou a emenda constitucional n. 95, que alterou o regime fiscal da união, congelando por vinte anos os gastos sociais (Groppo; Oliveira, 2021).

Na efervescência do movimento, os estudantes organizaram debates nas

redes sociais e passeatas pelas ruas, constituindo este como o principal instrumento de contato, articulação e construção de pautas, assim como ocorreu nas Jornadas de 2013. O primeiro movimento aconteceu em São Paulo, contra a “Reorganização” que levaria ao fechamento de quase 100 escolas estaduais paulistas. Até o fim de outubro de 2015, os protestos se concentravam em passeatas de rua, e contavam com a presença de estudantes com diversas identidades, que se conheceram e socializaram através do objetivo comum de discutir as formas de atuação do movimento. Durante o movimento contra a “Reorganização”, foi traduzido pelo Coletivo Mal-Educado, que atuava junto aos estudantes do Ensino Médio, um manual das ocupações criado por estudantes argentinos, inspirado no movimento secundarista chileno. Esta cartilha, circulando pelas redes sociais, trouxe a ideia de se fazer uso da tática da ocupação da escola. O movimento chileno dos “Pinguins” orientou os estudantes na luta por uma educação pública igualitária nos anos de 2006 e 2011, além de ter contribuído com a organização inicial das Jornadas de 2013 com a pauta do passe livre. As mais importantes orientações do manual consistiram na realização de uma assembleia geral para definição do lugar de deliberação e nomeação das comissões para a execução das tarefas de segurança, comida, imprensa e limpeza.

Além destas ferramentas utilizadas para a organização e discussão das ações desenvolvidas, uma das mais importantes ações concebidas durante o movimento das ocupações secundaristas foram as construções de pautas, oficinas e aulas articuladas pelo movimento estudantil em âmbito nacional. Tais atividades circularam sob temáticas que envolviam o feminismo, a diversidade social e o racismo, a educação sexual e a igualdade racial e social, com a presença de artistas, professores universitários e líderes de movimentos sociais, que contribuíram com a reflexão sobre como pensar tais problemáticas sociais por meio da educação (Groppo; Silva, 2022). Além disso, Patrícia uma de nossas entrevistadas, que foi palestrante nas ocupações, relatou que o desenvolvimento do pensamento e discussões de resolução das problemáticas sociais por meio da educação se deram através da apresentação concreta das questões a serem enfrentadas a partir de uma conscientização. Ela dizia aos ocupas de sua cidade:

> Vocês já repararam, aqui na cidade quantos pretos vocês conhecem que trabalham e ganham bem? Porque pelo que eu conheço daqui, os pretos são caseiros [...]. Aí eu falava: Vocês tem que ocupar a praça, tem que ocupar aqui os lugares públicos, tudo é de vocês. Tem a reivindicar a

> reforma da escola, a escola toda caindo em pedaços, o teto todo ferrado… (Patrícia, entrevista, 2023).

As ocupações secundaristas foram protagonizadas majoritariamente por mulheres negras e LGBTQIAPN+, o público com maior índice de marginalização e vítima de preconceitos no âmbito escolar pelo simples motivo de serem quem são. Ademais, nas ocupações secundaristas buscou-se negar a presença e a nomeação de lideranças, especialmente porque o movimento seguia desde a sua constituição, um caráter autonomista e independente, horizontal e democrático participativo (Sallas; Groppo, 2022).

Por ter sido uma manifestação de cunho feminista, problemáticas sociais ligadas ao papel da mulher na sociedade, inclusive da mulher negra, surgiram nas discuções, principalmente naquelas relacionadas às divisões de tarefas. Segundo Silveira (2019), questões sobre a socialização do trabalho doméstico e sua superação na divisão sexual e racial surgiram durante as ocupações, e junto a elas, sob todo contexto histórico racista de nossa sociedade, o condicionamento de mulheres negras a trabalhos de servidão - em prol da branquitude - também esteve presente. E, ao contrário do que se tem na sociedade, as tarefas domésticas nas ocupações não foram condicionadas somente às mulheres, nem principalmente às mulheres negras. O trabalho doméstico era dividido entre as e os estudantes secundaristas de forma igualitária, a despeito do gênero, contribuindo com a formação política no âmbito do feminismo (Silveira, 2019).

Pode-se notar, por meio de relatos das e dos estudantes a respeito da temática das ocupações secundaristas, que o movimento foi direcionado por uma vertente antirracista, em que, diferentemente do cotidiano de nossa sociedade, pessoas negras tinham a mesma posição de pessoas brancas, sem a imposição de uma hierarquia racial, assim como homens e mulheres dividiram os mesmos trabalhos sem o seguimento de uma divisão sexual. A vista disto, as ocupações secundaristas consistiram em movimento social que trouxe para o seu cenário de formação política questões que envolvem as temáticas de etnia, raça, classe e gênero, o que contribui para com o estabelecimento da educação antirracista e com a educação voltada para a equidade de gênero (Groppo; Silva, 2022).

Para Sallas e Groppo (2022), essa atribuição característica instaurou nas ocupações secundaristas uma igualdade de fala e ação, que só se tornou possível através da representatividade de mulheres, pessoas negras e LGBTQIAP+, outrora,

antes e fora das ocupações, classificadas socialmente por todos os preconceitos como pessoas desqualificadas e inabilitadas, sobretudo por se tratarem de pessoas jovens, estudantes do Ensino Médio, estudantes de escola pública e filhos da classe trabalhadora.

Após apresentar a dinâmica das Jornadas de 2013 de forma geral, discutirei na próxima seção especificamente sobre as experiências de negras e negros durante as Jornadas no Rio de Janeiro. Assim, dentro do cenário geral das Jornadas, poderemos conhecer melhor as vivências específicas de pessoas da raça negra cariocas.

5 EXPERIÊNCIAS DE ATIVISTAS E MILITANTES NAS JORNADAS DE 2013 DO RIO DE JANEIRO.

Nesta seção, apresentaremos as pessoas entrevistadas na figura de ativistas e militantes das Jornadas de 2013 do Rio de Janeiro. Serão apresentadas brevemente as experiências vividas durante as Jornadas de 2013, bem como suas trajetórias de militância e ativismo anteriores ao movimento. As pessoas entrevistadas e que participaram das Jornadas de 2013 são pessoas invisibilizadas, portanto as entrevistadas e os entrevistados são pessoas comuns. (Rémond, 2003).

Após esta apresentação entramos na análise das entrevistas, focando em descrever, interpretar e analisar a formação política estabelecida pelas Jornadas de 2013 à militância carioca negra que dela participaram, bem como os efeitos posteriores das Jornadas de 2013 na vida dessas pessoas.

Foram escolhidos para as pessoas entrevistadas pseudônimos; em se tratando das pessoas negras entrevistadas houve a sensibilidade de escolher nomes de abolicionistas negras e negros, bem como de pessoas negras comprometidas com a luta antirracista no Brasil. Tais representatividades escolhidas como pseudônimos têm uma trajetória de vida parecida com a das três pessoas negras entrevistadas.

Carolina Maria de Jesus é uma mulher negra, 36 anos, carioca, moradora de uma favela no Rio de Janeiro; é filha de um relacionamento lésbico entre duas mulheres negras, mãe de dois meninos negros, e vive em união estável com seu marido, que também é um homem negro. Conforme ela relata, várias pessoas de sua família e amigos já sofreram em algum momento com a violência da polícia do Rio de Janeiro. Portanto, considera que sua formação política advém da dor de ser uma mulher negra, bissexual, pelo local onde mora e pela sua religião (de matriz africana). Atualmente, é assessora parlamentar de uma vereadora negra ligada à luta antirracista. Embora tenha proximidade com partidos, movimentos estudantis e movimentos sociais, declara não ser organizada. Carolina Maria, afirma ser de esquerda mas tem várias críticas aos governos petistas, mesmo tendo feito várias campanhas eleitorais para os mesmos. Foi bolsista do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e cursou Gestão de Recursos Humanos; no período das Jornadas de 2013 estava lutando para entrar em uma universidade, seu maior sonho era cursar Artes Cênicas, curso que a mesma chegou a ingressar, mas por ser um corpo negro em uma universidade branca sofreu racismo e evadiu no terceiro período do

curso. Em 2013, foi uma das protagonistas da constituição do movimento mundial “Cadê o Amarildo?”. Faz parte dos movimentos de favela e dos movimentos de mães que perderam seus filhos pelas mãos da polícia e que lutam por justiça. Durante os atos de sua comunidade nas Jornadas de 2013, sofreu com a violência policial, sendo espancada entre becos e vielas. Embora isso ocorresse, Carolina, descreve que durante os atos as mulheres negras sempre ficavam à frente, pois sabiam que o máximo que poderia acontecer seria o espancamento por parte da polícia, e não mortes em massa, como ocorre com homens, adolescentes e meninos negros encontrados pelas balas perdidas da polícia. Ela descreve o protagonismo de Marielle Franco nas Jornadas de 2013 e na luta pelos direitos sociais das comunidades e dos grupos minoritários no Rio de Janeiro, que deram origem a sua carreira política. É destacado pela depoente, que sua participação nas Jornadas de 2013 foi motivada contra o extermínio de pessoas negras, que não são algo recentemente; esta pauta automaticamente se liga às necessidades das pessoas da comunidade que não são mortas somente pela violência policial, mas também pela negação de direitos existenciais, como a falta de saneamento básico, saúde, educação e moradia, entre outros. Carolina Maria de Jesus destaca que a violência policial nas Jornadas de 2013 é algo vivido nas favelas cariocas diariamente; ela retrata que todos os dias precisa orientar seus filhos, que são duas crianças negras, a não fazerem nada caso cheguem a ser abordados pela polícia, com medo deles serem mortos, como aconteceu com vários meninos negros de comunidade. Além disso, a depoente descreve que durante as Jornadas de 2013 não pôde levar seus dois filhos nas manifestações, por não ter condições financeiras para ir embora quando a violência policial se instaurava nas manifestações, o que ao seu ver era uma condição palpável as mulheres brancas de classe média e alta que militaram nas Jornadas de 2013. Ademais, relata certa distinção entre a violência sofrida entre pessoas negras e brancas; em seu relato descreve, que pessoas brancas nas manifestações também sofreram repressão policial, mas a violência sofrida por pessoas negras possuía maiores dimensões, tanto que para não sofrerem tanto em alguns momentos, pessoas brancas eram colocadas à frente. Destaca como elementos importantes para a sua formação política sua participação na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, em que trabalhou na Comissão de Direitos Humanos, com propostas de construção do espaço e da própria candidatura de Marielle Franco, que continua mesmo com a morte da

vereadora, sendo uma bandeira levantada e atuante no Rio de Janeiro, principalmente. Em relação à formação de suas ideias políticas, descreve que ser filha de um relacionamento lésbico entre duas mulheres negras, que assumiram o seu relacionamento em um contexto de maiores repressões à comunidade lgbtqiap+, foi primordial para essa construção. Retrata que no início das manifestações das Jornadas de 2013, o sentimento tido foi o de esperança. Em sua visão, a partir de toda aquela luta e exposição, corpos negros passariam a não serem mais mortos pelo Estado, mas nada disso aconteceu e, infelizmente o extermínio de pessoas negras, principalmente o homens negros, ainda é propagado em massa no Brasil. apesar de tudo isso, o esperançar continua firme como uma conduta de luta e militância. Ao seu ver, os movimentos que mais se destacaram nas Jornadas de 2013 foram o de familiares de vítimas da violência do Estado; registra o protagonismo de mulheres, principalmente no início do movimento; segundo ela, parafraseando Martin Niemöller, primeiro foram as mulheres, depois a comunidade lgbtqiap+ , o povo do axé e depois todos os grupos, até chegar ao ponto das bandeiras não se distinguirem mais. Para Carolina Maria de Jesus, as Jornadas mostraram a importância da luta coletiva.

Zumbi dos Palmares é um homem negro de 58 anos, hétero, casado, filho de uma retirante nordestina negra, que foi para o Rio de Janeiro em busca de uma vida melhor. Ao chegar no Rio de Janeiro, sua mãe encontra um emprego como doméstica e nele mora. Em determinado tempo, ela conhece seu pai, engravida e é abandonada. Zumbi registra, que sua mãe é então obrigada pelos patrões a escolher, quando ele tinha três anos de idade, entre o trabalho e seu próprio filho e, ao ser iludida com a ideia de que a Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM) seria o melhor lugar para deixar seu filho, ela o fez. Zumbi relata que ficou nesta instituição dos 3 aos 18 anos de idade, e pela motivação de várias transferências, pela não condição financeira de sua mãe em ir visitá-lo, além da impossibilidade de ler a realidade de suas cartas, por ser analfabeta, Zumbi perdeu totalmente o contato com sua mãe e ao sair aos dezoito anos desta instituição, descobriu que a mesma havia morrido e sido enterrada como indigente. É afirmado que durante sua estadia na FEBEM não houve a possibilidade de atingir nenhum nível escolar, pois, neste período esta instituição era regida pela opressão contra seus internos. Com isto, somente na atualidade o mesmo acessou a educação formal e visa realizar o Exame Nacional para Certificação de Competências de

Jovens e Adultos (ENCCEJA). Seu maior sonho é atingir a graduação e cursar Artes Cênicas, pois, ao seu ver, a arte é um ato político. Zumbi é agente de saúde ambiental urbana, foi um dos protagonistas da “Greve dos Garis” , além de ser um dos fundadores do Círculo Laranja. Considera o modo como o campo acadêmico pesquisa as temáticas sociais como “gourmetizado”, pelo uso de uma linguagem distanciada daquilo que é vivido pelos grupos minorizados diariamente, o que o leva a concluir que sua “universidade é a da vida” e que sua formação política é oriunda do sofrimento de ser um homem preto, pobre e periférico. Este posicionamento o leva a considerar que sempre foi militante e ativista, pelo seu enfrentamento e vivência do racismo e das desigualdades sociais, assim como toda sua luta por sobrevivência. É refletido pelo entrevistado a existência de um apagamento social em relação às pessoas negras, que também é ligado ao massivo extermínio de pessoas negras, vistas como objetos e não como pessoas pelo Estado. As Jornadas de 2013 o ensinaram sobre a possibilidade e importância de se organizar coletivamente para o enfrentamento das desigualdades e os abusos governamentais. Registra-se, enquanto legado das Jornadas de 2013, a importância do compartilhamento do conhecimento construído, principalmente para que a população negra se entenda como pessoas políticas. Embora tenha crença em Deus, o depoente diz nunca ter tido vínculos religiosos. Na atualidade, é filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) mas, antes disso, foi filiado ao Rede Sustentabilidade. Na sua visão, a institucionalidade foi criada para a emissão de votos de pessoas negras, não para que pessoas negras venham a ocupar este espaço. Por isso, é importante que pessoas negras estejam na e disputem a institucionalidade, para representar, debater e criar políticas públicas de combate aos problemas sociais enfrentados por pessoas negras, que não são os mesmos problemas enfrentados por pessoas brancas. Para ele, a desigualdade escolar e a não ocupação de pessoas negras em espaços privilegiados demonstram bem o projeto racista a que pessoas negras, desde a construção de nosso país, são destinadas, e as Jornadas com seu mar de pautas demonstraram bem isto. Em sua visão, por serem as Jornadas de 2013 uma luta da classe trabalhadora, pobre e periférica, todas as pessoas que compõem estes grupos tiveram protagonismo no movimento.

Luiz Gama é um homem negro, carioca, de 32 anos, bissexual, historiador e, na atualidade, cursa Jornalismo. É filho um homem negro, também jornalista e uma

artesã com ensino superior incompleto. Seu pai, sua principal fonte de formação política, foi integrante do Partido Comunista nos anos de 1970 e 1980, tendo sido preso e torturado pela ditadura militar. Além de uma formação política prática, Luiz Gama recorda que seu pai desde cedo o fez ter contato com um arcabouço teórico que contribuiu para a formação de suas ideias políticas. Quando ingressou na educação superior, pôde exercer na prática política toda a sua formação teórica, no Centro Acadêmico, no Diretório Central dos Estudantes e em uma militância partidária. Na atualidade é umbandista, filiação iniciada após 2013, ainda que não atue com tanta regularidade; atualmente também é militante do Movimento Negro. Sobre as Jornadas de 2013, relata que a violência policial pouco incomodou a opinião pública no início das manifestações, tendo causado indignação apenas quando os membros da classes média passaram as ser agredidos ao participarem das manifestações - o que mudou, inclusive, a posição dos grandes veículos da mídia que, até então, consideravam os protestos como “vandalismo” . As Jornadas, além de influenciar suas ideias políticas, foram decisivas para sua carreira profissional de assessor parlamentar e seu desejo de filiação no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). No seu entendimento, todas as pessoas negras que se aliaram aos partidos progressistas após 2013 são frutos das Jornadas. Para ele, durante as manifestações o Movimento Negro teve pouco destaque nas Jornadas de 2013 e, o maior ensinamento deixado pelas mobilizações das Jornadas de 2013 é o de que é possível se organizar e construir uma grande mobilização social. Em sua concepção, as manifestações Jornadas de 2013 ocorridas dentro das comunidades não tiveram tanto sucesso, por ser este um ambiente fortemente violentado pela força policial.

Lucimar é uma mulher branca, carioca, de 50 anos, em união estável, uma das fundadoras do Círculo Laranja. Sua mãe é docente aposentada e sempre esteve ligada às lutas de sua classe. Portanto, Lucimar descreve que sua militância foi motivada por sua mãe. Registra que sua trajetória de militância iniciou a partir de uma greve dos professores de sua escola, em 1989. Sua participação na mobilização dos professores foi o que lhe condicionou a participar do movimento estudantil, no qual foi liderança. Após este período, seguindo a visão de que somente pessoas partidárias seriam organizadas politicamente, a mesma se filia ao Partido dos Trabalhadores, que naquele período possuía ideias construtivas e progressistas ao seu ver. Ao fazer parte do partido, a mesma participou de inúmeros levantes pela classe trabalhadora, um deles foi o de uma escola particular que

fechou a Avenida Brasil e se tornou capa do jornal O Globo. Sua filiação no PT durou até o ano de 2006; após essa ruptura, Lucimar contribuiu com a construção dos partidos PSTU e PSOL. Registra que sua desfiliação partidária se deu por várias decepções relacionadas inclusive à vida de luxo levada pelos representantes, que passaram a não mais representar a classe trabalhadora e seus interesses. Estes acontecimentos ocorreram no período em que estava grávida e, ao ser desprofissionalizada por ser uma mulher e grávida, enxergou que todo aquele discurso progressista de luta pelos direitos e amparos às mulheres se tratava de uma fantasia criada somente para a mover a massa. Sua participação nas Jornadas de 2013 foi movida pela percepção de ser um movimento popular, horizontal e autonomista. Destaca-se a importância das redes sociais para o sucesso das Jornadas de 2013. Para ela, as Jornadas de 2013 contribuíram com seu pensamento crítico contra ao PT, que ao seu ver sempre investe nas mesmas figuras políticas, não aceita outras propostas de candidatos com ideias progressistas, além de ser o criador da extrema direita. Lucimar, diz não acreditar em partido, por ser somente parte de um pensamento. Por este motivo, é preciso buscar o inteiro. Ao ser questionada sobre a repressão policial, a mesma descreve a violência absurda da polícia carioca para derrotar as mobilizações. De acordo com elas, as Jornadas de 2013 foram a força motivacional da “Greve dos Garis” e de outras manifestações populares.

Patrícia é uma mulher branca, advogada, carioca, solteira, tem 45 anos e é moradora de um bairro nobre do Rio de Janeiro. Possui doutorado em Ciências Sociais e Direito, é pesquisadora, sua mãe possui ensino superior completo e é síndica. Patrícia destaca nunca ter tido vínculo religioso. Descreve que antes das Jornadas era somente um pessoa de esquerda, não havia participado de nenhum movimento social, portanto, sua militância se iniciou nas Jornadas de 2013. Ao assistir nos noticiários o alastramento das manifestações das Jornadas de 2013, que haviam chegado no Rio de Janeiro, ficou incomodada com a violência policial e as inúmeras prisões ocorridas. Sob estes incômodos e pensando em ajudar estas pessoas, a mesma monta no Facebook um grupo nomeado como Habeas Corpus Rio de Janeiro e convida todos os advogados de sua rede próxima. O principal objetivo do grupo não era o de atuar em processos criminais, mas fazer acompanhamento nas delegacias, nas manifestações e ao máximo tentar habeas corpus; como o mesmo contava com o apoio de ONGs, OAB do Rio de Janeiro,

CAARJ, DDH, esperava-se que essas instituições atuassem nos respectivos processos. Durante a execução de seu trabalho, Patrícia viu várias pessoas serem violentadas e presas por qualquer motivo pela polícia. Ademais, a mesma descreve que respondeu por processo e teve seu celular grampeado pela polícia e áudios íntimos foram vazados no Jornal Nacional da Rede Globo. Para ela, a extrema direita foi gerada pelas falhas do PT, que não ouviu as propostas dos manifestantes das Jornadas de 2013 e permitiu a violência policial, além de ter acabado com a possibilidade de candidatura de Marina Silva. Diante disto, Patrícia, diz ter sido a favor do impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. Ao seu ver, os movimentos de midiativismo e os anônimos foram os que mais tiveram destaque durante as Jornadas de 2013, houve também forte participação de pessoas negras, LGBTQIAPN+ e pessoas da periferia, só que sem vínculo com coletivos, movimentos ou organizações, o que segundo sua visão é ótimo, porque as organizações são objetos controladores. Destaca que outras mobilizações, como a de professoras, surgiram durante as Jornadas com o apoio de estudantes e dos black blocs; inclusive nas manifestações os professores se auto denominaram black profs, em homenagem aos black blocs, que os defenderam da violência policial. Descreve que ter morado na Espanha dois anos antes das Jornadas de 2013, a fazia pensar em uma sociedade melhor, com mais ferramentas de mobilização. Registra que as obras dos megaeventos deterioraram vários espaços do Rio de Janeiro, tanto que na atualidade a luta por território é uma pauta recorrente. Em sua análise, a maior influência deixada pelas Jornadas de 2013 é a participação de novas pessoas na vida política.

Marta é uma mulher branca, estrangeira, tem 48 anos, é moradora de um bairro nobre carioca, possui doutorado e atua como historiadora, apesar de também ser jornalista. Seu pai possui ensino superior completo e sua mãe possui nível médio, destaca ser de uma origem conservadora católica, e que apesar disso sempre se viu ligada às pautas de esquerda, embora fosse condicionada por sua família a seguir um pensamento conservador. Frente a isto, registra que a formação de suas ideias políticas se deu por meio de suas próprias críticas sociais. Sua trajetória de militância se iniciou aos 25 anos, no movimento Alter-Globalization, que eram manifestações contra as consequências de políticas supranacionais como a WTO (World Trade Organization - Organização Mundial do Comércio) e o World Bank (Banco Mundial). Descreve ter tido uma breve participação nas Jornadas de

2013. Por ter engravidado nesse período e por medo da violência policial, decidiu não mais participar presencialmente dos atos. Durante a sua participação, a mesma entrevistou manifestantes e escreveu sobre as Jornadas de 2013, com o objetivo de informar pessoas de sua rede próxima em outros países. Ao seu ver, o acontecimento das Jornadas de 2013 foi fundamental frente às crises enfrentadas no Brasil e em todo mundo; a mesma descreve que as mesmas pautas dos transportes públicos presentes no Brasil, fizeram foram também pautas de outros movimentos internacionais em décadas anteriores, além disso, destaca a tática Black Bloc como algo oriundo da Alemanha. A depoente descreve que os Black Bloc fizeram parte de um movimento chamado autônomos e tiveram contribuições importantes para as lutas urbanas e, ao mesmo tempo, certos limites em relação a assumir a responsabilidade pelos efeitos concretos dessas táticas. Registra que sua formação política foi construída por meio de sua participação em redes alemãs de enfrentamento ao racismo e as lutas imigratórias. Antes das Jornadas de 2013 declara não ter tido nenhum vínculo religioso, embora ache interessante a vertente católica revolucionária. Em sua visão, os movimentos de comunidade, remoções e luta por moradia, assim como os movimentos culturais de rua, foram os que mais se destacaram nas Jornadas de 2013. Descreve como uma das maiores dificuldades nas Jornadas de 2013, a impossibilidade de participar dos atos por ser uma mulher grávida e pelo medo da repressão policial. Destaca as redes sociais como fundamental para a socialização do movimento, embora não tenham sido bem aproveitadas pelo movimento posteriormente. Ao seu ver o movimento possuía muitas lacunas na organização, por este motivo não conseguiu se sustentar.

Samantha, é uma mulher branca, carioca, de 42 anos, é roteirista e documentarista, e na atualidade é mestranda em Comunicação. Sua mãe é psicanalista e seu pai músico, ambos possuem ensino superior completo. Registra ter feito parte de outros movimentos sociais e atos antes de 2013. Considera que as suas ideias políticas foram construídas por meio da trajetória solo de sua mãe, que sempre votou em governos progressistas como o PT, além de sempre conscientizá-la de seus privilégios enquanto uma pessoa branca de classe média alta. Para além de sua mãe, considera o Movimento Sem Terra (MST), a Comissão de Terra e ter estudado em Cuba como elementos centrais da formação de suas ideias políticas. Ao seu ver, ter vivido em um país socialista a levou a ter entendimento de coletividade e democracia. Na adolescência, morou na Austrália e descreve que

voltando para o Brasil, se entristecia muito com toda a desigualdade, algo não visto costumeiramente na Austrália. Nas Jornadas de 2013 descreve que sua participação foi movida pela pauta do transporte público, mas o que a manteve foi a força da multidão. Ela, nas Jornadas de 2013, atuou como midiativista, contribuindo com as transmissões ao vivo dos eventos de 2013 para o Mídia Ninja. Além disso, Samantha se descreve como black bloc e destaca que eles ficaram nas ruas tentando dialogar, fazendo assembleias, participando de outros atos de forma democrática. Descreve ter tido em 2013 repressão da esquerda conservadora contra o movimento das Jornadas de 2013, que propunha novas formas de representação e gostaria de dialogar com o governo Dilma, vigente no período dos atos. Samantha, destaca ter contribuído após 2013 com a candidatura de várias personalidades negras, como Marielle Franco, por enxergar a necessidade de se ter representantes oriundas das minorias, capazes de enxergar suas reais necessidades. Durante as Jornadas de 2013, não possuía vínculo com nenhuma instituição religiosa, o que foi alterado após 2013, pois, na atualidade é candomblecista, ainda que não tão atuante. Ao ser questionada sobre participações em diretório acadêmico e centro acadêmico, a mesma descreve que sempre foi contra, por acreditar que os mesmos são sempre aparelhados por partidos políticos. A depoente descreve ter votado no PT nas últimas eleições, mas encontra-se decepcionada com alguns posicionamentos que o governo vem tendo, como o de não ser escolhida uma mulher negra para o Supremo Tribunal Federal.

5.1 Entre a favela e os privilégios da branquitude

As e os militantes e ativistas das Jornadas de 2013, ao nos contarem sobre suas experiências políticas no movimento, apontam para a existência de diferenças entre as pautas que mobilizaram a participação de pessoas brancas e negras, bem como do rigor da repressão policial experienciada durante o movimento. Estas diferenças constroem, inclusive, modos de formação política ofertadas pelas Jornadas de 2013 distintas para a militância negra em relação à branca. Como dito em outras seções, se a temática racial não era considerada como ponto central da pesquisa nacional “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”, o tema logo foi impondo sua relevância, dada a sua presença como elemento importante de mobilização principalmente de manifestantes negras e negros das Jornadas de 2013. Pode-se considerar que a questão racial passou a ser elemento essencial do

repertório de protesto das Jornadas. Para Alonso e Mische (2017), o repertório refere-se a um conjunto limitado de ferramentas aprendidas, compartilhadas na vida social. Não descende de filosofia abstrata ou toma forma como resultado de uma propaganda política, é um conhecimento construído através da luta, por isso são criações culturais aprendidas.

Ante ao exposto, avançaremos nesta seção com a caracterização do que motivou as pessoas da entrevista a participarem das Jornadas de 2013 para a realização de uma análise comparativa. Iniciaremos fazendo uso da primeira questão do roteiro de entrevista: "O que te levou a participar das Jornadas de 2013?".

Quadro 2: Pautas de mobilização de pessoas negras e brancas

Pautas de mobilização pessoas negras	Pautas de mobilização pessoas brancas
"Então, a entrada dos atos foi em 2012. A gente já estava muito inquieto e descontente com muitas coisas, a gente estava o tempo todo brigando para nos manter vivos. Enquanto muitas pessoas lá do asfalto saiam para brigar por descontentamentos em geral, a gente estava brigando pelos vinte centavos, sim. Mas para além disso, a gente estava brigando para ter comida na mesa, para se manter vivo, estávamos cansados de ser exterminados, sabe? Então o que me levou às ruas em 2013, é o fato de estar cansada de ser morta diariamente" (Carolina Maria de Jesus, entrevistada, 2023).	"O que me levou às ruas foi o aumento da passagem, mas o que me manteve nas ruas foi essa força da multidão. Aqui no Rio, a gente pega muito o ônibus para ir à praia, para lazer, sabe? Não sei como é que é em outras cidades, mas para gente faz muita diferença. Se você vai de carro, você não tem lugar para estacionar, então é melhor você ir de ônibus ou de metrô. Então, o aumento do transporte não só afetava o dia a dia do trabalhador, também afeta o que você tem de lazer, não é? A possibilidade que você tem de ir e vir na cidade para ir para uma praia, para ir para um show, não é? Então, eu sempre dependi muito do transporte público, assim" (Samantha, entrevistada, 2023).
Então, 2013, ainda que inicie com o projeto dos vinte centavos, a pauta era maior, era por uma educação de qualidade, por uma saúde de qualidade, por geração de emprego, por moradia, por tudo o que nos era negado, não era pelos vinte centavos. Ou seja, nossa população carece de todas essas políticas públicas que não são aplicadas e que muitas das vezes a própria população elege aqueles que vão votar contra a própria população (Zumbi dos Palmares, entrevistado, 2023).	Eu estava acompanhando as manifestações pela televisão ocorridas em outros estados, até a chegada no Rio de Janeiro. E as pequenas manifestações que tiveram no Rio foram assim, muito reprimidas, muito reprimidas. E eu estava em casa, acompanhando pela televisão, pela internet, pelo Facebook, vendo as pessoas se mobilizarem nas redes sociais. Cada vez tinha mais repressão, tinha outra manifestação, aumentava mais a quantidade de gente, aumentava mais a repressão. E era uma bola de neve, aí eu falei: Não, eu como uma advogada posso ajudar com o meu trabalho! (Patrícia, entrevistada, 2023)

“Era por muito mais que os vinte centavos, foi um gatilho disparador do movimento que levou muita gente para rua para poder ganhar mais. O protesto é uma das várias formas de conseguir direitos, ali na luta e tal, principalmente pela questão do movimento estudantil” (Luiz Gama, entrevistado, 2023).	“Eu era recém chegada no Rio, não morava muito tempo aqui ainda. Eu cheguei em janeiro. Começaram em maio as primeiras manifestações. Esses primeiros meses no Rio foram muito intensos. Muitas coisas aconteceram, porque eu senti que eu não iria aguentar esse nível de agressão e confronto, justamente no trânsito, no transporte público, na circulação diária. Dizia: ‘“Não sei se eu vou aguentar". Eu me perguntei também como as outras pessoas aguentam” (Marta, entrevistada, 2023).
	“Em 2013, quando vi os processos, as ‘placas tectônicas’ se movimentando, eu percebi que algo acontecia e que não eram os partidos que estavam se organizando. Isto me deu estímulo para somar e colocar em prática tudo que havia apreendido nos meus anos de militância” (Lucimar, entrevistada, 2023).

Fonte: Pesquisa “Dimensões educacionais das Jornadas de 2013”.

O relato de Carolina Maria de Jesus, que é uma mulher negra, moradora de uma comunidade carioca, conforme apresentado em sua biografia, demonstra que no período pré-Jornadas de 2013 já havia descontentamento contra o extermínio em massa da população negra, pobre e favelada. Portanto, a pauta que a mobilizou a participar das Jornadas de 2013 ultrapassa a pauta do transporte público e se liga diretamente ao processo histórico de contínua repressão e até extermínio da população negra, desde o período da sua escravização no Brasil, que continua a ocorrer através da ação da polícia militar contra a população negra. Por sua vez, as pautas que mobilizaram Zumbi dos Palmares e Luiz Gama a participar das Jornadas de 2013, embora não se liguem diretamente às questões raciais, também destoam da pauta do transporte público e se ligam diretamente à luta pela conquista de direitos existenciais, como moradia, saúde, acesso à educação e o principal, que é o direito à vida. Tais pautas de caráter existencial não aparecem como elemento de mobilização das pessoas brancas entrevistadas, como demonstra o quadro 2. Isso, segundo Cida Bento (2022), pode ser explicado pelo pacto narcisista da branquitude para a garantia e manutenção de seus privilégios, fato que ocorre não porque há entre pessoas brancas uma combinação consciente ou deliberada, mas

> [...] é como se assim fosse: as formas de exclusão e de manutenção de privilégios nos mais diferentes tipos de instituições são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas. Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal” (Bento, 2022, p. 18).

Ainda assim, em se tratando das desigualdades raciais existentes em nossa sociedade, pode-se dizer que tais privilégios e desprivílégios são mantidos e construído pela descendência que estas pessoas possuem:

> Descendentes de escravocratas e descendentes de escravizados lidam com heranças acumuladas em histórias de muita dor e violência, que se refletem na vida concreta e simbólica das gerações contemporâneas. Fala-se muito na herança da escravidão e nos impactos negativos para as populações negras, mas quase nunca se fala na herança escravocrata e nos seus impactos positivos para as pessoas brancas (Bento, 2022, p.23).

Conforme o que é apresentado pelas informações das pessoas entrevistadas e pelo levantamento bibliográfico aqui utilizado para a análise de dados, o fato de não serem encontradas pautas existenciais nos discursos de mobilização das pessoas brancas entrevistadas se vincula ao privilégio material ou simbólico

atribuído à identidade racial branca, que permite que as necessidades de pessoas negras e brancas não sejam as mesmas. Isto ocorre por ser a branquitude um local de privilégios, mesmo que não seja absoluto, por ser ultrapassado por fatores sociais que o modelam. Sua principal dimensão é a histórica, uma vez que a vantagem de ser uma pessoa branca é algo herdado da dominação e apropriação do colonialismo europeu, que explorou, escravizou e expandiu seu território, ocultando outras civilizações (Silva, 2021). É deste modo, que:

> É possível identificar a existência de um pacto entre coletivos que carregam segredos em relação a seus ancestrais, atos vergonhosos como assassinatos e violações cometidos por antepassados, transmitidos através de gerações e escondidos, dentro dos próprios grupos, numa espécie de sepultura secreta. Assim que é a realidade da supremacia branca nas organizações públicas e privadas da sociedade brasileira é usufruída pelas novas gerações como mérito do seu grupo, ou seja, como se não tivesse nada a ver com os atos anti-humanitàrios cometidos no período da escravidão [...] (Bento, 2022, p. 23-24).

O privilégio branco também é encontrado no contexto das Jornadas de 2013 na violência policial que agiu de forma desigual contra os manifestantes, tanto que a entrevistada Carolina Maria de Jesus relata que:

> No final dos atos das Jornadas, se você visse, a maioria das pessoas que estavam sentadas para serem fichadas e levadas para delegacia, ou as que estavam sangrando por bala de borracha, sempre eram um homem ou uma mulher negra. Eu não estou querendo dizer que pessoas brancas não eram agredidas ou que não sofriam com a violência policial, mas eles não sofriam na mesma proporção que uma pessoa negra. Inclusive, nas manifestações a gente brincava com nossos amigos brancos deles ficarem na linha de frente para a gente ver se eles seriam agredidos da mesma forma. A brincadeira é tensa, mas é real (Carolina Maria de Jesus, entrevistada 2023).

No contexto de tais discursos, encontramos em Almeida (2014) o comentário que a desconsideração da violência cometida pela polícia em maior nível contra pessoas negras remete à desumanização, animalização e objetificação estrutural e histórica do corpo negro que, segundo Fernandes (1978), não foi integrado na sociedade de classes. No Brasil, pessoas negras resistem cotidianamente à morte anunciada pela discriminação racial. Todavia, a mídia, como um dispositivo hegemônico, seguindo todo esse trajeto de discriminação racial se movimenta na propagação do racismo ao ridicularizar e inferiorizar a imagem de pessoas negras. O fio propagador de tais práticas históricas executadas pelas mídias são as ideologias raciais estruturantes das relações sociais, sobre as quais são reafirmados os preconceitos e as discriminações raciais que originam o racismo presente em

quaisquer instituições sociais (Almeida, 2014). Nesta mesma direção, segundo Trindade (2022), o discurso de ódio propagado pelas mídias sociais sejam elas tradicionais ou não, se caracterizam por:

> [...] manifestações de pensamentos, valores e ideologias que visam inferiorizar, desacreditar e humilhar uma pessoa ou grupo social, em função de características como gênero, orientação sexual, filiação religiosa, raça, lugar de origem ou classe. Tais discursos podem ser manifestados verbalmente ou por escrito, como tem sido cada vez mais frequente nas plataformas de redes sociais (Trindade, 2022, p. 17).

Quando analisamos as entrevistas feitas para esta pesquisa, principalmente das pessoas negras, percebemos que a prática racista das mídias tradicionais, descrita acima, junto à promoção do discurso de ódio, esteve presente nas Jornadas de 2013, ao desconsiderar a violência sofrida por pessoas negras. É o que o relato de Luiz Gama nos apresenta: “A repressão só foi considerada violência pelas mídias tradicionais, principalmente, quando os filhos da classe média branca passaram a também sofrer” (Luiz Gama, entrevistado, 2023).

O relato de Luiz Gama é importante porque confirma o que viemos mostrar com Almeida (2014) e Trindade (2022), Quando ele diz que a violência só foi considerada quando os filhos da classe média branca passaram a ser agredidos, demonstra com facilidade toda a conjuntura deste sistema opressor, racista e desigual. Segundo uma de nossas depoentes, em se tratando ainda da violência policial com pessoas negras há diferenciação de gênero:

> Dentro das mobilizações de favela, principalmente, você encontra mais mulheres negras militantes na linha de frente do que homens, e óbvio que tem um motivo. Porque se chegar na linha de frente um homem branco, ele vai sobreviver, a mulher branca vai no máximo levar um tapa na cara, a mulher negra vai apanhar pra cacete, mas o homem negro vai ser morto se ele estiver na linha de frente (Carolina Maria de Jesus, entrevistada, 2023).

Todos estes relatos estabelecem uma compreensão interseccional da sociedade e suas relações, ao demonstrarem com facilidade as relações desiguais da pirâmide social quanto à raça e gênero. Quando Carolina Maria de Jesus descreve como a lógica repressiva recai contra homens negros, não quer diminuir o tanto de sofrimento que as mulheres negras passam, já que elas também precisam lutar pela sua própria existência e pela existência dos seus, que morrem diariamente. A indignação que moveu a militância e o ativismo destas pessoas negras para participar das Jornadas de 2013 é combinada com a luta pela emancipação daquelas que, assim como elas, não acessam os privilégios deste

sistema. Contudo, o olhar interseccional a respeito das formas de opressão e a reflexão sobre privilégio branco é um potente elemento que permite dimensionar a realidade antagônica vivenciada por pessoas de raças e territórios distintos. Tendo isso em vista, pode se atribuir, a partir dos escritos de Djamila Ribeiro (2017), que o lugar de fala de pessoas negras e brancas dentro das Jornadas de 2013 não foram os mesmos, uma vez que reconhecer a divergência das pautas que levaram estas diferentes pessoas para o movimento nos mostra que o racismo executa em nossa sociedade uma hierarquização que não se limita à classe, nem ao gênero, como apontado na fala da depoente Carolina Maria, ao descrever o distanciamento da violência sofrida por pessoas do mesmo gênero, mas de raças diferentes.

5.2 Discussões sobre território nas Jornadas de 2013

Junto à discussão do genocídio da população negra, pobre e de comunidade como pauta de mobilização para as Jornadas de 2013, discussões sobre território também surgiram no depoimento dos nossos entrevistados. Para realizar uma análise sobre a temática do território nas Jornadas de 2013, precisamos antes explanar a respeito da relação entre o conceito de racismo e o de território. O conceito de racismo:

> [...] é essencial para a compreensão dos territórios, já que pessoas negras compõem, em sua maioria, o déficit habitacional. Sempre lhes foi negado o direito à propriedade, e por muitos séculos até o seu próprio corpo. É primordial ressaltar que não se tratam de práticas discriminatórias individuais, mas de políticas de Estado, que ora se desobriga em conceder à população negra os seus direitos, ora formulou políticas públicas que promoveram barragens ao acesso. A Lei de Terras de 1850 é um importante marco nesse aspecto, em um contexto histórico que já sinalizava expressivamente o final da escravatura, assim como a transição progressiva para o trabalho livre. É uma legislação que faz parte de um amplo processo demandado pelo capitalismo e pela industrialização, que não apenas regulamentou a posse da terra no país, mas a manteve nas mãos dos latifundiários. Ao relacionar obrigatoriamente a posse com a compra das terras, a referida lei impediu o acesso de uma grande massa de negros já libertos, considerando que não possuíam condições de comprá-las e que o Estado se desvencilhava da condição de doador. No contexto descrito, a manutenção e centralização das terras tiveram um impacto significativo, presumindo que no processo de transformação do trabalho escravo para o trabalho livre, os negros começam a ser descartados pelos imigrantes europeus, “que possuíam melhor qualificação” para a emergente industrialização. Forma-se então uma imensa massa de trabalhadores e ex-escravizados que passam a não ter um lugar na organização da produção assalariada (Paula, 2019, p. 67).

Esta definição, somada à fala dos depoentes, principalmente o relato de Carolina Maria de Jesus sobre a dor de ser uma mulher negra de comunidade, nos fazem revisitar o passado para analisar o contexto de sofrimento que encaminhou pessoas negras a participarem das Jornadas de 2013. Quando solicitadas a descrever a sua participação nas Jornadas de 2013, aparece nas entrevistas o território como um elemento atrelado à pauta de luta pela vida de pessoas negras e contra a violência policial:

> [...] minha luta é incessante por ser uma mulher negra e moradora de favela. Eu sempre preciso estar atenta para uma operação policial. Porque aqui no meu portão, as crianças que de tanto entrarem e saírem quebraram a fechadura, e aí eu fico pensando, se tiver uma operação policial no meu portão, eu tenho que pensar em como vai ser, porque eles vão sair entrando aqui na minha casa. [...] Minha participação nas Jornadas antes de tudo significava esperança, e hoje não é que a esperança morreu, ela está em algum lugar, mas o meu grito era nas Jornadas, era para que mais nenhum preto favelado morresse. Gostaria que aqueles fossem os últimos,

> mas não foi (Carolina Maria de Jesus, entrevistada, 2023).

Para Carolina Maria, os atos das Jornadas de 2013 a fizeram no início ter esperança da possibilidade do fim do genocídio da populção negra, marcada para morrer pela cor de sua pele e por seu território. Tais fatores são explicados por ser a sociedade brasileira construída através da escravização do povo negro. Entretanto, mesmo com o fim deste processo, não foi atribuída a população uma real cidadania, como visto na primeira seção deste trabalho sobre o movimento negro e suas lutas. Portanto, a luta da comunidade negra por dignidade não é vitoriosa no que se refere às políticas urbanas e sociais adotadas desde o fim da escravização. Frente a isto, o regime escravocrata é fundamental para a compreensão da trajetória de luta de pessoas negras nos dias atuais, visto que as mazelas vividas por pessoas negras na atualidade são marcas de todo este processo segregatório. A negação de terras e acessos, a violência sofrida por pessoas negras entre os becos e vielas da comunidade, são uma das várias marcas herdadas pela escravização de pessoas negras em nosso país.

Ainda se referindo às desigualdades impostas pelo território, raça e racismo, temos o depoimento de Luiz Gama, ao ser questionado sobre a presença de pessoas da periferia nas Jornadas e os atos nas periferias:

> Então, assim, eu acho que teve pouco. Esse é um problema que a gente tem até hoje, pouco a gente consegue mobilizar especialmente a periferia e não tem vínculo de fora. O que eu tô chamando de vínculo de fora? Tipo, alguém mora na periferia do Rio de Janeiro, mas estuda na universidade. E aí, a universidade ficou sabendo. Tipo é alguém da periferia, mas trabalha num lugar, num sindicato, num lugar sindicalizado, num emprego, não sei o que, e foi mobilizado, entendeu? Construiu um partido e por isso, foi mobilizado. Quem não tem vínculo com aquele território é muito difícil levar para atos, fazer atos no Centro, porque a cidade é excludente (Luiz Gama, entrevista, 2023).

Por meio da fala de Luiz Gama, é possível analisar a negação do direito à cidade às pessoas periféricas, o que é fruto do processo de urbanização que não se concretizou em uma ruptura com o passado, já que o mundo social continuou sendo hierarquizado, mesmo com os avanços das políticas raciais e sociais. A população pobre no Brasil, majoritariamente, é composta por pessoas negras; umas das premissas geradoras deste fato é que no período da construção das cidades, pessoas negras foram tidas como sub humanas pela cor de sua pele, isso inclusive é dado como justificativa para o elitismo segregacionista e utópico que exclui ainda hoje pessoas negras do espaço urbano (Rezende; Andrade, 2022).

A raça e sua intersecção com o território revelam algumas das várias opressões e desigualdades estruturais vivenciadas por pessoas negras. Para Milton Santos (1996-1997), a cidadania refere-se ao respeito à dignidade de cada pessoa humana; sem isso, a cidadania é mutilada. A partir desta definição, nota-se que as pautas das Jornadas de 2013 decorrem da cidadania mutilada, como uma reação contra a negação dos direitos sociais e existenciais. Os relatos de quem entrevistamos apresentam isso nitidamente. Um deles, como dito anteriormente, é o modo em que pessoas negras são mortas diariamente pelas mãos da polícia, que é uma das forças motoras do Estado. Ainda sobre a negação do direito à cidade e a cidadania mutilada de pessoas negras, temos a fala de Zumbi dos Palmares, ao dizer que:

> Ali na praça Mauá, muitos negros foram ali chicoteados e mortos, e agora querem revitalizar a praça Mauá, se aquele local, quem pisou ali foram negros, ali tem sangue de negro, ali tem ossos de negros que eram enterrados, porque não colocam essa população para revitalizar ali? E dá moradia para eles, Minha casa, Minha Vida ali? Porque têm que colocar eles na periferia, você vai ver quem é que vai ocupar aquilo ali (Zumbi dos Palmares, entrevistado, 2023).

Consoante à fala do depoente, Sueli Carneiro (2011), ao analisar o racismo e sexismo, apresenta que na condução do racismo, pessoas negras são direcionadas para a ocupação de lugares sem prestígio social, como exemplifica a ligação de mulheres negras com o trabalho doméstico. Com isto, assim como bem demonstra a fala de Zumbi, pessoas negras não são direcionadas à ocupação do centro porque a cor de sua pele a vinculam a territórios considerados subalternos pelo Estado, e a pauta das remoções ocorridas então, nas obras para a Copa e Olimpíadas, e que também foram pauta durante as Jornadas de 2013, demonstram isso com facilidade. Em vista disso, o racismo é também um processo político que influencia a organização da sociedade, influenciando inclusive onde e como a pessoa vai morar, o que possibilita ou reforça as discriminações.

O direito à cidade também é empregado na participação política, em se tratando da institucionalidade e sua ocupação, é possível através da fala de Zumbi dos Palmares encontrar uma outra controvérsia que destaca essa negação:

> A institucionalidade é criada apenas para a emissão do nosso voto, não para que a ocupemos. Eu não quero que uma pessoa que nunca passou fome, ficou sob uma educação de má qualidade, nunca ficou desempregado, que não sabe o que é pegar um transporte público, não sabe o que é pegar um trem lotado, venha falar por mim, que venham falar

> por nós, quem tem que falar por nós, somos nós que passamos por este sufoco! Então, eu disputo sim a institucionalidade! E é importante nós disputarmos a institucionalidade, ainda que não seja para nós (Zumbi dos Palmares, entrevistado, 2023).

Zumbi vem afirmar o quanto era pequena a participação política institucional de pessoas negras até então, o que ele atribui à toda historicidade da política institucional brasileira, ocupada até então quase que somente pela branquitude. Contudo, a partir de 2013 é enxergada, principalmente pelos grupos minoritários, a necessidade de maior ocupação destes espaços, para o atendimento de suas demandas e necessidades. O depoimento de Samantha bem apresenta isso:

> A grande representatividade política de mulheres negras, na atualidade, é fruto das Jornadas de 2013. Vimos a necessidade de ter pessoas mais parecidas com o que a gente pensa dentro do espaço de poder. E aí a gente bate de frente com a esquerda autoritária, partidária, que não entende as lutas identitárias, que inclusive desqualificam a luta identitária e colocam a luta identitária como um problema (Samantha, entrevistada, 2023).

Como se pode notar, as Jornadas de 2013, assim como as inúmeras instituições do movimento negro, cumpriram um papel de redemocratização, principalmente de pessoas negras, que através dessa participação tiveram despertado o desejo de seguir carreira política. Recentemente, nós da equipe da pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”, redigimos um trabalho no qual analisamos as Jornadas de 2013 e a questão racial no Brasil. Entre os resultados, encontramos que a participação nas Jornadas de 2013 provocou crescimento da militância de pessoas negras em partidos de esquerda e a eleição de mulheres e homens negros por esses partidos, em muitos casos fazendo uso do novo mecanismo de eleição, que são os mandatos coletivos.

Em relação à experiência da população negra manifestante, a violência policial enfrentada desde sempre, principalmente por meninos, adolescentes, jovens e homens negros de periferia parece ter sido o principal elemento de ativação de um processo de subjetivação política tido nas Jornadas de 2013, ao que se refere a construção dos sujeitos polícos negros e o reconhecimento da radicalidade se suas pauta, que obtinham viés raciais. A vista disto, trataremos na seção posterior sobre a formação política das pessoas entrevistadas e dos legados deixados pela participação nas Jornadas de 2013.

6 FORMAÇÃO POLÍTICA NAS JORNADAS 2013

Esta seção busca atender ao objetivo principal deste trabalho, qual seja, o de identificar, descrever e analisar a formação política gerada pelas Jornadas. Aqui, no primeiro item, iremos com base nas sete entrevistas realizadas na cidade do Rio de Janeiro, descrever a formação política que essas e esses militantes e ativistas tiveram antes da participação nas Jornadas de 2013. Na segunda parte desta seção, analisaremos a formação política ofertada pelas Jornadas a essas pessoas, e, por fim, faremos a análise dos legados gerados pela participação nas Jornadas de 2013, a partir de uma comparação entre as entrevistas de pessoas brancas e negras.

6.1 Formação política antes das Jornadas de 2013

Como visto no item 3.2, intitulado de Formação Política, encontramos na bibliografia utilizada como aporte teórico que a formação política é compreendida como um trabalho de base realizado por dinâmicas coletivas. Esta atividade corresponde a um trabalho educacional que busca gerar conhecimentos provedores de ações capazes de atuar na resolução de problemas sociais causados pelo sistema de opressão ao qual nossa sociedade é inserida.

Posto isso, o quadro 3 apresenta a formação política das sete pessoas entrevistadas antes de sua participação nas Jornadas de 2013. Para tanto, utilizamos as seguintes questões do tema II do nosso roteiro de entrevista (Apèndice A):

- 2) Antes das Jornadas, você participou: a) De outras manifestações ou protestos? Caso sim, quais? E como foi essa participação? b) De organizações políticas como partidos, coletivos e entidades estudantis, e outras instituições? Caso sim, quais? Como foi/é essa participação?
- 3) O que considera como tendo sido mais importante na formação de suas ideias políticas? Qual pessoa ou organização foi a mais importante nessa formação?
- 4) Houve influências de sua família para a formação de suas ideias políticas? Caso sim, quais? De quem? E como a sua família reagiu à sua participação nas Jornadas?
- 5) Você tinha algum vínculo com religião e/ou igreja antes das Jornadas? Após as jornadas mudou essa relação? Comente.

Quadro 3: Participação de ativistas e militantes do Rio de Janeiro em movimentos e protestos anteriores às Jornadas de 2013.

Pessoa entrevistada	Atuação em movimentos e protestos antes das Jornadas	Forma de participação
Carolina Maria de Jesus	Sim, participei de inúmeros movimentos, inclusive o Rocinha Sem Fronteiras que era uma junção entre a Rocinha e o Vidigal.	Eu era a dirigente da Rocinha neste movimento. Nossas reivindicações eram relacionadas à moradia, educação, falta de saneamento básico, entre outras inúmeras pautas que atingem diretamente um favelado.
Luíz Gama	Sim, participei quando era estudante secundarista, este ocorrido em 2010 aqui no Rio de Janeiro foi dos estudantes secundaristas pelo Passe-Livre. Em 2010, já na universidade, me filiei ao PSOL e construímos o Movimento Estudantil. Neste período trouxemos de volta o coletivo "Não vamos pagar nada", este coletivo foi fundado em 1998 na UFRJ. Depois disso, eu fui para o Centro Acadêmico, Diretório Central dos Estudantes e por fim ao Movimento Negro Unificado.	Na grande maioria atuava como militante das causas estudantis, o transporte enquanto uma causa importante para os estudantes sempre foi uma pauta de luta para os movimentos que já fiz parte. Até porque, quando se pensa em passe livre outras coisas são pensadas junto, por exemplo eu preciso de transporte público para estudar, para ir ao museu, para ir em uma consulta médica, entre outros. Então são pautas que se ligam ao transporte público.
Zumbi dos Palmares	Participei de inúmeros movimentos e manifestações Participei de movimentos direcionados à educação e valorização dos profissionais, dos movimentos de reivindicação por uma saúde de qualidade, dentre outros tantos. De modo geral, todos os movimentos que defendiam a classe trabalhadora eu participei.	Atuei como militante e ativista, principalmente por entender a importância destas pautas para toda a sociedade e principalmente em minha vida, enquanto um homem preto, periférico, pobre e trabalhador.
Martha	Sim, dos movimentos de imigração ocorridos na Alemanha, do Alter-Globalization, que eram manifestações contra as consequências de políticas supranacionais como WTO - World Trade Organization, World Bank e, para além desses, dos movimentos antirracistas na Alemanha.	Nestes movimentos e reivindicações, atuei como manifestante. Eu me politizei aos 25 anos através de tais participações.
Patrícia	Não.	Antes das Jornadas, não. Não era militante, já era uma pessoa de esquerda, mas eu não tinha engajamento, militância, nada disso. Comecei ali mesmo.
Lucimar	Sim, em 1989 fiz parte do movimento estudantil. Também participei do grêmio de minha escola,	Destes movimentos e organizações citadas, fui de manifestante e ativista à presidência.

	fui vice-presidente da AMES (Associação Municipal de Estudantes Secundaristas). Depois eu fui do diretório, presidente de três gestões seguidas do diretório da minha universidade.	
Samantha	Sim, participava das manifestações do PT com minha mãe desde criança. Participei também dos da universidade. Em 2000, participei das manifestações do movimento anticapitalista na Alemanha.	Tais participações me fizeram compreender muitas coisas, principalmente o que é uma luta coletiva.

Fonte: Pesquisa "Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013"

Quando questionadas sobre qual pessoa ou instituição teriam sido importante para a formação de suas ideias políticas, as depoentes e os depoentes destacam:

- **Carolina Maria de Jesus: "**Eu destaco a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que eu trabalhei na comissão, eu construí aquele espaço por muito tempo. Destaco também, a Marielle Franco. Ela foi o primeiro nome que a gente conseguiu construir e levar para a nossa vida, levantar a bandeira, eleger e colocar para estar atuando no Rio de Janeiro, infelizmente perdemos ela da pior maneira, mas foi uma construção política dentro daquele espaço político que era a Comissão dos Direitos Humanos."
- **Zumbi dos Palmares: "**Não construí minhas ideias a partir de uma pessoa ou instituição, mas acredito que essa construção se deu ao perceber que sou um agente político e que eu posso ser um agente multiplicador."
- **Luiz Gama: "**Meu pai, ele foi do Partido Comunista na época da ditadura, hoje ele não milita mais, está aposentado de tudo, digamos assim. Mas ele foi militante e eu sempre tive isso desde cedo em casa. Ele foi uma pessoa muito importante."
- **Lucimar: "**A classe trabalhadora, acho que é com ela que eu aprendi a entender que, enquanto a gente não derrotar o inimigo maior que se chama capitalismo, a gente não vai ter distribuição de riquezas, a gente não vai ter justiça social, a gente não vai ter igualdade de oportunidades, a gente não vai ter a educação que a gente quer, a gente não vai ter a saúde que a gente quer, porque o lucro está acima da vida."
- **Martha: "**Sim, acho que a rede de lutas antirracistas, com certeza, os

movimentos na Alemanha, e o fato sempre me questionar e fazer política me manifestando na rua."

- **Patrícia: "**A minha formação de ideias políticas se deu pela prática das lutas."
- **Samantha: "**Minha participação no movimento Sem Terra (MST) e na Comissão Pastoral da Terra. Além disso, ter estudado em Cuba."

Como se pode enxergar, das sete pessoas entrevistadas, somente Patrícia, que se considera uma pessoa de esquerda desde sempre, nunca participou de movimentos sociais, manifestações ou instituições políticas antes de 2013. Verifica-se na seção 5.1 que sua participação nas Jornadas de 2013 foi movida pela indignação com injustiça sofrida por manifestantes presas e presos pelo simples fato de reivindicarem seus direitos, mesmo quando não se tratava de pautas que atingissem Patrícia diretamente. Quanto às seis demais pessoas, todas possuem um histórico de participação em movimentos e organizações políticas antes de 2013, o que pode ter sido um dos principais fatores de influência de suas participações nas Jornadas.

Dentre as instituições citadas, as entidades estudantis aparecem nas experiências formativas de três pessoas: Luiz Gama, Lucimar e Samantha. Narrativas como a de Luiz Gama, demonstram a importância do acesso à educação para o despertar de uma consciência crítica atuante no processo de formação política. Os processos planejados de educação, seja a escolar ou a educação não formal, são importantes na formação e orientação à militância e ao ativismo das pessoas, conforme Iasi (2007), para quem a educação é um espaço que, ao despertar a consciência de classe, gera estratégias capazes de transformar a realidade social.

Entretanto, há outras fontes de grande importância na formação política de quem entrevistamos. Carolina Maria de Jesus e Zumbi dos Palmares destacam pautas existenciais como moradia e saúde, que fazem parte de seu repertório antes de 2013, suscitando uma formação política vinculada às suas condições de pessoas negras, pobres e periféricas:

> Me entender como uma mulher negra, filha de duas mães, de ser bissexual, umbandista e favelada, é o que me move para a luta (Carolina Maria de Jesus, entrevistada 2023).

> O fato de ser quem eu sou (pobre, negro e parte da classe trabalhadora) faz com que minha militância não seja uma opção (Zumbi dos Palmares, entrevistado 2023).

Diante de tais narrativas, há a compreensão da existência de processos específicos de formação política ligada ao fato de se ser uma pessoa negra, pobre e periférica. Vinculado a essa afirmativa, Neusa Santos Souza (1983) e Fanon (2020) revelam que ser uma pessoa negra significa ser alguém que já vivenciou ou vivencia a experiência de ser massacrado e discriminado por sua identidade. É a estética negra, no sistema racista do qual fazemos parte, o principal definidor das mazelas sofridas pela negritude. Sendo assim, para a população negra, a militância não consiste em uma opção, mas uma necessidade. Nesta lógica, temos o apontamento de uma formação política interseccional, condicionada pelo sofrimento carnal do racismo enquanto um estratificador da posição em que essas pessoas ocupam na pirâmide social, independentemente de sua condição econômica ou intelectual, aliás para a negritude não existe a possibilidade de um apagamento fenótipo capaz de livrá-los do racismo sofrido. Esta realidade marcante nas falas de Carolina e Zumbi não são encontradas nas entrevistas das pessoas brancas, que embora sejam parceiras na luta antirracista, não são astravessadas pelo racismo em suas muitas proporções.

Portanto, pensando neste sentido, o racismo consiste em uma pauta legítima dessas pessoas, que têm seus direitos negados pelo fato de serem pessoas negras, assim como foi em 2013. As pautas raciais nas Jornadas de 2013 vão se interligar a tantas outras pautas por direitos sociais, pois como se pode ver durante a descrição das entrevistas, as pessoas que mais sofreram e sofrem ainda hoje com a negação dos direitos existenciais são pessoas negras periféricas, ao lado de brancos periféricos, embora esses sejam contemplados com o privilégio da cor branca.

A pesquisa buscou investigar se a religião teve influência na formação política de ativistas e militantes das Jornadas. Em relação ao Rio de Janeiro, o Quadro 4 apresenta os resultados.

Quadro 4: Participação em instituição religiosa antes de 2013:

Pessoa entrevistada	Participação em instituição religiosa	Influência da religião na participação nas Jornadas de 2013
Carolina Maria de Jesus	Umbandista praticante	Com influência.
Luíz Gama	"Umbandista, não tão praticante"	Sem influência
Zumbi dos Palmares	"Eu creio em Deus".	Sem influência
Martha	Não participante	Sem influência
Patrícia	Não participante	Sem influência.
Lucimar	Não participante	Sem influência.
Samantha	Não participante	Sem influência.

Fonte: Pesquisa "Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013"

Verifica-se pelo quadro 4, que apenas as pessoas negras registraram vínculo religioso em 2013, mas apenas Carolina Maria de Jesus relatou uma filiação religiosa mais consistente. Ela também foi a única que considerou que sua religiosidade teve influência em sua participação nas Jornadas de 2013: na verdade, a defesa da religiosidade afro-brasileira foi uma das bandeiras de Carolina Maria de Jesus nas Jornadas. Com base no que tratamos em seções anteriores, isso faz parte da formação política de Carolina pelo sofrimento carnal causado pelo racismo em suas muitas facetas, inclusive a do racismo religioso. Por esse motivo, reafirmamos que, mesmo que seja através de um sofrimento diário pelo fato de se ser uma pessoa negra em uma sociedade exludente, o racismo se torna uma espécie de formador político, que ensina diariamente, através de todo sofrimento gerado sobre o lugar do negro dentro da hierarquia racial, a importância das lutas antirracistas atualidade.

Quando se olha para a formação política de pessoas negras antes das Jornadas de 2013, tem-se, sobretudo, uma formação que é marcada por alguns componentes como o local de moradia, raça, ocupação social e quais acessos essa pessoa possuiu ao longo de sua vivência. Automaticamente, quando voltamos o olhar para estes elementos, vemos de onde surgiram as pautas de mobilização presentes nas Jornadas de 2013, portanto, reafirmamos que antes de 2013, a formação política que influenciou as manifestações é uma formação interseccional conduzida pelos marcadores sociais que compõem cada ser social (Mejía, 2013).

Ainda nessa perspectiva, Nilma Lino Gomes (2017) explica no livro "O movimento negro educador" que os movimentos sociais constituem-se através das

reivindicações por direitos sociais. Tendo como fulcro essa perspectiva, há a necessidade do desenvolvimento de um pensamento crítico, que permita o conhecimento das carências e do dever do Estado.

6.2 Formação política propiciada pelas Jornadas de 2013

Este item tem como objetivo compreender o caráter educador que as Jornadas de 2013 tiveram. Partiremos do que é apontado sobre a formação política propiciada pelas Jornadas de 2013. Para essa compreensão utilizaremos as questões 18 e 19 do tema IV presente do roteiro de entrevista (Apêndice A):

- 18) Quais foram as principais influências que as Jornadas tiveram em sua vida?
- 19) Quais foram as influências das Jornadas em: a) em sua ideia de política e sua trajetória política? b) na sua trajetória escolar e profissional?

Carolina Maria de Jesus: "Acho que uma das principais influências foi essa, a dor. Ela, ou te paralisa, ou te influencia, ou te impulsiona. Então, assim, lugar de dor. Mas o lugar de me entender enquanto pessoa política também, sabe? Mas o fato de estar nesses movimentos também me fizeram principalmente enxergar que ser influente ou ser uma pessoa política, ela não perpassa apenas em ser um político partidário, porque é isso, a gente se limita e não enxerga essa realidade. Mas, as Jornadas de 2013 me mostraram que eu sou uma pessoa política sem estar inserida dentro de um partido, que o meu corpo é um corpo político. Hoje eu falo de corpo político justamente por conta dessa formação, que não teve um nome de formativo, mas que foi formativo para mim, enquanto mulher negra de favela, enfim. Mas, tudo isso me influencia, me influenciou, e principalmente as bandeiras e as pautas, e aí, a partir das bandeiras e das pautas, as pessoas que estavam ali segurando a bandeira, mas que principalmente deixaram a porta entreaberta pra mim."

Zumbi dos Palmares: "Olha, para o Zumbi pessoa, as Jornadas me ensinaram sobre a importância de se despertar. 2013, fez com que todas as conspirações se colocassem em prática, e aí se tem essa influência, foi legal. Agora para o Zumbi militante, esse Zumbi é um sonhador que vive de utopia, as Jornadas de 2013 ensinaram que a mudança só vai vir quando ela começar de baixo para cima, não de cima para baixo."

Luiz Gama: “Acho que as Jornadas me formam politicamente no sentido da experiência de massas. Nas Jornadas aprendi não só conversar com as pessoas, mas como direcionar um movimento ou manifestação. De modo geral, a experiência de luta nas Jornadas me formou nesse sentido, fora as possibilidades de vínculos que obtive através do movimento que influenciaram minha atuação como assessor parlamentar.”

Lucimar: “A minha participação nas Jornadas me fizeram querer voltar para a vida política, então para mim as Jornadas ocupam este lugar.”

Martha: “As Jornadas foram um catalisador na minha vida, através de minha participação descobri o quanto não era jornalista e o quanto precisava fazer outra coisa.”

Patrícia: “As Jornadas tiveram total influência na minha vida, existe uma pessoa antes e depois das Jornadas. Depois de ter participado das Jornadas eu pude fazer o movimento de estudar e fazer mestrado e doutorado sobre o tema.”

Samantha: “As Jornadas de 2013 me fortaleceram nesse lugar de militante independente, sem vínculo com nenhuma instituição, e me fizeram acreditar na construção da micropolítica”.

Diante dos apontamentos sobre a formação política ofertada pelas Jornadas de 2013, podemos reparar o caráter revolucionário que o movimento teve no sentido de influenciar manifestantes a se compreender como agentes políticos capazes de atuar na esfera política, bem como um elemento de influência da carreira educacional e política, demonstrando o potente perfil educador e utópico do movimento, algo patente na fala de Zumbi dos Palmares..

O conhecimento oferecido pelas Jornadas de 2013 manifesta-se por meio da consciência que é despertada por essa participação. A exemplo, temos Patrícia que disse existir uma pessoa antes e uma pessoa depois da participação nas Jornadas. Para além de Patrícia, temos em Lucimar outra fala que confirma o que dizemos anteriormente: “A minha participação nas Jornadas me fizeram voltar para a vida política”. Atesta-se, neste sentido, a transformação identitária que a participação nas Jornadas provocou na vida das pessoas, podendo ser considerada um evento que permitiu que houvesse um processo de subjetivação política, ou seja através de sua participação as pessoas tiveram suas identidades transformadas. Para Gohn (2006), os movimentos sociais promovem uma:

> [...] aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos;a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa (Gohn, 2006, p. 28).

Este trecho de Gohn permite analisar o discurso de Luiz Gama. Quando o mesmo revela que as "Jornadas lhe formaram politicamente no sentido da experiência de massas" e expõe os vínculos que construiu durante os eventos, possibilitando ser na atualidade assessor parlamentar, o mesmo exibe o que Gohn (2006) afirma, quando trata os movimentos sociais como um meio de aprendizagens e capacitação das e dos participantes.

Samantha menciona, a partir de suas experiências formativas nas Jornadas de 2013, uma formação política que a tornou militante independente e a fez acreditar na construção da macropolítica. Esse acontecimento é explicado pelo repertório autonomista que as Jornadas de 2013 tiveram, ao recriar ações políticas anarquistas como a renúncia de representação política em partidos tradicionalistas (Groppo, *et al*., 2023).

Por fim, Carolina diz ter sido contemplada com uma formação política que, embora fosse marcada pela dor, lhe fez se enxergar como uma agente política sem vínculos institucionais, que não precisa estar em um partido para ser como tal. Segundo a entrevistada, a formação política nas Jornadas é tida uma das principais influenciadoras da construção de suas bandeiras de luta. Para além desta descrição, percebe-se ainda por Carolina a existência de uma formação política geracional, visto que a mesma destaca que, através da luta e mobilização das gerações anteriores houve a possibilidade de se construir como militantes e defender suas pautas.

6.3 Legados das Jornadas de 2013

As questões 20 e 21 do roteiro de entrevistas nos permitem interpretar o legado deixado pelas Jornadas de 2013 na visão de ativistas e militantes cariocas. Elas nos dão vazão para a análise da herança das Jornadas de 2013 para a nossa sociedade. São elas:

- 20) Houve influências das Jornadas nas transformações sociais e políticas posteriores em nosso país? Comente.

- 21) Defina, em uma palavra, o que as Jornadas representaram para você.

Veremos que diversos pontos já relatados por quem entrevistamos são retomados. A lista abaixo e o Quadro 6 sistematizam os resultados.

Lista descritiva do legado das Jornadas de 2013:

Carolina Maria de Jesus: "Embora os problemas tidos como pauta nas Jornadas de 2013 não fossem totalmente solucionados, acredito que o legado deixado pelas Jornadas tenha sido a formação política de muita gente."

Zumbi dos Palmares: "2013 foi um momento de despertar as pessoas para a luta, de despertar a consciência. Com isso, o legado deixado pelas Jornadas é o de que precisamos disputar a institucionalidade para o atendimento de nossas pautas, aliás, a política institucional é criada para que pessoas como nós façamos somente a emissão de nosso voto. As Jornadas mudam isso".

Luiz Gama: "O legado das Jornadas de 2013 foi a formação de uma geração de dirigentes, tanto que existe um recorte muito grosseiro de quem viveu e quem não viveu as Jornadas de 2013."

Marta: "A lição deixada por 2013 é sobre autoridade, o governo vigente deveria ter dialogado mais com as pessoas, porque isso é de fato democracia, ouvir as pessoas."

Samantha: "Em minha vida pessoal as Jornadas me deixaram como legado a vontade de cursar o mestrado neste tema, é o que eu faço hoje, mas pensando de modo geral tivemos heranças para o bem e para o mal, houve a formação do que a gente chama de nova direita. Essa nova direita é muito complexa, ela não é só bolsonarista, ela é também bolsonarista, mas ela pode não ser bolsonarista e ainda assim ser nova direita. Para além disso, 2013 tem o marco das redes sociais, a partir dali houve a democratização desse acesso e a constituição do midiativismo."

Lucimar: "Pensando no contexto carioca, tivemos como legado a construção de coletivos, do Círculo Laranja e de outras instituições".

Patricia: "As Jornadas de 2013 serviram como grande laboratório de repressão, atuação de polícia, treinamento de polícia em grandes eventos. Eu acho que isso tudo de alguma forma serviu, em tanto que aprimoraram equipamentos, o sistema de vigilância e monitoramento. Nesse ponto policial, acho que essas consequências. No que se refere à questão política do país, eu acho que a consequência maior não foi as Jornadas ter existido, foi as Jornadas ter sido reprimida e ter sido encerrada da

forma que ela foi. Porque a forma que ela foi reprimida, tirou a esquerda da rua. E quando isso aconteceu, não foram dois meses para o MBL (Movimento Brasil Livre) chamar a primeira manifestação nacional que aí já começou com a manifestação de verde e amarelo, que era uma coisa que não tinha dentro do Brasil, coisa de cunho nacionalista e isso era o que o tempo todo o que o PT dizia que era a manifestação que eles reconheciam como legítima."

Quadro 5: Definição das Jornadas de 2013 em uma palavra

Pessoa entrevistada	**Palavra**
Carolina Maria de Jesus	Resistência
Zumbi dos Palmares	A luta não acabou
Luiz Gama	Aprendizado
Lucimar	Ruptura
Marta	Vivo
Patrícia	Foda
Samantha	Explosão

Fonte: Pesquisa "Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013"

Considerando-se as entrevistas, metade delas considerou que o maior legado das Jornadas de 2013 foi a formação política ofertada. Essas respostas vieram justamente das pessoas negras: Carolina Maria de Jesus, Zumbi dos Palmares e Luiz Gamas. São ativistas e militantes negras e negros no Rio de Janeiro quem mais reconhecem o impacto formativo das Jornadas.

O movimento das Jornadas de 2013 se apresentou como um espaço de formação importante para a constituição de novos agentes políticos. A dinâmica dessa formação fez com que tivéssemos, segundo Gerbaudo (2021), "um novo tipo de ação política", distinto das formas tradicionais e únicas em que conhecíamos até então, constituindo desse modo novas identidades, como é o caso demonstrado por Luiz Gama ao relatar que as Jornadas de 2013 geraram novos dirigentes políticos. Em consentimento, Zumbi dos Palmares relata, em outras palavras, a importância de pessoas dos grupos minorizados assumirem a institucionalidade para o verdadeiro atendimento das pautas sociais. Esse relato nos faz relembrar o que é dito pela escritora Carolina Maria de Jesus, a qual utilizamos como pseudônimo de uma de

nossas entrevistadas; para ela, em “Quarto de despejo” (1960), a política institucional deveria ser administrada por pessoas que já tivessem passado fome e entendesse as reais necessidades do povo pobre brasileiro. Essa fala, ligada ao que é dito por Zumbi, nos mostra que as Jornadas de 2013 cumpriram este papel, já que, como vimos nesta seção e nas seções anteriores, as Jornadas despertaram nas e nos manifestantes o conhecimento das carências sociais e o desejo de fazerem parte da política institucional por meio da ideologia do “cidadão indignado”, que é:

> [...] condição entendida principalmente como a possibilidade de os indivíduos serem membros ativos de sua comunidade política com igual voz em todas as decisões importantes, o que está cada vez mais em xeque na condição neoliberal “pós-democrática” (Gerbaudo, 2021, p. 28).

Atrelado a essa construção, 2013 possui um outro papel importante que é visto como um de seus legados, o uso das redes sociais como uma ferramenta de militância. O midiativismo, como se vê nas entrevistas, principalmente na entrevista de Samantha, midiativista nas Jornadas, consiste em uma ação utilizada durante 2013 como um meio de convocação para as reivindicações, publicização do movimento e denúncia da violência policial sofrida durante e após as manifestações. De acordo com ela:

> [...] as primeiras lives no facebook que se tem notícia na história do midiativismo foram realizadas pelas Jornadas de 2013. As mídias tradicionais atuaram na repressão do movimento e com o acesso às mídias sociais conseguimos mostrar a real realidade do movimento das Jornadas de 2013, além de conseguirmos apresentar a toda sociedade toda a violência sofrida. 2013 abre portas para o midiativismo, seja para o bem ou para o mal (Samantha, entrevistada 2023).

O início da militância realizada através das redes sociais, certamente, em se tratando do Brasil, se deve à influência das políticas públicas de universalização do uso de internet, construídas desde o ano de 1988 através da Constituição Federal, que já nesse período garantia o acesso às informações e à formação de um mercado interno que viabilizasse o bem-estar da população no que se refere ao acesso à ciência e à tecnologia. Nesta lógica o acesso a informações deveria ser garantido, permitindo a abrangência da internet no Brasil.

Foi apenas no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), que a Tecnologia da Informação e Comunicação se destrinchou. Durante esse governo, a Telecomunicações Brasileiras, uma empresa federativa, responsável pela construção de políticas públicas de telecomunicações no Brasil, se expandiu. Em

1997, tivemos a implementação do Programa Nacional de Informática nas escolas, política pública que teve como objetivo a promoção do uso de computadores e garantia do acesso à internet. Em 1999, tivemos a criação do programa Sociedade da Informação (Socinfo), considerado como a primeira tentativa de disseminação do uso da internet no Brasil. Nos anos 2000, sob a influência do programa Socinfo, o governo federal criou o Grupo de Trabalho em Tecnologia da Informação (GTTI), o qual objetivou criar operações e propor diretrizes capazes de promover um diálogo entre o Poder Executivo e a sociedade civil. A partir de sua atuação, este grupo apontou por meio de um relatório a necessidade de redução do valor das internet para a democratização de seu uso pela sociedade. Neste mesmo ciclo, tivemos no Brasil a constituição do Comitê Executivo do Governo Eletrônico, com a função de atuar na construção de políticas públicas na área de telecomunicações, esse período é marcado pelos primeiros programas sociais de universalização do uso da internet à população brasileira de baixa renda, tais medidas foram adotadas e implementadas pelo governo Lula que a partir daí adotou e criou outros projetos que viesse a garantir esse acesso à todas as pessoas. Durante o governo Lula tivemos a criação de inúmeros projetos de inclusão digital, dentre eles alguns muito importantes para o sucesso das Jornadas de 2013: em 2009, houve a construção do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), responsável pela universalização do uso da internet no Brasil, ou seja uma política pública que expandiu o acesso acesso à internet por meio da oferta de internet banda larga a preços acessíveis (Medeiros, 2010).

Ligado a esse processo de universalização da internet no Brasil, as redes sociais como o Facebook, criado em 2004, e o Twitter, criado em 2006, se apresentaram como ferramentas importantes para as Jornadas de 2013, como bem relata Samantha “através das redes sociais conseguimos reivindicar e mostrar a realidade à sociedade e derrubar as fake news apresentadas pelas mídias tradicionais, como rádio e televisão”. Apesar disto, nos anos seguintes, a internet e as redes sociais logo passaram a ser instrumentos de propagação de fake news e na disseminação do discurso de ódio que perdura ainda nos dias atuais.

Para Gerbaudo (2021), as redes sociais propiciaram ao movimento uma interação que foi capaz de unir princípios e construir novas identidades e relações. Tais características, demonstram o legado que as redes sociais, junto à democratização da internet no Brasil, tiveram no processo de formação política

ofertado pelo movimento das Jornadas de 2013.

Com foco na fala de Lucimar, encontramos que as Jornadas de 2013 influenciaram a construção de inúmeras outras instituições e coletivos, como é o caso do Coletivo Laranja, já citado nas etapas anteriores deste trabalho. Este coletivo foi criado em 2014 pelos agentes de saúde ambiental urbana, como descrito na seção 4.1 desta dissertação.

Por fim, há por meio da descrição de Patrícia a consideração do legado da repressão policial que as Jornadas de 2013 deixaram à população brasileira, com feridas ainda hoje não sanadas.

As Jornadas de 2013, segundo o diálogo exposto pelas pessoas entrevistadas, deixou explícito as desigualdades raciais a que somos submetidos, principalmente em se tratando de como é exercido o trabalho da polícia, direcionada à aniquilação de corpos negros. Este fato referenda a importância da frase escolhida por Zumbi: “A luta não acabou”. Outras palavras-chave, como “explosão, resistência, ruptura, foda, aprendizado e vivo”, reforçam o fato de que as Jornadas de 2013 abriram alas para a compressão das mazelas sofridas em nossa sociedade, algumas dessas já presenciadas há muito tempo, como é o caso das pautas de luta do movimento negro e que fazem parte de seu quadro de reivindicações há muito tempo. 2013, especialmente por meio da atuação de ativistas e militantes negras e negros, tornou público todas as mazelas sofridas pelas pessoas que necessitam de políticas públicas para sobreviverem em nossa sociedade, que é desigual, racista, intolerante e desumana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas discussões propostas nesta dissertação de mestrado, por meio da análise das entrevistas e do corpus bibliográfico utilizado, podemos afirmar que as Jornadas de 2013 consistiram em um formador político para as pessoas que participaram dele, tanto que as experiências que estas pessoas tiveram durante o movimento influenciaram seu posicionamento político e quem elas são na atualidade. No caso das pessoas negras entrevistas, as Jornadas de 2013, se apresentam como parte do próprio movimento negro. De acordo com Nilma Lino Gomes (2017), o movimento negro é múltiplo e plural e faz parte de outros movimentos sociais. Partindo desta perspectiva, podemos considerar que, embora não seja as Jornadas um movimento majoritariamente composto por pessoas negras, 2013, por defender as pautas raciais interligadas a outros marcadores sociais, consiste em uma organização ligada ao movimento negro, presente em cada pessoa negra e não negra vinculada à luta antirracista nas Jornadas de 2013. Essa mobilização, assim como em em outros movimentos sociais, é ativada pela experiência do racismo enquanto um sofrimento carnal possível somente a pessoas negras, mesmo com se tenha pessoas brancas empáticas e sensíveis a essa dor.

Segundo Sueli Carneiro (2023), o gerador do racismo em nossa sociedade é a cor da pele, um dispositivo de racialidade que vai determinar o poder de cada pessoa dentro da hierarquia social, independente da condição socioeconômica que esta possui. Congruente a este fato, quando olhamos para a violência policial nas Jornadas de 2013, ela ocorreu em maior proporção contra das manifestantes negras e, ainda mais, negros, como comprovam as entrevistas aqui analisadas. Conseguimos destacar o privilégio da cor branca, já que, de acordo com quem entrevistamos, pessoas brancas até apanharam durante as Jornadas de 2013, mas não corriam o mesmo risco de morte. Pelo fato de serem brancas, não sofreram com a criminalização *a priori* de seus corpos, como é o caso de pessoas negras, principalmente homens negros, invariavelmente “confundidos com bandidos”, como foi o caso do ajudante de pedreiro Amarildo e tantos outros mortos ainda hoje.

No entanto, atrelada às pautas raciais, presentes na agenda do movimento negro, as Jornadas de 2013 consiste em um movimento social que formou politicamente essas pessoas através de suas próprias experiências enquanto pessoas negras. Estas experiências contribuíram para a disseminação de pautas de

impacto social defendidas há muito tempo pela negritude. Considerando isso, podemos afirmar o movimento negro, em suas inúmeras ramificações, como um movimento intergeracional. Movimento que, embora lute pelas mesmas problemáticas que o constituiram, se renova a cada dia, politizando suas atrizes e seus atores para a busca de uma sociedade antirracista, emacipatória e inclusiva para todas as pessoas. Portanto se um movimento social tem a presença de pautas que ferem diretamente a população negra e os inúmeros grupos minorizados, temos aí a presença do movimento negro.

Outro importante resultado desta dissertação é a constatação do interesse pela vida política institucional que manifestantes, militantes e ativistas negras e negros tiveram após a participação nas Jornadas de 2013. Este despertar motiva a construção de novas autoras e novos autores da política: tal construção tem como base toda a história de lutas e de reivindicações do movimento negro, mas também é potencializada pelas Jornadas de 2013, ao tornar explícito o lugar das pessoas negras e dos grupos sulbalternizados em nossa sociedade. Isso, também é encontrado na percepção de pessoas brancas apoiadoras e entendedoras das lutas sociais e raciais, como é o caso de Samantha, que explica:

> Atráves das Jornadas de 2013, enxergamos a necessidade de eleger mulheres negras, homens negros, mulheres trans entre outras. Vimos a necessidade de uma outra representatividade, uma representatividade que não fosse branca, heterossexual e masculina como de costume. Foi assim que atuei nestas candidaturas. (Samantha, entrevistada, 2023).

Todavia, embora 2013 potencialize a visão desta necessidade, não podemos afirmar que essa é uma visão construída apenas pelas Jornadas de 2013, já que o próprio movimento negro já enxergava essa necessidade, lutou e conquistou a eleição institucional de nomes importantes na luta contra o racismo e tudo que ele traz.

Analisando, a formação política propiciada pelas Jornadas de 2013 à militância branca carioca, com base em quem entrevistamos, podemos destacar uma formação política privilegiada, majoritariamente academicista, não condicionada pelo sofrimento carnal do racismo, já que estamos falando de pessoas brancas e de classe média alta. Entretanto, esta formação, embora contemple esses fatores, é capaz de fazer com que haja o reconhecimento de seus próprios privilégios, a necessidade da justiça social para todas as pessoas, sem nenhum tipo de descriminação, e, principalmente, uma formação política nascida pela empatia com

as dores e desigualdades sofridas pelos grupos minorizados. A exemplo, temos o caso de Patrícia:

> Eu vi as Jornadas pela televisão, eu estava em casa, no sofá, tinha meu trabalho e minha vida, mas ao ver aquele povo sendo preso por nada, eu disse, sou advogada e posso ajudar. Foi aí que surgiu o grupo Habeas Corpus, criado por mim e atuante na soltura das pessoas presas durante as Jornadas de 2013 [...] Eu particularmente não fui atingida por nenhuma pauta diretamente, a não ser pelos botecos que eu gostava e fecharam por conta das grandes obras da copa, mas a condição em que as pessoas vinham sendo colocadas me machucaram, elas eram tratadas como nada, isso por lutarem por direitos. (Patrícia, entrevistada, 2023).

Com base no relato de Patrícia, podemos ainda alegar que os componentes justiça social, empatia e reconhecimento do privilégio branco são categorias importantes para a militância e ativismo de pessoas brancas privilegiadas nas lutas sociais. Um outro exemplo disso, encontramos no depoimento Martha, uma mulher branca, privilegiada, que é motivada pela necessidade de lutar pelas pautas raciais e um mundo mais justo. Segundo ela:

> Sempre lutei em meu país de origem a favor dos movimentos de imigrantes e contra o antirracismo, e no Brasil não foi diferente, a situação em que esse povo vive sempre me incomodou (Martha, entrevistada, 2023).

Embora seja esse um componente importante para o ativismo e militância dos grupos considerados privilegiados pelas causas sociais, é também encontrado como um entrave quando não há esta compreensão. Isto pode ser visto diante principalmente da fala de Zumbi dos Palmares, ao relatar que a polícia nas Jornadas era composta em sua maioria por pessoas negras que, ao vestir a farda de policial, esqueceram até a cor de sua pele e passam a agir como capitão do mato, assim como se era no período escravocrata. Com fulcro nesta análise, a consciência e a não consciência de classe é encontrada também como um objeto de formação e desinformação política nas Jornadas de 2013, tanto que quando olhamos para os discursos de ódio presentes no movimento encontramos pessoas que fazem parte dos grupos minorizados defendendo-os.

Em suma, as Jornadas de 2013, além de ter formado politicamente as pessoas que participaram de seus eventos por meio da gramática dos direitos sociais e civis, construiu uma nova geração de militância e ativismo. Essa nova geração, educada pelas Jornadas de 2013, baseia-se na necessidade de resolução dos problemas sociais e civis que afetam os grupos marginalizados historicamente. É por esse motivo que as Jornadas de 2013 despertam nessas pessoas o desejo de

fazerem parte da política institucional. Além disso, as Jornadas de 2013 promovem o fortalecimento de outros movimentos sociais, como é o caso do movimento negro, que não nasceu nas Jornadas de 2013, mas teve suas pautas de reivindicação defendidas nas Jornadas através da militância negra presente e da militância branca apoidadora desta luta. Todavia, as Jornadas, ao ter em seu repertório pautas de garantia dos direitos da população negra, demonstra que não avançamos o suficiente quando se pensa na equidade social. O distanciamento de pautas e a discrepância entre as motivações de participação nas Jornadas de 2013 entre manifestantes negros e brancos, bem como a violência policial em maior grau com pessoas negras, demonstram com facilidade esta afirmativa.

Considera-se também que as Jornadas de 2013 ao cumprir um papel de redemocratização de nossa sociedade, se tornaram também um objeto gerador de outros movimentos sociais, como é o caso da greve dos garis e das ocupações secundaristas . Estes movimentos, assim como as Jornadas de 2013, tiveram em seu quadro de pautas questões raciais; tais pautas, além de fazer com que as participantes e os participantes refletissem sobre, fizeram com que os mesmo pudessem propor novas formas de organização social. A exemplo, temos na seção 4 a informação de que nas ocupações secundaristas houve um esforço substancial, diferentemente de nossa sociedade, de impedir uma divisão hierárquica racial e de gênero. Podemos ainda dizer que as Jornadas de 2013 deram origem à “greve dos garis”, e que, através dessa greve, tivemos a constituição do Círculo Laranja, coletivo que busca educar a população pobre, favelada e negra, buscando garanti o acesso à educação superior através de curso pré-vestibular; aprendizagem de línguas estrangeiras e acesso à cultura através de aulas de violão, teatro e pintura. É permitido dizer que, lém de ser uma vitória das Jornadas de 2013, esta experiência é também uma lição ensinada, ao propor novas formas de se fazer política, novas representações e a formação de militantes e ativistas.

Por fim, encontramos que a formação política ofertada pelas Jornadas de 2013 à militância negra se constrói a partir da indignação de ser e se perceber como um ser desigual, ao ter os direitos sociais e civis negados pelo simples fato de se ser uma pessoa de pele negra. Essa formação também se desdobra aos demais grupos marginalizados, mas como destacamos, o racismo é uma luta legítima e diária da população negra que não tem como se disfarçar de branca para ser minimamente aceita. Embora tenhamos essa realidade, vimos aqui nesta seção que a indignação

é o que também move a militância da branquitude crítica e consciente de seus privilégios. Por intermédio do que chamamos neste trabalho de sofrimento carnal e da pedagogia da indignação, as Jornadas de 2013, além de ter despertado a militância negra para os protestos, também despertaram a militância branca crítica e consciente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, 2014.

ALONSO, Angela e MISCHE, Ann. **Changing repertoires and partisan ambivalence in the new brazilian protests**. Bulletin of Latin American Research, v. 36, n. 2, p. 144-159, 2017 Tradução. Disponível em: https://doi.org/10.1111/blar.12470. Acesso em: 24 jul. 2023.

ANTUNES, Ricardo. As rebeliões de junho. **OSAL (Observatorio Social de América Latina)** XIV, n. 34, 2013, p. 37-49. Disponível em http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20131107012902/osal34.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. OS DIAS QUE ABALARAM O BRASIL: as rebeliões de junho, julho de 2013. **Revista de Políticas Públicas**, v. 18, p. 41–47, 5 Ago 2014 Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2694. Acesso em: 15 jul 2024.

Baquero, Marcello; Baquero, Rute; Vivian Angelo; Morais, Jennifer Azambuja de. SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E INTERNET NA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA POLÍTICA JUVENIL NO SUL DO BRASIL. **Educação & Sociedade,** v. 37, n. 137, p. 989–1008, out. 2016. Acesso em: 15 mar 2023.

Bento, Cida. 2022. **O pacto da branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras.

BEZERRA, Carina Felix. **Modernidade, Colonialidade e os corpos indesejáveis:** o genocídio negro no Brasil. 2021. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/26826. Acesso: 10 mar 2023.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em Tese: **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1 (3), janeiro-julho, 2005, p. 68-80.

BORGES, Jussara; JAMBEIRO, Othon. Evolução do uso da internet na participação política de organizações da sociedade civil. In: PINHO, José Antonio Gomes, ed. **Artefatos digitais para mobilização da sociedade civil:** perspectivas para avanço da democracia [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 73- 97. ISBN: 978-85-232-1877-5. https://doi.org/10.7476/9788523218775.0005. Acesso em 15 mar 2023.

BRASIL. Lei n. 14.532, de 11 de janeiro de 2023. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/ L14532.htm#art1. Acesso em: 19 jan. 2023.

BRINGEL, Breno Marques; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013… dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. **Nueva Sociedad** especial em português, Buenos Aires, Argentina: Fundación Friedrich Ebert (FES), v.2015,n.2, nov. 2015. Disponível em: https://nuso.org/articulo/junho-de-2013-dois-

anos-depois/ . Acesso em: 26 jun. 2023.

Bueno, Winnie de Campos. Afeto, resistência e luta: da fibra que é feita o Movimento Negro Educador. In: Gomes, Nilma Lino (org).**Saberes das lutas do Movimento Negro Educador. Prefácio.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2022.

CADÊ O AMARILDO?. Rafael Norton e Clarissa Cavalcanti, Rio de Janeiro, (Documentário). Emissora Globo Play, 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negros Edições, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade:** a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, L. R. DE .. Juventude e socialização política: atualizando o debate. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 25, n. 4, p. 479–487, out. 2009.

CASTRO, Lucia Rabello de. Juventude e socialização política: atualizando o debate. Psicologia: **Teoria e Pesquisa**, v. 25, n. 4, p. 479–487, out. 2009.

CERQUEIRA, Jéssica; THÂMARA, Thamyra. Junho, e a juventude negra? **Nueva Sociedad**. Especial em português, 2014, p. 27-36. Disponível em: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/3._Cerqueira_EP.pdf. Acesso em 30 jan. 2024.

CUSTÓDIO, Leonardo. Desigualdades e prioridades políticas: Jornadas de Junho (2013) a partir do midiativismo de favela. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática.** CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. P. 300-318.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe.** Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, 244p.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista.** São Paulo: Cortez Editora, 1996.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro brasileiro: Alguns apontamentos históricos. **Tempo [online]**. 2007, v. 12, n. 23 [Acessado 6 Janeiro 2024] , pp. 100-122. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>. Epub 16 Maio 2008. ISSN 1980-542X. https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. **Dimensões**, n. 21, pp. 101-124. 2008.

DOMINGUES, Petrônio. Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, p. 517–534, set. 2008.

DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. Respeitável público…: performance e

organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 43-55, 2013. https://doi. org/10.1590/S0101-33002013000300004

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1973.

ESPÍRITO SANTO, Maíra Ouriveis do; DINIZ, Eduardo Henrique; RIBEIRO, Manuella Maia. Movimento passe livre e as manifestações de 2013: a internet nas jornadas de junho. In: PINHO, José Antonio Gomes. **Artefatos digitais para mobilização da sociedade civil:** perspectivas para avanço da democracia [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 141-167. ISBN: 978-85-232-1877-5. https://doi.org/10.7476/9788523218775.0008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1.

FIDELIS, F.; LOPES, F.M.E. Jornadas de junho de 2013: formas de mobilização online e a ação de ativistas em Brasília por meio do Facebook. **Universitas: Arquitetura e Comunicação Social.** v. 12, n. 1, p. 37-53, 2015.

GERBAUDO, Paolo. **Máscaras e Bandeiras:** Populismo, cidadanismo e protesto global. Tradução: Dafne Melo. 1a ed. São Paulo: Funilaria, 2022.

GERBAUDO, Paolo. **Redes e ruas:** Mídias Sociais e Ativismo Contemporâneo. Tradução: Dafne Melo. 1a ed. São Paulo: Funilaria, 2021.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação** [online]. 2011, v. 16, n. 47. [Acessado 6 janeiro 2022], pp. 333-361. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>. Pub.10 Out 2011. ISSN 1809-449X. https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005.

GOMES, N. L.. Movimento Negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 120, p. 727–744, jul. 2012.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador.** Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Saberes das Lutas do Movimento Negro Educador.** São Paulo: Editora Vozes, 2022.

GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. E .. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, p. 134–158, set. 2000.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras.** São Paulo: UCPA, 2018.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**.Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GROPPO, L. A. *et a*l.. Subjetivações políticas em campo: itinerários juvenis e as Jornadas de Junho de 2013. **Educação e Pesquisa**, v. 49, p. e271463, 2023.

GROPPO, L. A.; OLIVEIRA, M. A.. OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS EM MINAS GERAIS: SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA E TRAJETÓRIAS. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. e240770, 2021.

GROPPO, Luis Antonio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do Cogeime**, São Paulo, Ano. 13, n. 25, p. 9-22, dez. 2004.

GROPPO, Luis Antonio. Utopias de junho. **Revista Espaço Acadêmico (UEM).** v.XVI, p.52 -60, 2016.

GROPPO, Luis Antonio; SILVA, Gislene. A PARTICIPAÇÃO DE JOVENS NEGRAS E NEGROS NOS MOVIMENTOS SECUNDARISTAS DE 2015 E 2016 NO BRASIL. In: Groppo, Luis Antonio; SALLAS, Luísa (Orgs.). **A presença da felicidade: ocupações estudantis no Brasil em 2015 e 2016.** Curitiba: Crv, 2022. 370 p.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. 2a ed.: São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2017.

IASI, Mauro. **Ensaios sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

IVONE, LARA. Foram me chamar. **In: Sorriso Negro.** WEA, 1981.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo:** diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

MACIEL, Regimeire Oliveira. Racismo e ações afirmativas. In: Gomes, Nilma Lino (Org.). **Saberes das Lutas do Movimento Negro Educador.** São Paulo: Editora Vozes, 2022.

MACIEL, Wandick Nogueira; RECH, Hildemar Luiz. A FORMAÇÃO POLÍTICA COMO TOTALIDADE NOS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES: A EXPERIÊNCIA DO TERRITÓRIO SERRINHA. **Revista Dialectus.** 2022, v. 26, n. 26 [Acessado em 05 de janeiro de 2023] pp. 1-17. ISSN 2317-2010. Disponível em: http://periodicos.ufc.br/dialectus/article/view/81493.

MAGARIAN, Barbara Rebeca Alves. Os mandatos coletivos no Brasil à luz do conceito de *institutional by-pass*. **Revista de Sociologia e Política**, v. 31, p. e003, 2023.

MARCON, Telmo. Os movimentos sociais populares como educadores: contribuições teóricas e políticas. **Educação.** Santa Maria, v. 37, n. 03, p. 495-508, dez. 2012. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/4139. Acesso em 11 maio 2023.

MARICATO, Ermínia *et al*. **Cidades rebeldes:** Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do país. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

MEDEIROS, Marcelo. **As Políticas Públicas de Inclusão Digital do Governo Lula (2003-2009) uma análise de programas e leis.** (Dissertação) Mestrado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

MENDONÇA, Erika. Entre Políticas de Adesão e Políticas de Transformação: Construções e Expressões de Subjetividade Política em Jovens Militantes. 1. ed. Olinda: **A Única,** 2018. v. 200, p. 294.

MUNANGA, Kabengele. **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial.** São Paulo: Edusp, 1996.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do negro brasileiro; processo de um racismo mascarado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NUNES, Paula. Sobre Junho de 2013 e movimento negro contemporâneo. In: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria (Orgs.). **Junho a rebelião fantasma de 2013.**1ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2023, v. V, p. 37-47.

PARRA, Henrique Zoqui Martins. Jornadas de Junho: uma sociologia dos rastros para multiplicar a resistência. **Pensata**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 141-150, nov. 2013.

PAULA, Aline Batista. TERRITÓRIOS DESIGUAIS – RACISMO E O ACESSO À CIDADE. **(SYN)THESIS**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 64–82, 2019. DOI: 10.12957/synthesis.2016.46031. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/synthesis/article/view/46031. Acesso em: 12 ago. 2024.

PELOSO, Ranulfo. **Trabalho de Base:** seleção de roteiros organizados pelos Cepis. Expressão Popular, São Paulo, 2012. PEREIRA, João. Justiça social no domínio da saúde. Cad. Saúde Pública vol.6 no.4 Rio de Janeiro Oct./Dec. 1990.

PEREIRA, Amilcar Araújo. A.; MAIA, Jorge Lucas.; LIMA, Thayara Cristine Silva de. Os “rolês” do movimento negro brasileiro na atualidade, nas “pegadas” da educação. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 75, p. 162–183, jan. 2020.

PEREIRA, B. C. J.. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 21, n. 3, p. 445–454, set. 2021.

PEREZ, Olívia Cristina. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. **Opinião Pública**, v. 25, n. 3, p. 577–596, nov. 2019.

PILATTI, Adriano. O ano das maravilhas e do Pesadelo, In: Cava, Bruno; Cocco, Giuseppe (Orgs). **Amanhã vai ser maior:** o levante da multidão no ano que não

terminou. São Paulo: Annablume, 2014.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior:** O que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

PINTO, Celi Regina Jardim. O que as teorias do reconhecimento têm a dizer sobre as manifestações de rua em 2013 no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. spe, p. 1071–1092, 2016.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Editora 34, 2018.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REZENDE, Ana Flávia; ANDRADE, Silva Luís Fernando (2022). Direito do Negro à Cidade: de uma Formação Socioespacial Racista à Utopia Lefebvriana. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 14, e20210438. https://periodicos.pucpr.br/Urbe/article/view/29615

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; 2017. (Feminismos plurais).

RIOS, Flávia.; PEREZ, Olívia.; RICOLDI, Arlene. Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo. **Lutas Sociais**, *[S. l.]*, v. 22, n. 40, p. 36–51, 2019. DOI: 10.23925/ls.v22i40.46648. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/46648. Acesso em: 3 maio. 2024.

RITTER, Eduardo. Conhecimento de si mesmo e educação cidadã: do conformismo à ação nos protestos de junho de 2013. **Intercom – RBCC**. São Paulo, v.39, n.2, p.115-129, maio/ago, 2016.

ROBALLO, José Henrique Machado. **Cultura política, socialização política e internet:** um estudo de caso com estudantes de ensino médio do Rio Pardo-RS**.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

RODRIGUES, Mariana; MENEZES, Isabel; FERREIRA, Pedro. Efeitos longitudinais da socialização política nos comportamentos de participação de jovens. **Educação e Pesquisa**, v. 44, p. e175560, 2018.

RODRIGUES, Tatiane Cosentino. **Movimento negro no cenário brasileiro**: embates e contribuições à política educacional nas décadas de 1980-1990.. 2005. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

SALLAS, Ana Luisa; GROPPO, Luis Antonio. Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016: sujeitos e trajetórias. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, p. e270124, 2022.

SANTARÉM, Paulo Henrique da Silva. **A cidade de Brasília (DF)**: conflitos sociais e espaciais significados na raça. 2014. 158 f., il. Dissertação (Mestrado em

Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SANTOS, Milton. (1996/1997). **As cidadanias mutiladas.** In: Julio Lerner, Preconceito (1a ed.). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

SETTON, Maria da Graça Jacintho.. A socialização como fato social total: notas introdutórias sobre a teoria do habitus. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 41, p. 296–307, maio 2009.

SILVA, Ana Lucia da. **A opinião pública sobre as vozes negras abolicionistas e as escrevivências de Maria Firmina dos Reis na perspectivas da Nova História Política.** Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Maringá, 2023.

SILVA, Gracielle da Costa. A relevância das cotas raciais como ferramenta de transformação da realidade social da população negra brasileira. **Revista de Estudos e Investigações Antropológicas**, v. 3, p. http://www.revi, 2016.

SILVA, Marcos Antônio Batista. Educação antirracista no contexto político: tensões e deslocamentos. **Educação e Pesquisa** [online]. 2021, v. 47 [Acessado em 9 de janeiro de 2022], e 226218. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147226218>. Pub. 12 abr. 2021.ISSN 1678-4634. https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147226218

SILVA, Marina Albugeri. Eu tenho cara de ser rico, sou loiro, tenho olho azul: discutindo o privilégio branco. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico (Online)**, v.21, p.130-141, 2021.

SILVA, Selmo Nascimento da. O ciclo de greves contemporâneas no Brasil: o levante proletário de 2013 e a experiência da greve negra dos garis do Rio de Janeiro de 2014 numa perspectiva anarquista. **Revista Espaço Acadêmico,** v. 18, n. 210, p. 89-101, 16 nov. 2018.

SILVEIRA, Isabella Batista. **“Lute como uma menina”: gênero e processos de formação na experiência das ocupações secundaristas.** 2019. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alfenas, 2019.

SINGER, André. Brasil, Junho de 2013. Classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos Cebrap**, 97, Nov., 2013. pp. 23-40.

TEIXEIRA, VICTOR SCHITTINI. Interseccionalidade, identidade racial e o dilema do “pardo”: reflexões sobre identidade racial e heteroclassificação no Brasil. **Revista de Direito** [online] 2021, v. 13, n. 03 [Acessado em 15 de janeiro de 2022] pp. 1-19. ISSN 2527-0389. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/12449

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais:** afinal do que se trata? Belo Horizonte: UFMG, 2006.

THÂMARA, Thamyra. Rio de Janeiro. Junho Preto: Favelado ocupando as ruas. In: MORAES, Aline *et al.* (orgs.). **Potência das ruas e das redes**. São Paulo: Fundação Friedrich Eber, 2014, p. 157-176.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência**

Política *[S. l.]*, n. 3, p. 133–160, 2012. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1677. Acesso em: 11 maio. 2023.

TOMIZAKI, K.; CARVALHO-SILVA, H. H. DE .; SILVA, M. G. V.. SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E POLITIZAÇÃO ENTRE FAMÍLIAS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 137, p. 935–954, out. 2016.

TOMIZAKI, K.; SILVA, M. G. V.; CARVALHO-SILVA, H. H. DE .. SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 137, p. 929–934, out. 2016.

TRINDADE, Valério Luiz. Discursos de ódio nas Redes Sociais, 2022. **In: Ribeiro, Djamila (org.), Feminismos Plurais. Ed**. Jandaíra, São Paulo. 2022.

VASCONCELOS, CAMILA; GONZÁLEZ, RODRIGO STUMPF; MARQUES RODOLFO SILVA. Cultura política e socialização virtual: Influência das redes sociais nas opiniões políticas de jovens estudantes da região do Distrito Federal e seu entorno. **Brazilian Journal of Development,** v. 6, p. 20282-20297, 2020.

VASCONCELOS, Camila; MARQUES, Rodolfo Silva ; CONCEIÇÃO, Bruno. SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA VIRTUAL: estudo de caso da influência das redes sociais na cultura política de jovens estudantes do Distrito Federal. In: **8º CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO POLÍTICA.** Brasília, 2019.

VENERA, José Isaías. **Da cólera ao acontecimento junho de 2013**: do que escapa à representação em Deleuze e Lacan. 2017. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2017. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/%C3%82nima_c90db9fee0702fbefc0585b216d57a2b Acesso em: 10 maio 2022.

VINICIUS, Leo (ed). **Antes de Junho: rebeldia, poder e fazer da juventude autonomista.** Florianópolis: Editora em Debate, 2014. 341 p. Disponível em: https:// editoriaemdebate.ufsc.br/catalogo/wp-content/uploads/ANTES-DE-JUNHO.pdf, acesso 26 out. 2023.

APÊNDICE A- Roteiro de entrevistas

Pesquisa: Dimensões educacionais das Jornadas de 2013: Pautas educacionais, experiências escolares e formação política de jovens em protesto

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM PESSOAS QUE FORAM ATIVISTAS E MILITANTES NAS JORNADAS DE 2013

Questão "disparadora": O que te levou a participar das Jornadas de 2013?

Tema I: Experiência escolar

1) Durante as Jornadas, você estava em qual nível de ensino e em qual instituição/curso? O que você considera como tendo sido mais importante na sua experiência escolar nesse período?

Tema II: Formação Política

2) Antes das Jornadas, você participou:

a) De outras manifestações ou protestos? Caso sim, quais? E como foi essa participação? b) De organizações políticas como partidos, coletivos e entidades estudantis, e outras instituições? Caso sim, quais? Como foi/é essa participação?

3) O que considera como tendo sido mais importante na formação de suas ideias políticas? Qual pessoa ou organização foi a mais importante nessa formação?

4) Houve influências de sua família para a formação de suas ideias políticas? Caso sim, quais? De quem? E como a sua família reagiu à sua participação nas Jornadas?

5) Você tinha algum vínculo com religião e/ou igreja antes das Jornadas? Após as jornadas mudou essa relação? Comente.

Tema III: A experiência de participação nas Jornadas

6) Como foi a sua forma de participação nas Jornadas?

7) O que significou para você então, em 2013, essa participação? Esse significado mudou com o tempo para você?

8) Como foi o movimento no local ou locais onde você atuou? Comente.

9) Quais eram as pautas das Jornadas onde você atuou?

10) Havia pautas relacionadas à educação? Comente.

11) Quais organizações/coletivos/movimentos mais se destacaram nas

Jornadas, no seu entender? 12) Nas jornadas, como você avalia a participação de:

a) Manifestantes sem vínculos com organizações/coletivos.

b) Mulheres e movimentos feministas

c) Comunidade LGBTQIAPN+

d) Pessoas negras.

e) Pessoas das periferias.

13) Quais foram as principais dificuldades que você e o coletivo ou organização em que atuou enfrentaram durante as Jornadas?

14) Vocês enfrentaram a repressão policial durante as Jornadas? Comente.

15) Qual foi a importância da Internet e das redes sociais para as Jornadas? Elas foram positivas ou negativas?

16) Como era a organização interna do movimento/coletivo em que atuou? Vocês realizavam atividades de formação política? Comente.

17) Você avalia que o movimento foi vitorioso onde você atuou? Por quê?

Tema IV: Impactos das Jornadas na formação dos jovens

18) Quais foram as principais influências que as Jornadas tiveram em sua vida?

19) Quais foram as influências das Jornadas em:

a) em sua ideia de política e sua trajetória política?

b) na sua trajetória escolar e profissional?

20) Houve influências das Jornadas nas transformações sociais e políticas posteriores em nosso país? Comente.

21) Defina, em uma palavra, o que as Jornadas representaram para você.

Dados da pessoa entrevistada (para preencher)

- Nome/Nome social:
- Pseudônimo (escolhido pela pessoa entrevistada):
- Coletivo/organização/movimento em que atuou:
- Município:
- Estado:
- Idade:
- Estado civil:
- Gênero:
- Raça:

- Religião:
- Orientação sexual:
- Escolaridade:
- Profissão/ocupação:
- Renda familiar (da família atual):
- Profissão dos pais/responsáveis
- Escolarização dos pais/responsáveis:

APÊNDICE B- Termo de consentimento

- Participante da Pesquisa Presencial

Dados de Identificação

Título da pesquisa: Dimensões educacionais das Jornadas de 2013: Pautas educacionais, experiências escolares e formação política de jovens em protesto – Fase 2

Pesquisador responsável: Luís Antonio Groppo

Nome do participante:

Data de nascimento:

CPF:

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário(a), do projeto de pesquisa *Dimensões educacionais das Jornadas de 2013: Pautas educacionais, experiências escolares e formação política de jovens em protesto – Fase 2,* de responsabilidade do (a) pesquisador (a) *Luís Antonio Groppo.* Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

1. Esta pesquisa tem por objetivo analisar as dimensões educacionais das Jornadas de 2013, buscando compreender a relação desses protestos com as demandas educacionais e com as experiências escolares de jovens atuantes nestas Jornadas, bem como compreender as dimensões formativas dos próprios protestos – ou seja, a formação social e política de jovens suscitada pela participação nas Jornadas de 2013.

2. A sua participação nesta pesquisa consistirá em conceder uma entrevista sobre as Jornadas de 2013, que seguirá um roteiro com questões gerais, aplicadas a todas as pessoas. A entrevista será feita de forma presencial e terá a sua voz gravada para posterior transcrição. Ela será transcrita e apenas a transcrição, em forma de texto, será usada para a análise da pesquisa.

3. Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer os seguintes riscos de nível

mínimo:

● Desconforto por tratar de temas sensíveis

● Cansaço e aborrecimento por tratar de um tema que, talvez, não tenha refletido durante alguns anos, levando a um esforço de lembrança e análise;

● Riscos de uso para perseguição política do relato das atividades nas Jornadas, das opiniões e das ideias manifestadas nas entrevistas, diante de um cenário político que, nos últimos anos, no Brasil, tem sido de acirramento e incompreensão;

● Exposição da voz do participante em gravações;

Esses riscos serão minimizados com a seguintes medidas:

● Você está sendo informado, antes do início da entrevista, que poderá interrompê la e retirar a qualquer momento seu consentimento, bem como poderá impedir o uso de trechos da entrevista ou informações (inclusive, em momento posterior à entrevista), sem que isso cause qualquer prejuízo a você;

● Você escolherá um pseudônimo no início da entrevista, portanto, não terá seu nome próprio revelado nos produtos da pesquisa; nos produtos, seus relatos serão sempre identificados pelo pseudônimo que escolheu, garantindo o anonimato;

● Você poderá interromper a entrevista e remarca-la para outro momento, ou mesmo a cancelar, sem prejuízos para si próprio;

● O roteiro para a entrevista buscará ser o mais sucinto e objetivo possível, buscando uma duração que não ultrapasse 1 hora;

● Serão feitas apenas as gravações das vozes das entrevistas; elas serão transcritas e apenas os textos transcritos das entrevistas serão utilizados para as análises da pesquisa. Ao invés do seu nome próprio, será usado o pseudônimo que escolheu.

4. Você não terá nenhuma despesa por sua participação na pesquisa.

5. Você foi informado e está ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por sua participação.

6. Você poderá consultar o pesquisador Luis Antonio Groppo, no seguinte email luis.groppo@unifal-mg.edu.br e/ou o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alfenas (CEP/UNIFAL-MG*), com endereço na Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700, Centro, Cep - 37130-000, Fone: (35) 3701 9153, no e-mail: comite.etica@unifal-mg.edu.br sempre que entender necessário obter informações ou esclarecimentos sobre o projeto de pesquisa e sua participação.

Eu, _____, CPF nº

_____, declaro ter sido informado (a) e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

(Cidade), (dia) de (mês) de (ano)

.....

(Assinatura do participante da pesquisa)

.....

(Assinatura do pesquisador responsável / pesquisador participante)

Rubrica do(a) pesquisador(a): _____ Rubrica do(a) participante: _____

AUTORIZO ( ) / NÃO AUTORIZO ( )